



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**NAS REDES DAS MEMÓRIAS: AS MÚLTIPLAS
FACES DO CANGACEIRO CHICO PEREIRA**

**GUERHANSBERGER TAYLLOW
AUGUSTO SARMENTO**

**CAJAZEIRAS - PB
2016**

**GUERHANSBERGER TAYLLOW
AUGUSTO SARMENTO**

**NAS REDES DAS MEMÓRIAS: AS MÚLTIPLAS
FACES DO CANGACEIRO CHICO PEREIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciado em História.

Orientador:
Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

CAJAZEIRAS - PB
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S246n Sarmiento, Guerhansberger Tayllo Augusto
Nas redes das memórias: as múltiplas faces do cangaceiro Chico
Pereira / Guerhansberger Tayllo Augusto Sarmiento. - Cajazeiras, 2016.
102p.: il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto.
Monografia (Graduação em História) UFCG/CFP, 2016.

1. História - Paraíba. 2. Cangaço. 3. Chico Pereira. I. Sales Neto,
Francisco Firmino. II. Universidade Federal de Campina Grande. III.
Centro de Formação de Professores. IV. Título.

**GUERHANSBERGER TAYLLOW
AUGUSTO SARMENTO**

**NAS REDES DAS MEMÓRIAS: AS MÚLTIPLAS
FACES DO CANGACEIRO CHICO PEREIRA**

APROVADO EM: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Prof. Ms. Wesley Rodrigues Dutra
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC

Prof.^a. Dra. Ana Rita Uhle (Suplente)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

CAJAZEIRAS - PB
2016

*Aos meus pais, a
minha família e
amigos, e aos
familiares de Chico
Pereira.*

AGRADECIMENTOS

O “ato” de agradecer também passa pelas artes das lembranças e dos esquecimentos. Por isso, desde já, peço desculpas pelos esquecimentos da minha insuficiente memória frente ao grande número de amigos e amigas que contribuíram para a realização deste sonho.

Agradeço a Cristo. Por tudo! E a Jesus pelos ensinamentos ideológicos e espirituais.

A minha amada mãe, Gerlania Abrantes Sarmiento. Reconheço que a minha humilde escrita não é capaz de descrever o meu amor por ti. Obrigado pela vida, pelo carinho, pelos conselhos e pelos cuidados! Gostaria de resumir tudo dizendo: você é e sempre será o grande amor da minha vida!

Ao meu querido pai, Raimundo Augusto Neto, mais conhecido como Ruado. O “guerreiro” que todos os dias luta contra a enfermidade da *Lúpus*, mas que nunca perdeu a esperança de vencer essa batalha. A sua força é a minha, a sua esperança é a minha, o seu amor é o meu. Obrigado pela vida, pelo meu nome, pela amizade, pela liberdade e pela força na fabricação dos meus sonhos! Venceremos juntos!

Ao meu irmão, Luiz Gustavo Augusto Sarmiento. Obrigado pela amizade. Que Deus nos abençoe sempre!

Aos meus avós: Luiza e Chico Moreno, Geralda e Luiz. Obrigado por tudo! Como é grande o meu amor por vocês!

A todos os meus familiares. Prefiro não elencar nomes para evitar o erro de esquecer quem não pode ser esquecido. Obrigado pelo carinho e apreço de todos(as)!

Ao meu orientador, Francisco Firmino Sales Neto, pela amizade, paciência e por servir-me de espelho para o modelo de professor e pessoa que desejo ser. Agradeço por aceitar-me como orientando e pelos conselhos e questionamentos que, sem dúvida, me transformaram em um sujeito mais crítico. Este trabalho é fruto das suas indagações, espero que tenha conseguido ser o orientando que você esperava. Sentirei saudade das nossas conversas!

Aos meus amigos de turma, homens e mulheres que escreveram as mais belas páginas no livro da minha vida acadêmica. Amigos para sempre, com vocês aprendi que amizade é uma dádiva de Deus. Benício, Danilo, Yan, Ranielton, Walter, Ivanilda,

Katiana, Lidiane, Lais, Amanda, Risoneide, Rivânia e Luédna. Desejo muito sucesso na caminhada de vocês, ficarei na torcida pela vitória de todos!

Um agradecimento especial ao meu parceiro, Yan Moraes. Meu amigo, agradeço pela amizade sincera, pelas conversas, questionamentos e pelos debates acalorados nas aulas. Ainda bem que tive você como colega de sala, pois foi o tempo todo a referência que busquei seguir para se tornar a cada dia um aluno melhor. Não tenho dúvidas que conseguirá atingir os seus mais altos sonhos. Obrigado por tudo!

Aos docentes do Curso, obrigado pelos ensinamentos e pela paciência que tiveram comigo! O historiador que serei terá as marcas do pensamento de cada um. Desejo-lhes muita saúde e sabedoria para continuarem formando professores e construindo sonhos.

Aos amigos e amigas do Cariri Cangaço, especialmente a Manoel Severo, Professor Pereira, Wescley Rodrigues, José Romero Araújo Cardoso, César Nóbrega, Rostand Medeiros e Iris Mendes Medeiros. Agradeço pela amizade e pela contribuição de todos vocês!

A minha querida amiga Iris Mendes Medeiros. Você foi um anjo que apareceu para iluminar a trajetória da pesquisa deste trabalho. Espero um dia ter condições de retribuir em dobro o seu carinho e a sua amizade.

Aos inúmeros amigos e amigas da residência universitária, especialmente: o “guerreiro” Júnior, Mike Douglas, Tadeu Augusto, Rodrigo, Ediglecio dos Santos (matemática), Pedro Henrique Dantas, o “kanxinha”, Pedro Felipe, Marcondes, Genilson e Alisson. Dedico a vocês os meus mais sinceros votos de sucesso.

À família Pereira de Nazarezinho, Paraíba, e a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

“A argila fundamental de nossa obra é a juventude. Nela depositamos todas as nossas esperanças e a preparamos para receber ideias para moldar nosso futuro. Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética.”

Ernesto Guevara de la Serna

“*Che*”

RESUMO

Este trabalho objetiva problematizar as memórias construídas em torno do cangaceiro Francisco Pereira Dantas, mais conhecido como Chico Pereira. Natural da Vila de Nazaré (atual cidade de Nazarezinho), então distrito da cidade de Sousa, no sertão do estado da Paraíba, Chico Pereira atuou no cangaço entre os anos de 1922 e 1928. Personagem pouco abordado pela historiografia da temática e praticamente desconhecido no ambiente acadêmico, esse cangaceiro foi tomado como objeto historiográfico no ano de 1960, quando foi publicado o livro *Vingança, não*. Escrito pelo filho de Chico Pereira, esse livro narra o drama da família Pereira que, por brigas familiares, teve o destino atrelado ao mundo do cangaço. Particularmente, ao elaborar uma narrativa histórica para explicar a vida e as ações do referido cangaceiro, esse livro constrói uma memória para o personagem em questão e tenta secundarizar ou esquecer uma “memória maldita”, empreendida anteriormente pelos meios oficiais (jornais e processos criminais), que se inscreveu sobre o corpo de Chico Pereira. Considerando que, de fato, a escrita da história possui essa capacidade de constituir memórias, este trabalho de caráter historiográfico visa problematizar, a partir do conceito de *lugar social*, formulado por Michel de Certeau, os lugares interessados de produção que fabricaram múltiplas faces memorialísticas para se conceber o cangaceiro paraibano Chico Pereira.

Palavras-chave: História; Memória; Cangaço; Chico Pereira.

ABSTRACT

This work aims to discuss the memories built around the Paraibano cangaceiro Francisco Pereira Dantas, better known as Chico Pereira. Natural of Vila de Nazaré (present Nazarezinho city), then district of the city of Sousa, in the backlands of the state of Paraíba, Chico Pereira served in cangaço between the years 1922 and 1928. Character rarely addressed by the historiography of the subject and virtually unknown in academic environment, this cangaceiro was taken as historiographical object in 1960 when was published the book *Vingança, não*. Written by the son of Chico Pereira, this book tells the Pereira family drama that, for family fights, had the fate linked to the world of cangaço. Particularly, when drawing up a historical narrative to explain the life and actions of that cangaceiro, this book builds a memory for the character in question and tries subordinate or forget a "cursed memory", undertaken earlier by the official media (newspapers and criminal cases) who signed up on the body of Chico Pereira. Whereas, in fact, the writing of history has this ability to form memories, this historiographical character work aims to problematize from the concept of social place formulated by Michel de Certeau, interested places of production that manufactured multiple memorial faces to conceive the Paraibano cangaceiro Chico Pereira.

Keywords: History; Memory; Cangaço; Chico Pereira.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Francisco Pereira Dantas (Chico Pereira).....	30
FIGURA 02: Chico Pereira em fotografia de 1924	39
FIGURA 03: Capa da primeira edição do livro “Vingança, não”	52
FIGURA 04: O coronel João Pereira da Silva, patriarca da família Pereira de Nazarezinho, Paraíba	72
FIGURA 05: Jardelina Nóbrega, esposa do cangaceiro Chico Pereira	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - UMA HISTORIOGRAFIA DO CANGAÇO: ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS.....	20
1.1 Cangaço: um campo de pesquisa em gestação	20
1.2 De Francisco a Chico Pereira: a construção de uma "memória maldita"	29
CAPÍTULO II - DE FILHO PARA PAI: A RECONSTRUÇÃO MEMORIALISTA DE CHICO PEREIRA	46
2.1 A memória redentora e a reconstrução de um "novo" Chico Pereira	46
2.2 Condições de possibilidade para a reconstrução memorialista de Chico Pereira	60
CAPÍTULO III - A ESCRITA DA HISTÓRIA E AS MÚLTIPLAS MEMÓRIAS DO CANGACEIRO CHICO PEREIRA	69
3.1 A trajetória de Chico Pereira no cangaço (1922-1928) reconstruída pelo livro <i>Vingança, não</i>	69
3.2 A historiografia do cangaço e as apropriações das memórias de Chico Pereira...	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
FONTES	95
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

*“Na memória da vingança
Um desejo de menino
Um cavaleiro do diabo
Corre atrás do seu destino
Condenado em sua terra
Coronéis em pés-de-guerra
Beatos e cangaceiros”¹*

O objetivo deste trabalho é problematizar os discursos memorialísticos construídos sobre o cangaceiro paraibano Francisco Pereira Dantas, mais conhecido como Chico Pereira. Busco perceber como essas memórias se constituem como *vontades de verdades* e como a escrita da história sobre esse cangaceiro se apropriou dessas produções.

O cangaço caracteriza-se, na história do Nordeste brasileiro, como um dos fenômenos que passou a simbolizar a região e seu povo, deixando profundas marcas na gestada cultura nordestina, no imaginário popular e na memória histórica da região. Abrangendo um período consideravelmente longo, o cangaço tem seus enraizamentos no século XVIII, passando pelo XIX e florescendo com maior notoriedade na primeira metade do século XX. Inúmeros homens e mulheres se notabilizaram nessa forma de vida, surgindo, assim, vários grupos de cangaceiros que varreram o sertão nordestino.

Fruto de uma sociedade patriarcal, patrimonialista e excludente, o cangaço emergiu como uma forma de banditismo rural peculiar e específica do Nordeste brasileiro, sobretudo entre os anos de 1870 a 1940². Para Sá (2011), o surgimento do cangaço pode ser associado, de um lado, à própria dinâmica política da sociedade sertaneja, baseada nas contendas entre os coronéis, cuja força militar era recrutada entre sua clientela; e, de outro, à irrupção de primeiros bandos de homens que, debaixo de uma canga³ de armas, passaram a viver de forma nômade e fora da lei, estando

¹ Trecho da música Cavalinho do Cão. Composição Zé Ramalho. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/ze-ramalho/335585/>>. Acessado em: 09 mar. 2016.

² A proliferação de bandos de cangaceiros a partir de 1870 é acompanhada pela crise das elites nortistas que perdiam espaço no cenário nacional para as elites sulistas e da grande seca de 1877-79. Já o fim do cangaço em 1940, com a morte do cangaceiro Corisco, está relacionado ao processo de centralização político-administrativa imposta pelo Estado Novo Vargas (1937-1945).

³ Objeto de madeira que os sertanejos usam para selar os animais cargueiros. A etimologia da palavra cangaço está associada à canga, que se refere à imagem de homens equipados com armas de fogo cruzadas ou atravessadas no peito e nas costas. Viviam assim, debaixo da canga de armas, do cangaço.

vinculada à calamidade pública marcada pela corrupção do aparelho estatal, bem como de grandes secas, como a de 1877-1879.

Dentro desse cenário social, político e econômico excludente, caracterizado pela força do poder privado dos grandes proprietários de terras, os coronéis, surgiram vários grupos armados que passaram a ser entendidos pela história como cangaceiros. Com isso, não quero defender a tese empreendida pela historiografia marxista que viu nos cangaceiros uma resistência ao poder dos grandes latifundiários. Quero dizer que esses homens e mulheres eram filhos de um tempo marcado pelas barganhas coronelísticas, que impulsionaram inúmeras disputas familiares pelas rédeas do poder local, estadual e federal. Para isso, os coronéis precisavam ter em suas fileiras homens armados que protegeriam os seus interesses políticos.

Compreendo o cangaço como um conjunto de vivências complexificadas⁴, atrelado também ao coronelismo, não podendo se entender o primeiro desvinculado do segundo. Ele é muito mais do que a ideia da revolta dos dominados contra os dominantes e das múltiplas interpretações que tentam criar modelos explicativos capazes de trazer de volta aquilo que já não é mais.

Cangaceiros e coronéis viviam em constantes pactos e rupturas, marcados por uma relação desigual e interessada. O cangaço poderia ser ao mesmo tempo o terror dos coronéis como a força dos mesmos, tendo em vista que eram os donos do poder quem patrocinavam a máquina de guerra dos cangaceiros. Para os cangaceiros, combater um determinado coronel significava perder a sua proteção. Por outro lado, se aliar a um grupo de cangaceiros representaria, para os coronéis, manter o seu mandonismo, ameaçando e intimidando os seus inimigos políticos.

O cangaço foi o resultado de uma sociedade sertaneja complexa, de múltiplos interesses, da indústria da seca e da ausência do poder do Estado (que era representado pelos coronéis). Foi dentro desse tempo e espaço, movido pela complexidade das relações humanas, que surgiram os cangaceiros. Dentre os quais se destacaram e se

⁴ Refiro-me a ideia de complexidade elaborada por Edgar Morin. Para ele, toda relação humana é complexa e essa complexidade é um tecido de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: colocando o paradoxo do uno e do múltiplo. A complexidade seria efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, retroações, determinações, acasos que constituem nosso mundo fenomênico. A ideia da complexidade não é uma receita de bolo nem a fórmula mágica para decifrar fenômenos, mas trata-se de mostrar a necessidade e a validade da defesa de uma interpretação complexa do que existiu e do existente. Para saber mais, ler: MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

perpetuaram na memória social sertaneja, os grupos de João Calangro e Jesuíno Brilhante, no Vale do Cariri, Antônio Silvino, Lampião e Corisco.

Mas a história do cangaço não se resume a esses *principais* chefes de bandos. Foram muitos nordestinos que ingressaram nessa vida. O cangaço foi muito mais que Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino, Corisco e Dadá e Lampião e Maria Bonita. Esse fenômeno não pode se limitar à chamada “Marcha do cangaço Lampiônico”. É preciso reconhecer outros sujeitos históricos, mergulhar em outros espaços de vivências, outras memórias. Perceber cangaceiros e cangaceiras que foram esquecidos ou secundarizados, diante do rentável empreendimento editorial feito pelos escritores que, incansavelmente, tem escrito sobre os *principais* chefes de cangaceiros.

Foi a partir dessa leva de escritos que Sá (2011) definiu o cangaço como “palimpsesto da cultura brasileira”, no sentido de que esse fenômeno é reescrito indefinidamente, utilizando-se o mesmo material, mediante ajustes, acréscimos, revisões e deslizamentos. Segundo ele: “Cada texto remete a outro e o reinsere dentro de outras épocas e coordenadas com as quais marca sua diferença, mas, ao mesmo tempo, marca uma profunda e inequívoca filiação (SÁ, 2011, p. 15)”.

Sabendo que o meu texto também se remete e se escreve a partir de outros, proponho compreender construções memorialísticas que abordam outros espaços e vivências do cangaço e que não necessariamente estão vinculadas aos diversos projetos interessados da chamada *Rota do Cangaço Lampiônico*. Aqui pensarei as múltiplas memórias mobilizadas sobre o cangaceiro paraibano Chico Pereira.

Chico Pereira viveu no cangaço entre os anos de 1922-1928. Ingressou nesse universo a partir de brigas familiares na região de Sousa, no sertão do estado da Paraíba. Filho de um influente coronel da vila de Nazareth (atual cidade de Nazarezinho), Chico Pereira não pode ser entendido como um homem pobre do campo, mas como um membro de uma influente família que buscava se consolidar na turbulenta política sousense e paraibana. Após matar o assassino do seu pai, Chico Pereira buscou o cangaço como refúgio às perseguições movidas pela justiça, que era controlada pelos adversários políticos da sua família e dos correligionários do seu genitor.

Durante seis anos no cangaço, atuou, sobretudo, em três estados do Nordeste: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Esteve presente como líder de grupo no ataque dos cangaceiros a cidade de Sousa no dia 27 de julho de 1924, tendo depois

participado, por algum tempo, do grupo de Lampião. Apesar de ter sido um dos cangaceiros mais conhecidos no estado da Paraíba, no período da sua atuação, foi pouco abordado pela historiografia do cangaço. Foi tomado como objeto da escrita da história somente a partir de 1960, quando o seu filho, o sacerdote católico Francisco Pereira Nóbrega, publicou o livro *Vingança, não: depoimentos sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste*.

O livro *Vingança, não* se configurou como um projeto memorialista empreendido por Francisco Pereira Nóbrega, em um esforço de reconstruir a memória do pai cangaceiro, a partir da ótica do seu lugar social de filho e padre. Com vontade de lançar uma verdade histórica que tentou reviver o passado do pai através da sua escrita, o autor de *Vingança, não* acabou reconstruindo, por meio dos seus interesses, uma memória para Chico Pereira. Essa memória foi trabalhada através de um ensinamento do cristianismo: o ato de perdoar. Desse modo, o filho reescreveu a história de um passado marcado pelos crimes do pai, tendo como ponto condutor e sedutor da sua escrita a mensagem do perdão.

Dito isso, busco problematizar essa produção memorialista que criou um ponto de partida para se entender a história de Chico Pereira, uma vez que os escritos posteriores (ao livro *Vingança, não*) sobre esse cangaceiro se sustentaram, em sua ampla maioria, na reprodução do discurso criado por Francisco Pereira Nóbrega. Sendo assim, a história de Chico Pereira passou a ser confundida com a memória construída pelo autor de *Vingança, não*.

Como este trabalho monográfico está diretamente ligado à análise de memórias, é preciso destacar que concebo memória a partir da compreensão do historiador Jacques Le Goff. Para ele, a memória é entendida como:

[...] propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1992, p. 423).

A memória não pode mais ser analisada como mero depósito de dados e de informações relativas à coletividade ou à vida individual, mas deve-se compreendê-la como um *território* marcado pelas subjetividades, como uma instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui os

interesses de grupos e de indivíduos. Por conseguinte, nos dias de hoje a memória já não pode mais ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual depositamos lembranças, devendo ser entendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos (BARROS, 2009, p. 36-37).

A memória é composta pela dialética da lembrança e do esquecimento, uma vez que só se pode lembrar de algo na medida em que foi esquecido outrora e vice-versa. Toda memória é social, pois as ações humanas são feitas dentro de uma determinada sociedade, mas o ato de recordar é individual. E quando recordamos algo, escolhemos a partir dos interesses do nosso tempo o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Sendo assim, a memória é seletiva. De acordo com Pollack (1992), a memória também sofre resignificações que são movidas pelo momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. Ou seja, as preocupações do momento da recordação se constituem como elementos de estruturação da memória. Isso significa que a memória é um fenômeno historicamente construído.

Dessa forma, a memória é construída a partir das preocupações interessadas decorrentes do seu momento de produção. Parto do pressuposto que a escrita da história também é constituinte de memórias, assim, devendo ser entendida como um dos *lugares de memória*⁵. Mas, por outro lado, a historiografia é ainda algo bem mais amplo, ela é analítica, científica e criadora de novos discursos. Uma das suas especialidades se constitui em fazer uso da memória como recurso imprescindível para a produção do conhecimento historiográfico. Segundo Barros (2009), a memória e a historiografia parecem querer englobarem uma a outra, anunciando seus infinitos de possibilidades. Porém, são instâncias distintas entre si. Mesmo estando em permanente interação, não se confundem.

Partindo da ideia de que a história é ciência e que a memória seria uma das suas matrizes, Le Goff (1992) aponta que a memória faz parte do jogo do poder que autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, que obedece aos interesses individuais ou coletivos. Já a história, como todas as ciências, tem como compromisso a busca por *verdades*, bem como a desconstrução dos discursos memorialísticos. Como historiador,

⁵ Estou me referindo ao conceito de lugares de memória formulado por Pierre Nora. Ler sobre em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

através deste trabalho, busco compreender como foram fabricadas as memórias sobre o cangaceiro Chico Pereira, investigando quais os interesses que estavam em jogo no seu processo de construção.

Entendendo Chico Pereira como um personagem múltiplo e que sobre o seu corpo⁶ se inscreveram inúmeros significados dito pelos outros, penso como esses sentidos forjaram e definiram memórias sobre esse cangaceiro. Para tanto, trabalho o conceito de *capitalização dos corpos*, desenvolvido por Michel de Certeau, em seu livro a “Escrita da História”. Isso implica no investimento de significados que empreendem verdades sobre o que é dito sobre os corpos dos outros (nesse caso, o de Chico Pereira) instituindo memórias. Michel de Certeau apresenta esse conceito quando discute a conquista da América pelo europeu, quando este escreve a história a partir do lugar do vencedor, o Ocidente, a partir do gesto de silenciar o outro. Assim sendo, colonizar o corpo do outro é habitá-lo, no sentido de dominá-lo através de valores do “eu”.⁷

Foi por meio das inscrições sobre o corpo de Chico Pereira que suas memórias foram fabricadas a partir de signos interessados, com vontades de mobilizar verdades, seja como sendo um corpo incriminado pelos jornais e processos criminais (trabalhados no primeiro capítulo), seja como o injustiçado e vítima do seu meio social construído pelos signos do seu filho no livro *Vingança, não* (desenvolvido nos dois últimos capítulos).

Este trabalho de caráter historiográfico propõe pensar como a escrita do livro *Vingança, não* constituiu uma inscrição memorialística para decodificar o corpo do cangaceiro Chico Pereira. Através do conceito de *lugar social* de produção, busco problematizar os discursos interessados da escrita da história na construção de memórias que estabeleceram lembranças e esquecimentos para se entender a história de Chico Pereira.

Antes de apresentar os capítulos, gostaria de confidenciar para o amigo (a) leitor (a), que o título deste trabalho *Nas redes das memórias: as múltiplas faces do cangaceiro Chico Pereira* carrega um rastro biográfico deste jovem historiador. Nas

⁶ O corpo não é entendido aqui como *organismo, físico, carne, matéria*. Estou trabalhando a ideia de corpo para além dos limites materiais, palpáveis e para além do físico. Trabalho corpo como um empreendimento múltiplo, plural, inscrito em redes de sentidos. Para tanto, consulte: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012; CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

⁷ Cf: CERTEAU, op. cit., p. 4-45.

redes das memórias porque, na infância, lembro-me quando meus pais saíam de casa para trabalhar e eu corria para a casa de minha avó paterna (Luiza, a quem carinhosamente chamo de “Pris”). Ela, afetivamente como sempre, estendia a rede no alpendre da casa, convidando-me para dormir. No vai e vem da rede, ouvia “estórias” que ela contava sobre um livro que havia lido nos tempos de professora. Este livro se chama *Vingança, não*. Lembro que minha avó falava em um tal de Chico Pereira e eu a perguntava: “– Quem foi Chico Pereira, vó?” Ela respondia: “– *Foi um cangaceiro, meu filho. Mas que não fazia mal a ninguém. Foi um jovem injustiçado. Mataram o pai dele, e ele teve que se vingar*”.

As forças das minhas escolhas me trouxeram até a escrita deste trabalho, aqui estou tentando me aventurar pelas *redes das memórias interessadas*, que produziram *múltiplas faces para o cangaceiro Chico Pereira*. Esse título foi também uma forma de homenagear a minha querida avó Luiza. Só agora posso tentar esboçar uma resposta à pergunta que fazia na rede das memórias da minha “Pris”: – *Quem foi Chico Pereira, vó?* Para tanto, gostaria de convidar o amigo (a) leitor (a) para conhecer como montei essa resposta nos três capítulos apresentados a seguir.

No primeiro capítulo, procuro compreender como o cangaço passou a ser objeto de estudo da escrita da história e como seus primeiros escritos tecem memórias sobre esse fenômeno e os seus sujeitos. Para isso, uso os livros: *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora; *Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste* (1917), de Gustavo Barroso; *Lampeão: sua história* (1926), de Érico de Almeida; e *Lampeão* (1933), de Ranulfo Prata. Esses dois últimos forjaram uma memória negativada sobre os corpos dos cangaceiros. Partindo disso, problematizo a construção de uma “memória maldita” sobre o corpo do cangaceiro Chico Pereira, que foi empreendida pelos discursos interessados dos jornais e dos processos criminais.

No segundo capítulo, busco problematizar a reconstrução memorialística sobre Chico Pereira, mobilizada pela publicação do livro *Vingança, não*, escrito pelo seu filho sacerdote, Francisco Pereira Nóbrega. Usando o conceito de *lugar social de produção*, desenvolvido por Michel de Certeau, almejo entender como o discurso lançado pelo livro parte de um lugar que condicionou as escolhas feitas pelo autor para reescrever a história do seu genitor. No segundo momento, analiso as condições e possibilidades que

proporcionaram a escrita do livro *Vingança, não* ser aceita dentro da ordem discursiva de seu tempo.

No último capítulo, proponho uma análise do livro *Vingança, não*, pensando como o filho reescreveu a trajetória do pai no cangaço. Para depois, apresentar como a escrita da história desse personagem se apropriou das memórias trabalhadas até aqui, ao tomar Chico Pereira como objeto de estudo. Em outras palavras, qual memória foi lembrada ou esquecida pelos pesquisadores? A “maldita”? Ou a *redentora* escrita pelo autor de *Vingança, não*?

A partir de agora, espero apresentar ao amigo (a) leitor (a) o que concebo com as múltiplas faces do cangaceiro Chico Pereira. Boa leitura!

CAPÍTULO I

UMA HISTORIOGRAFIA DO CANGAÇO: ENTE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Neste primeiro capítulo, apresento como o cangaço passou a ser objeto de estudo da escrita de literatos, jornalistas e memorialistas, percebendo como os seus escritos teceram memórias sobre esse fenômeno e os seus agentes. No segundo momento, problematizo a produção interessada de uma “memória maldita” sobre o corpo do cangaceiro Chico Pereira, empreendida pelos jornais e processos criminais.

1.1 Cangaço: um campo de pesquisa em gestação

Gostaria de esclarecer para o amigo (a) leitor (a), que não tenho a pretensão de buscar a “origem” do cangaço, pois estaria caindo no que o célebre fundador da escola dos Annales, Marc Bloch, chamou de o “ídolo das origens”⁸. Nesse primeiro momento do capítulo, através da historiografia do tema, objetivo compreender como o cangaço emergiu como campo de estudos. E como essas escritas da história teceram memórias sobre o cangaço e seus agentes históricos. Para isso, reflito a partir dos livros: *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora; *Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste* (1917), de Gustavo Barroso; *Lampeão: sua história* (1926), de Érico de Almeida; e *Lampião* (1933), de Ranulfo Prata⁹.

Escolhi abordar esses livros porque os dois primeiros foram pioneiros no estudo sobre o cangaço, proporcionando-nos notar como esse fenômeno passou a ser concebido no momento em que estava emergindo como campo de estudos. Já os dois últimos, criam inscrições negativadas para os corpos de Lampião e para o cangaço. A partir deles, tento pegar o fio condutor para compreender como vai ser produzida uma “memória maldita” para o cangaceiro aqui estudado.

⁸ Sobre a crítica que Marc Bloch tece sobre a obsessão das origens, ver: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 56-60.

⁹ Como não tive acesso à primeira edição desses livros, trabalho com edições mais atuais. Para “O Cabeleira”, usei a edição publicada em 2010; para “Heróis e bandidos”, usei a edição de 2012; para “Lampeão”, de Erico de Almeida, usei a edição de 2013 e para “Lampião”, de Ranulfo Prata, usei um exemplar que não consta a data de publicação.

Em 1876, João Franklin da Silveira Távora, em um esforço de explicar o nacional pelo regional, publicou *O Cabeleira*. Considerado o primeiro romance histórico do cangaço, resultou da necessidade que o autor teve em apresentar o valor literário e a riqueza histórica e cultural da então região Norte. Cearense, nascido no dia 13 de janeiro de 1842, mudou-se dois anos depois para o Recife, onde residiu até 1874. Inserido em um contexto histórico de decadência econômica das elites da região Norte, que perdiam espaço no cenário nacional para a economia cafeeicultora e a cultura sulista em ascensão, as províncias do Norte foram colocadas em segundo plano¹⁰. Diante desse panorama, Távora propôs uma forma literária que prezasse pelo que acreditava ser a reprodução fiel do cenário regional, apontando para a divulgação dos costumes, problemas e culturas nortista que perdiam espaço para os valores sulistas.

Destacando a especificidade e a busca da autonomia literária do Norte em relação ao Sul, no prefácio do livro *O Cabeleira*, Távora afirma:

Proclamo uma verdade irrecusável. Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua, porque o gênio de um não se confunde com o do outro. Cada um tem suas aspirações, seus interesses, e há de ter, se já não tem, sua política (TÁVORA, 2010, p. 14-15).

Na busca pela divulgação das histórias do Norte, Távora narrou o passado da então província de Pernambuco por meio das façanhas do jovem aventureiro José Gomes, o Cabeleira¹¹. Afamado bandoleiro e tendo seus feitos cantados por trovadores sertanejos anônimos, foi tomado como objeto inicial de representação da literatura do Norte, através da escolha de Távora. Segundo Dutra (2013), é notório perceber que o autor buscou nos ícones populares inspiração para personagens que geravam admiração devido à ambiguidade de suas histórias, possibilitando criar indivíduos que passariam a representar à região. Portanto, o cangaceirismo aparece pela primeira vez na literatura como elemento simbolizador da região Norte.

De acordo com Araújo e Ferreira (1999), José Gomes nasceu no ano de 1751, em Glória do Goitá, Pernambuco, era filho de Joaquim Gomes e Joana. Teve sua

¹⁰ Para uma melhor compreensão sobre o declínio das elites nortistas e ascensão das elites sulistas, ler: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Para o caso específico da Paraíba, consultar: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1993.

¹¹ Designação que faz menção aos longos cabelos que lhe escorriam pelos ombros.

infância e adolescência (de)formada pelos conflitos entre a educação materna e a paterna. Enquanto sua mãe tentava lhe catequizar com os ensinamentos religiosos e “humanistas”, seu pai o induzia a praticar crimes contra animais e depois contra humanos. Com isso, o Cabeleira oscilava entre esses dois polos, mas Joaquim Gomes arrastou o seu filho para o banditismo, transformando-o em um fora da lei sanguinário.

Távora retratou o cangaço como sendo o lugar do terrível, do não humano, o polo oposto do bem. Segundo ele: “O cangaço é voz sertaneja. Quer dizer o complexo das armas que costuma trazer os malfeitores” (TÁVORA, 2010, p. 140). Para despertar o seu lado “humano”, o Cabeleira precisaria buscar romper com o cangaceiro que foi produzido pelos ensinamentos do pai. Não era possível expressar seu sentimento amoroso por Luisinha (o amor da sua vida) sem abandonar a “última arma do terrível cangaço de outrora” (TÁVORA, 2010, p. 130). Um personagem ambíguo, lutando entre o bem e o mal, foi assim que Távora apresentou o cangaceiro do Norte.

As histórias e memórias dos “bandidos heróis” também foram objetos de estudo do memorialista cearense Gustavo Barroso. Em 1917, foi publicada a primeira edição do livro *Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste*¹². Trabalho que se tornou uma espécie de paradigma explicativo para os estudos do cangaço, tendo em vista que diversos pesquisadores tomaram Barroso como ponto de apoio para reflexões posteriores sobre o banditismo. Por conseguinte, podemos dizer que Barroso se notabilizou como um tipo autor que Foucault denominou de: “fundador de discursividade”. Ou seja, o autor que possibilita a formação de outros textos a partir dos seus escritos¹³.

De acordo com Ferreras (2003), o principal aspecto do livro escrito pelo memorialista cearense é a função estabelecida pelo meio ambiente, sendo decisivo para a compreensão e explicação da forma cultural dos habitantes do sertão nordestino. A geografia exerceria uma influência ímpar para se perceber as formas em que a sociedade se desenvolve e transforma seus indivíduos. Portanto, a condição humana passaria a ser

¹² É importante destacar que, em 1930, Barroso também escreveu outro livro sobre o cangaceirismo, intitulado: **Almas de lama e de aço: Lampião e outros cangaceiros**. Nesse livro, Barroso criticou a desmoralização e os aspectos sociais e políticos da chamada “República Velha” que, para ele, eram os principais produtores do atraso e do cangaceirismo no sertão nordestino.

¹³ Ver em: FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Ditos e escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema** (v.3). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 264-298.

definida pelo meio ambiente que, por sua vez, condiciona os seus comportamentos. O cangaceirismo se constituiria como o fruto do seu meio social, como afirma Barroso:

O clima sertanejo tem a máxima culpa na produção da cangaceiragem [...] foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro. A fim de viver nessa região agreste, batida pelo sol, é demasiadamente sóbrio. O eterno combate contra o meio inóspito desenvolve-lhe a coragem e a resistência. A ameaça continua de perceber dá-lhe o fatalismo e estóica resignação para todos os males (BARROSO, 2012, p. 23-24).

O determinismo geográfico é lançado por Barroso como uma forma explicativa para a análise das causas e motivações do cangaceirismo no Nordeste¹⁴ brasileiro. Modelo que influenciará os trabalhos da temática de forma maciça, a partir da década de 1960, quando o interesse pelo estudo do cangaço adentou nas Universidades e recebeu forte influência do marxismo. A justificativa pelo meio social também será um dos pilares de sustentação no processo de construção do mito em torno do cangaceiro. Ao recorrer à historiografia do tema, é comum percebermos a repetição do discurso de vitimização pelas circunstâncias vivenciadas pelos indivíduos que passaram a usar o cangaço como forma de vida. O caso mais conhecido é o de Lampião¹⁵, que justificou sua entrada no cangaço para matar Zé Saturnino e José Lucena: o primeiro, acusado de ser o causador das intrigas familiares com os Ferreiras; e o segundo, de ter matado seu genitor¹⁶.

Para Barros (2007), esse é o início do processo de mitologização da história dos Ferreira e de Lampião. Mas não apenas Lampião, outros cangaceiros, juntamente com seus familiares, laçaram mão desse discurso da justificativa pelas circunstâncias do meio na tentativa de defesa ou de superação da memória negativa construída sobre os

¹⁴ Note que já estou usando o nome Nordeste, em vez de Norte. A designação Nordeste vai surgir pela primeira vez no final da década de 1910, a partir das obras de açudagem promovidas pelo governo do presidente da República Epitácio Pessoa (1919-1922). Esta região emerge a partir dos discursos de combate às secas e ao cangaceirismo, como uma forma das elites em decadência conseguirem recursos do governo federal, mantendo, assim, seus privilégios patrimonialistas. A tese que entende a região Nordeste como uma invenção discursiva foi levantada pelo historiador Durval Muniz. Para saber mais, ler: ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit.

¹⁵ Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, atuou entre os anos de 1918-1938. É a figura mais conhecida do cangaço, sendo constituído pelos múltiplos projetos de memória, como imagem representativa do ser nordestino e fonte rentável atrativa dos projetos políticos em torno do turismo.

¹⁶ A essa prática discursiva de Lampião, Frederico Pernambucano de Mello definiu como “escudo ético”. Em outras palavras, é o uso do chamado “código de honra sertanejo” que obrigava a vingança da morte dos seus pais para justificar a vida cangaceira. Ver em: MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

integrantes do cangaço, como é o caso do personagem estudado neste trabalho, Francisco Pereira Dantas (Chico Pereira).

Voltando para Barroso, *Heróis e bandidos* não deixa de ser um livro que tece admiração pelos cangaceiros. Contudo, também de confronto com essa situação (atraso, desmoralização e incivilização das terras nordestinas). Dessa forma, Barroso construiu distintos arquétipos de bandidos, diferenciando as diversas possibilidades e ambiguidades do cangaço. Assim, podemos perceber bandidos com características particulares como psicóticos, nobres, selvagens, etc. É notório que o autor defende alguns e condena outros, justificando o título do livro: *Heróis e bandidos* (FERRERAS, 2003, p. 173).

O cangaço que emergiu como um campo de contradições no “bandido herói” de Távora, e nos “Heróis e bandidos” de Barroso, foi reconstruído, pelas duas primeiras biografias de Lampião, como um espaço do infame, dos corpos e “memórias malditas”¹⁷. A estigmatização e decodificação do corpo bandido de Lampião fomentou a construção de uma memória negativa em torno de outros cangaceiros em atuação na época, tendo em vista que Lampião passou a ser a figura que sintetizou o cangaço e todas as ações desse fenômeno. Segundo Dutra (2013), Virgulino é a figura que levou os indivíduos a fazerem uma relação automática com o cangaço. Portanto, falar de Lampião é falar ao mesmo tempo dos demais cangaceiros.

Embora reconheça a especificidade e complexidade de cada caso (cangaceiro), não resta dúvida que Lampião passou a representar o cangaceiro do Nordeste Brasileiro, a ponto dos escritos sobre seu corpo se estenderem para definir a conduta e as ações dos demais. Na medida em que as notícias jornalísticas abordaram com maior ênfase as práticas cangaceiras como vergonha nacional e a incapacidade dos governantes de estancarem tais condutas, os “donos do poder”¹⁸ começaram a produzir uma “memória maldita” sobre os cangaceiros, lançando mão de práticas discursivas em torno do

¹⁷ Trabalho a ideia de “memória maldita” a partir do trabalho de dissertação defendido na Universidade Federal de Pernambuco, em março de 2000, pela historiadora Auricélia Lopes Pereira. Essa “memória maldita” foi construída e disseminada pela produção midiática governamental (jornais, processos crimes e documentos policiais) como também pelas biografias de Lampião e memórias de integrantes das volantes que perseguiam os cangaceiros. Para uma melhor compreensão, ler: PEREIRA, Auricélia Lopes. **O Rei do Cangaço e os vários Lampiões**. 2000. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2000. 313p.

¹⁸ Expressão lançada por Raymundo Faoro para intitular seu livro. Ver: FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.

combate ao banditismo, como meio para angariar recursos do governo federal¹⁹. O livro de Érico de Almeida, *Lampeão: sua história* foi um marco dessa produção maldita.

No ano de 1926, a Imprensa Oficial do Estado da Paraíba publicou a primeira biografia de Lampeão, escrita pelo jornalista Érico de Almeida. Segundo Cardoso (1996), o texto foi encomendado pelo então Presidente João Suassuna e auspiciada pelo Deputado José Pereira Lima (Zé Pereira, de Princesa Isabel). Essa escrita tinha como objetivo denegrir a imagem de Lampeão e exaltar o combate ao cangaceirismo pelo Estado, comandado por seus representantes: João Suassuna, no litoral; e José Pereira Lima, no sertão.

O livro de Érico de Almeida apresentou um claro projeto de memória: construir uma identidade de combate ao cangaceirismo pelo Estado da Paraíba, ressaltando os esforços de João Suassuna, a quem o autor tratou de “o anjo do bem”. Para esse fim, reservou o primeiro capítulo do livro, chamado: *O banditismo e a ação do presidente João Suassuna*. Como toda memória é seletiva, permeada pela dialética da lembrança e do esquecimento, o escritor buscou lembrar que o Estado da Paraíba não media esforços para combater o cangaceirismo. Ao mesmo tempo, iniciou uma luta para que as acusações feitas a João Suassuna e José Pereira Lima, de serem protetores de cangaceiros, caíssem no esquecimento.

O Governo de João Suassuna (1924-1928) vinha recebendo fortes críticas administrativas pela inércia no combate aos grupos de cangaceiros que atuavam no Estado, como também de possíveis relações de proteções aos mesmos. Acusações que se acentuaram depois que a cidade paraibana de Sousa foi invadida pelos cangaceiros, no dia 27 de julho de 1924. O acontecimento recebeu notável destaque pelos jornais de vários estados do Nordeste e do país. Nessa circunstância, o Governo do estado precisava dar uma resposta às críticas e recuperar a imagem que estava em estágio acelerado de difamação.

Uma das primeiras medidas tomada por João Suassuna foi providenciar a elaboração de uma memória escrita sobre as suas ações frente ao cangaceirismo, buscando maquiagem as relações coronelísticas que permeavam seu governo, em que era

¹⁹ Segundo Durval Muniz, o combate ao cangaceirismo passou a ser um trunfo das elites nordestinas em decadência para arrecadar verbas do Governo Federal. Nesse momento, o combate ao cangaço passou a ser um elemento constituinte da região Nordeste, que passaria a viver de esmolas institucionais, através de subsídios, empréstimos que não eram pagos, e verbas que eram desviadas para sustentar os privilégios dessas elites ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit., p. 88.

frequente o uso dos serviços de homens armados para garantir o seu poder e de seus correligionários, atacando grupos rivais no cenário político. Desta forma, a primeira biografia de Lampião pode também ser considerada uma estratégia do Presidente da Paraíba, na construção de uma memória governamental de combate ao cangaceirismo e, ao mesmo tempo, uma contra-memória a esse fenômeno e sua relação com o Estado e seus principais representantes.

Portanto, Érico de Almeida não poupou palavras apologéticas para definir João Suassuna e seus serviços prestados contra o banditismo. Foi assim que o autor começou o seu texto:

Publicando estas notas de reportagem, acerca do super-bandido Lampeão, não posso eximir-me ao dever de traçar algumas linha a propósito da extraordinaria actuação do sr. dr. João Suassuna, honrado presidente do Estado, na grande campanha contra o banditismo. S. exc., mau grado a insuperável crise financeira que nos asphyxia, não tem recuado perante sacrificios de qualquer especie, para jugular a terrível praga que devasta e extermina as nossas fontes vitales no alto sertão (ALMEIDA, 2013, p. 7).

Diante de uma linguagem afetiva e extremista a respeito do presidente João Suassuna, a autoria do livro foi colocada em questão ao longo dos anos. De acordo com Cardoso (1996), já em fins da década de vinte, chegava a Paraíba o poeta e escritor Mário de Andrade, em “missão cultural” para estudar as manifestações da chamada cultura popular. Ao ler a primeira biografia de Lampião chegou à conclusão que Érico de Almeida era o pseudônimo de João Suassuna. Essa hipótese é fortemente defendida e aceita por muitos pesquisadores da temática. Mas o que interessa aqui é que o livro construiu uma memória gerenciada pelo Governo de uma implacável perseguição ao cangaceirismo na Paraíba. Tese que muitos escritores reproduzem até hoje, sem levar em consideração os interesses e o lugar de produção dessa memória oficial.

Com relação a Lampião e ao cangaço, o livro criou uma espécie de “gramática maldita”, adjetivando esses corpos como o lugar do infame, do sanguinário, do nefasto e de uma terrível praga que assolava o Nordeste. Homens de vidas infames²⁰,

²⁰ Faço referência ao texto de Michel Foucault, intitulado “A vida dos homens infames”. Conferir em: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 203-222. Nesse texto, Foucault está preocupado em perceber como a existência desses corpos infames podem ser objetos de análises a partir dos mecanismos discursivos com os quais o poder diz e atribui sentidos a esses homens e mulheres.

desacreditados pela lei, com má fama, cujos corpos precisavam ser disciplinados pelo poder controlador do Estado²¹. Foi trilhando essa mesma perspectiva e produção memorialista que a segunda biografia de Lampião veio reforçar a construção de um espaço negativado para o cangaço e seus personagens.

Em 1933, era publicada a segunda biografia sobre Virgulino Ferreira da Silva, escrita pelo médico sergipano Ranulfo Prata, intitulada *Lampião*. Filho do coronel Felisberto Prata, fazendeiro de grande prestígio na zona de Simão Dias, cidade natal de Ranulfo Prata, onde passava as suas férias anuais. Vivendo em Santos (São Paulo), as “dores” de Ranulfo Prata eram inflamadas pela constante preocupação com as investidas de Lampião no estado de Sergipe, ou melhor, com a possibilidade deste invadir e saquear as propriedades do pai e de seus familiares. Falando como filho da elite rural sergipana, o autor fez um clamor e apelo para as forças federais combaterem as inspeções lampiônicas nos estados de Sergipe e Bahia. Foi assim que Ranulfo Prata apresentou seu livro:

Este livro, documentário fiel dos crimes de Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”, praticados nos sertões da Bahia e Sergipe, é um eco do clamor e do apelo lançados pelas populações desditosas, que vivem escorchadas sob o couro duro de suas alpercatas. Clamor que deseja ser ouvido pela consciência pública brasileira e apelo dirigido aos responsáveis pelos destinos do país. A mão que tracejou este livro é a mesma de um filho dos sertões, dos mesmos sertões que agora, nesta hora que passa, vivem talados pela horda intangível. Somos assim, mero porta-voz da angústia de milhares de seres humildes, dos mais desgraçados do país, pés-rapados, párias, intocáveis, açoitados por mil flagelos. Que nos ouça a gente litorânea que vive entre as delícias da civilização, como o lar, a vida e os haveres garantidos (PRATA, [s. d], p. 17).

O autor se coloca como membro da mesma classe social dos nordestinos humildes que vivem em uma terra deformada pela corrupção disseminada nas poucas instituições “públicas” ali estabelecidas, embora seja notório que sua condição social tenha uma diferença gritante com a dos sertanejos que habitam sobre as rédeas de uma sociedade agrária com o poder concentrado nas mãos de poucas famílias. Ranulfo Prata mostra uma visão do Nordeste como sendo o lugar do incivilizado, um espaço de angústias, atacado pelo atraso e pelos flagelos, que precisavam ser ouvidas pelos

²¹ Sobre a tentativa de disciplinar os corpos, ler: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

“civilizados” do litoral sul do país. Para ele, só o sul poderia acabar com os “corpos malditos” que lhe geravam tanto medo e repugnância, pelo fato de ver a possibilidade de Lampião interferir no mandonismo e se apropriar dos bens materiais do pai.

Ranulfo Prata deixou claro que não suportava mais as aflições e os estragos que Lampião e o cangaço estavam causando nas terras sertanejas. Um clamor que precisava ser escrito em forma de livro para ser ouvido pelas autoridades federais. Era preciso dar fim a Lampião para que os nordestinos pudessem vislumbrar tempos de alívio. Sobre isso, assim se expressa o autor:

Promessas pagam-se em qualquer tempo. Esquecemos as que nos foram feitas, mas pedimos, rogamos o cumprimento daquela que é para nós a maior de todas: o combate eficiente a “Lampião”. Não queremos estradas, justiça, escolas, higiene, tudo que constitui luxo de civilização requintada. Mas concedei-nos a esmola da tranquilidade e da paz (PRATA, [s. d], p. 23).

Seu interesse era manter o *status quo* de sua família. Para isso, eliminar Lampião e acabar com o medo das suas investidas era uma tarefa primordial que devia ser executada pelas forças federais.

As escritas das biografias de Lampião produziram (cada qual com seus interesses) a memória negativa sobre corpos que precisavam ser aniquilados, lembrados como “malditos”, pontos de referência para o descaminho da “civilização humana”, lugar oposto do bem e da moralidade. Essa escrita da história memorialista se fundiu com a produção midiática oficial na tentativa de juntar esforços para denegrir a imagem daqueles que tomaram o cangaço com meio de vida²². Como também, para reforçar a ideia de um combate ao cangaceirismo (existente muito mais no campo da retórica do que na prática, como é o caso de Érico de Almeida), e como instrumento de clamor de membros das elites nordestinas pela intervenção do governo federal, com a preocupação de manter seus bens materiais longe das investidas dos cangaceiros (como no caso de Ranulfo Prata).

²² O cangaço como meio de vida foi trabalhado por Frederico Pernambucano de Mello. Segundo ele, existiram três formas de cangaço. O primeiro era o **Meio de Vida**: o cangaceiro fazia das práticas bandoleiras a sua profissão. O segundo era o **cangaço como Vingança**: aqueles que entraram para esse mundo para vingar a morte de algum parente, lavando, assim, a honra da família. O terceiro era o **Refúgio**: neste, os indivíduos ingressaram no cangaço para se protegerem de perseguições dos poderosos locais ou da justiça. Ver em: MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: Violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. Ed. São Paulo: A Girafa, 2011. p. 140.

Esses foram os principais veículos constituintes da “memória maldita” que marcou não apenas o corpo de Lampião, mas de todos os participantes do cangaço. Como por exemplo, o cangaceiro paraibano Francisco Pereira Dantas (Chico Pereira). É sobre a construção da memória desse personagem que convido o amigo (a) leitor (a) para analisar comigo os seus mecanismos de produção.

1.2 De Francisco a Chico Pereira: a construção de uma “memória maldita”

Francisco Pereira Dantas nasceu por volta dos idos de 1900, na fazenda Jacú, no distrito de Nazareth (hoje município de Nazarezinho, Paraíba), pertencente à comarca de Sousa (Paraíba). Filho do casal formado pelo “Coronel” João Pereira da Silva e Maria Egilda Dantas, teve como irmãos Abdias Pereira, Aproniano Pereira e Abdon Pereira. E como irmãs, Angelina, Maria e Hosminda Pereira Dantas, contando também com uma “meia-irmã” por nome Vânia Secundina Dantas, filha da aliança anterior de Dona Maria Egilda, que era viúva quando se casou com o “Coronel” João Pereira da Silva (CARDOSO, 1996, p. 18-19). Filho de proprietário rural com patente de “coronel”²³ pela guarda nacional e delegado de polícia na então vila de Nazareth, Francisco Pereira Dantas assistiu a ascensão econômica e política do seu genitor, cuja influência já começava a se expandir até a cidade de Sousa e povoados circunvizinhos.

²³ Segundo Janotti (1984), a patente de coronel, uma das mais valorizadas, deixou aos poucos de ser atrelada às funções militares do exército e passou, popularmente, a ser empregada para distinguir os chefes políticos. Conferir em: JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 3. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1984. p. 24.

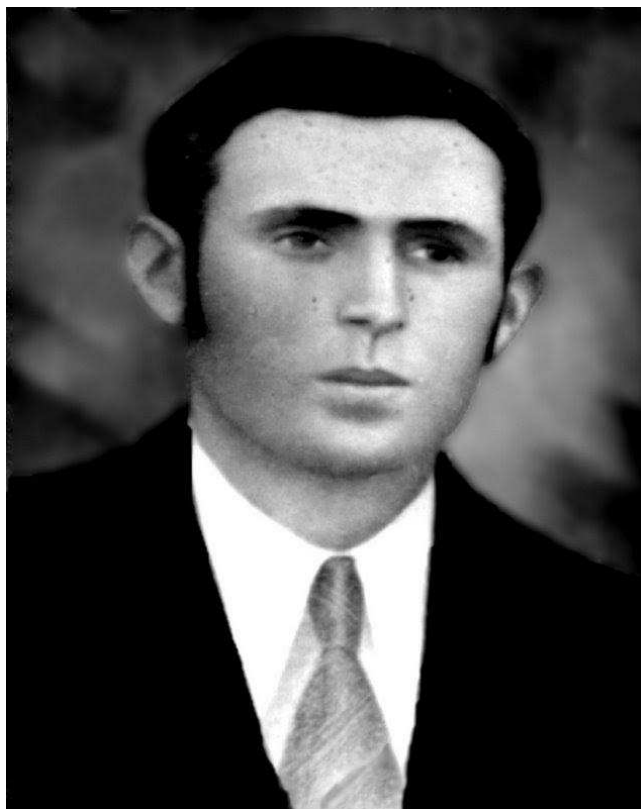


FIGURA 01: Francisco Pereira Dantas (Chico Pereira). Fotografia cedida pelo pesquisador José Romero Araújo Cardoso.

Na sede do poder municipal, em Sousa, a disputa era travada por dois grupos. Os *Urucubacas*, encabeçados pela tradicional família dos Gomes de Sá, na pessoa do patriarca José Gomes de Sá (nomeado prefeito entre os anos de 1904 – 1906) e de seu descendente, João Alvinho Gomes de Sá (prefeito entre 1915 – 1924)²⁴. Esse grupo político contava ainda com as alianças da família Pires de Sousa e dos Pereiras de Nazareth. No lado oposto, estavam os *Bacuraus*, liderados pela também tradicional família Mariz, encabeçada pelo Dr. Antônio Marques da Silva Mariz e seu filho, Dr. Otávio Mariz, juntamente com seus principais correligionários, os coronéis Manoel Gonçalves de Abrantes (povoado de Lastro) e João Ferreira Rocha (São Gonçalo).

Para situar o leitor (a), no período da chamada “República Velha”, ou “República dos Coronéis”, as instâncias dos poderes (municipal, estadual e federal) mantinham o que Jannotti (1986) chamou de “política de compromissos”. Uma cultura política permeada pelas práticas do mandonismo local exercidas pelos principais chefes

²⁴ Informações obtidas no livro da escritora memorialista sousense, Julieta Pordeus Gadelha. Cf: GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa: A união, 1986, p. 100-101.

latifundiários, denominados de coronéis. Tais lideranças alimentavam o sistema político da Primeira República injetando os votos dos seus moradores nos candidatos da sua rede de alianças, atividade que ficou conhecida como *voto de cabresto*. Após a vitória do seu candidato, o coronel era beneficiado com cargos públicos e usufruía de fortes autonomias em todos os setores da sociedade²⁵. Ao mesmo tempo, recebia do poder estadual e federal a mão protetora para legitimar as fraudes nas eleições municipais, possibilitando a manutenção do mandonismo local por seu aliado e a impossibilidade de vitória dos grupos opositores (que na maioria dos casos não existiam).

A cidade de Sousa era um exemplo desse sistema, uma vez que os grupos políticos se confrontavam com mais efervescência no âmbito local, buscando sempre estarem ligados tanto ao governo estadual quanto ao federal. Os dois blocos familiares sousenses e seus respectivos aliados lutavam para garantir os benefícios e privilégios que chegavam do litoral. Entre eles, destaca-se o projeto de açudagem, com a construção da barragem do açude de São Gonçalo, promovida pelo Presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa, que permaneceu no poder de 1919 até 1922. Essa construção foi liderada pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) com o objetivo de amenizar as fortes estiagens típicas do semiárido paraibano.

As terras de São Gonçalo, em sua grande maioria, pertenciam ao Coronel João Ferreira Rocha que, após o início da construção da barragem, viu sua antiga propriedade rural sendo transformada em açude e logo depois em vila. Um contingente populacional se formou na medida em que a firma norte-americana Dwig P. Robison & Cia, iniciou os trabalhos, no ano de 1921. Um lento processo de modernização e urbanização chegou a São Gonçalo e, com ele, trabalhadores de todas as partes do Nordeste em busca de emprego na construção da barragem.

João Ferreira Rocha reivindicou aos seus correligionários de Sousa (os Mariz) o cargo de delegado da nova vila e, conseqüentemente, a possibilidade de desenvolver um mandonismo no espaço que, com o projeto de açudagem, prometeria ser o mais próspero do município. Foram construídos barracões para vender alimentos e produtos simples aos trabalhadores e moradores que ali se fixaram. De imediato, João Ferreira Rocha e o patriarca da família Pereira em Nazareth, João Pereira da Silva,

²⁵ Não é difícil perceber que essas práticas ainda permanecem na política brasileira, com outra roupagem, em outro tempo, com novos personagens, mas com o mesmo objetivo: a manutenção do poder e dos privilégios dos descendentes desses chefes políticos de outrora.

estabeleceram os seus barracões. Era o começo de uma luta entre duas famílias que objetivavam dominar economicamente e politicamente (uma vez que eram adversários políticos em Sousa) a região de São Gonçalo.

O saldo desse embate foi o assassinato de João Pereira da Silva, no dia 11 de setembro de 1922. Ao final da tarde, chegaram quatro homens (Zé Mutuca, Campineiro, Chico Dias e Zé Dias) armados de rifles no seu comércio, na vila de Nazareth. Dos quatro, apenas Zé Dias escapou, passando a viver foragido da polícia. Segundo Oliveira (2009), como resposta a inércia da polícia, Francisco Pereira Dantas, decidiu prender o assassino do pai, mas, por ordem judicial, Zé Dias foi solto. Francisco Pereira Dantas não esperou muito e, durante o mês de outubro de 1923, assassinou Zé Dias no canteiro de obras do açude de São Gonçalo. Tempos depois, mesmo absolvido pelo tribunal de Júri, com o argumento de que estava sendo jurado de morte pelos inimigos políticos (João Ferreira Rocha e o Dr. Otávio Mariz) de seu pai, Francisco Pereira Dantas entrou para o cangaço.

O jovem Francisco Pereira Dantas passaria a ser o cangaceiro Chico Pereira e sobre o seu corpo se inscreveria uma “memória maldita” produzida pelos jornais, processos crimes e pelos interesses dos grupos políticos que disputavam o poder na Paraíba. Escritas, palavras, com vontades de verdades que, ao dizer sobre o corpo incriminado, sem perspectivas de voltar para a “normalidade social”, criam e estabelecem um lugar marginalizado sobre o outro para atender as suas subjetividades. Chico Pereira era vestido do mais destacado cangaço no estado e, por isso, suas ações deveriam ser mapeadas, decifradas e combatidas. Era dada a largada para a produção de uma memória cangaceira negativada, destaque-se três momentos: o ataque à cidade de Sousa (1924); as incursões ao Estado do Rio Grande do Norte (1926-27) registrada pelos jornais, e um processo criminal (Acari - 1927); e o uso do seu corpo pelos grupos políticos da Paraíba.

Dia 27 de julho de 1924, era madrugada de domingo na cidade de Sousa, no sertão do estado. O dia amanhecia frio e nebuloso e com os sousenses “ilhados”, pois os fios telegráficos já haviam sido cortados. O clima de medo e tensão corria as ruas com as primeiras notícias que a cidade estava sendo invadida por grupos de cangaceiros. Era

os grupos de Chico Pereira e Lampião. Este último, na ocasião, foi representado pelos seus irmãos, Antônio e Levino²⁶.

O contingente militar na cidade contava com vinte homens, sendo dez soldados locais, comandados pelo sargento Polônio; e mais dez vindos da cidade de Pombal um dia antes, comandados pelo Tenente Salgado. Apesar de ser um número significativo para a época, o serviço desses militares sofria com a falta de produtos bélicos e com a pouca experiência em combates. Não tardou o som dos primeiros tiros das armas dos cangaceiros para os policiais se embrearem na caatinga, deixando a cidade totalmente *desprotegida*. Seguindo o mesmo fluxo evasivo, a família Mariz (os principais inimigos políticos de Chico Pereira) procurou refúgio no povoado de Lastro, onde ficaram protegidos pelos jagunços do correligionário Manoel Gonçalves de Abrantes.

Em Sousa, às pessoas deixaram suas casas para protegerem seus filhos e filhas, fazendo de tudo para resguardarem suas joias e bens. Os que ficaram presenciaram, aproximadamente, 73 cangaceiros varrerem as ruas da cidade por longas horas. O Juiz de direito da comarca, Arquimedes Souto Maior, foi acordado com a visita do cangaceiro Paizinho (que anos atrás havia sido condenado à prisão por esse Juiz) que lhe arrastou, ainda de pijama, pela principal rua da cidade, impondo-lhe as piores humilhações e violências. Foi resgatado, horas depois, pelos familiares e amigos que conseguiram pagar o valor de quinhentos mil réis para a libertação do refém.

A escritora sousense Julieta Pordeus Gadelha, em seu livro *Antes que ninguém conte*, concluiu assim o ataque dos cangaceiros àquela cidade:

Em Sousa, os cangaceiros não realizaram nada que se identificasse com ato de defesa ou de justiça. Apenas judiaram, depredaram, arrancaram brincos de ouro das orelhas das mulheres, roubaram dinheiro e joias de pessoas que antes tinham de confirmar se pertenciam ou não à família do Dr. Antônio Mariz (GADELHA, 1986, p. 148-149).

O escritor romancista José de Abrantes Gadelha, no livro *Sangue, terra e pó*, também registrou o ataque dos cangaceiros em Sousa, assim descrevendo as ações: “A roubalheira se estendia alarmante, avassaladora. De nada valendo os rogos, às súplicas.

²⁶ Lampião não esteve presente em Sousa, pois, durante todo mês de junho e julho, permaneceu acoitado na propriedade do Coronel Marçal Diniz (poderoso líder político da região de Triunfo, Pernambuco), chamada Patos da Baixa Verde, recuperando-se de um ferimento no pé que quase lhe tirou a vida, em um combate no dia 26 de março de 1924.

A comandita maldita continuava desenfreada pelo torpor embriagante da cachaça – rolando de boca em boca, das garrafas abertas a ponta de punhais” (GADELHA, 1983, p. 31-32). Ambos os autores escreveram baseados nas memórias dos seus familiares (os Gadelhas), que pertenciam ao grupo político dos Mariz. Dessa forma, seus escritos buscaram lembrar que essas famílias foram perseguidas, humilhadas, mas não abandonaram o objetivo dos “grandes homens”: lutar contra os malfeitores que, por motivos políticos, atacavam a cidade. Esse interesse familiar ficou claro quando José de Abrantes Gadelha tentou responder, em um esforço explicativo, o que provocou a invasão dos cangaceiros:

E o ataque a cidade, o que fora? Nada mais do que uma crise política, planejada e organizada pelos Urucubacas – dominantes na época, cujo desprestígio por parte dos construtores da barragem de São Gonçalo, medrara ainda mais ódios e rancores aos Bacuraus [...] entregues aos pensamentos, rumava Otávio Mariz a Lastro, de onde só voltaria para revidar o ataque desaforado dos Urucubacas, cujos crimes estavam sendo praticados contra amigos e correligionários seus, pelos temíveis cangaceiros (GADELHA, 1983, p. 30-31).

As ações dos cangaceiros foram atribuídas por esses escritores ao grupo político do prefeito João Alvino Gomes de Sá (Urucubacas), aliado político do pai de Chico Pereira. Pode-se perceber que, sobre esse acontecimento existiam interesses políticos dos grupos que disputavam o poder local, sendo usado como mecanismo de glorificação familiar e partidária, a partir da heroicização de personagens ligados à família Mariz²⁷ e a culpabilidade dos seus adversários que ainda mantinham relações com os Pereiras de Nazareth. Com isso, os atos de Chico Pereira e os demais cangaceiros em Sousa foram explorados pelos interesses do grupo opositor, com o objetivo de denegrir seus adversários e tomar as rédeas do poder. Portanto, manter qualquer tipo de relação com Chico Pereira passaria a representar o lugar do nefasto, do obscuro, do maldito.

Se em Sousa havia a necessidade por parte de um grupo de lembrar os acontecimentos do dia 27 de julho de 1924, o mesmo não acontecia com o governo do

²⁷ No caso da narrativa de José de Abrantes Gadelha, o seu avô materno, o Coronel Manoel Gonçalves de Abrantes, foi representado como um herói que ouviu as súplicas de seus aliados políticos em Sousa e organizou um contingente de homens para defender a cidade. A isso deu o nome *Em defesa de uma cidade*, a um dos capítulos do seu livro. Já em Julieta Pordeus Gadelha, o fato é narrado tendo como foco principal seus familiares: Major Gadelha e Tosinho Gadelha, ambos lutando para apaziguar os corpos malditos que arrastavam a cidade em ondas de terror.

Estado que buscou silenciar ao máximo o ocorrido. O principal veículo midiático do governo, o jornal *A União*²⁸, publicou apenas uma matéria, dois dias depois do ataque, com o seguinte título: “Um grupo de cangaceiros ataca a cidade de Souza”. Destaco aqui uma parte da notícia:

Ante-hotem, pelas 4 e meia horas, um numeroso grupo de cangaceiro atacou a cidade de Souza, conseguindo vencer a resistência que se ofereceu [...] esses facínoras, dirigidos por Lampião, foram unir-se a Chico Pereira no município de Souza [...] não temos, até ao escrever estas linhas, pormenores do ataque, parecendo que houve surpresa pelo menos quanto á hora, pois Souza é uma cidade de animada população, a qual poderia, unida oppôr defesa aos 40 cangaceiros de que se comporá o grupo. As notícias desse assalto, a Souza vieram ao Sr. Presidente do Estado em telegrama de Pombal, onde chegaram o tenente Salgado e o Juiz daquela Comarca dr. Archimedes Souto-Maior, cuja residência foi das primeiras ocupadas e saqueadas [...] (A UNIÃO, 29 de julho de 1924 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 107)²⁹.

O jornal *A União* escolheu destacar a revolta tenentista paulista de 1924. A mesma percorreu quase todo mês de julho e tinha como objetivo tomar a cidade de São Paulo para depois destituir Artur Bernardes da Presidência da República. Mas quais eram os interesses dessa escolha? Por que dar ênfase a uma revolta em São Paulo e tentar silenciar o ataque dos cangaceiros a cidade de Sousa? Primeiramente, é importante ressaltar que *A União* sempre evitou escrever sobre o cangaceirismo no sertão do estado, pois a ideia era criar um sentimento de segurança e controle com relação à luta contra os cangaceiros por parte do governo. Em segundo, o presidente Sólton Lucena (1920 – 1924) assim como o seus sucessores, fez uso da escrita do jornal para criar uma imagem em torno do combate ao bandidismo na Paraíba, portanto, as movimentações dos grupos de cangaceiros caíam no lugar do não dito pela *A União*. Sendo assim, a preocupação dada à revolta dos tenentes paulistas não deixou de ser também um esforço para esquecer a insegurança e a vergonha provocada pelo ataque em Sousa.

Preocupado em dar uma resposta a população e principalmente a seus correligionários sousenses, Sólton Lucena buscou mostrar através das páginas de A

²⁸ De acordo com Mello (2002), o jornal *A União* foi fundado em 1893, como resultado da união dos grupos liberais e conservadores do Partido Republicano na Paraíba.

²⁹ Uso a grafia original dos jornais.

União que o governo estava firme na luta para prender e punir os envolvidos. Naquele momento, para quem o cangaço ganhava as páginas do jornal não para mostrar as ações dos cangaceiros, mas para se construir um discurso de combate efetivo pelo estado. Durante o mês de agosto de 1924, várias matérias foram publicadas, ressaltando a luta do presidente Sólton Lucena contra os grupos que invadiram Sousa.

No dia primeiro de agosto de 1924, o jornal *A União* publicou o artigo: “A última incursão de cangaceiros no interior”, noticiando:

As últimas notícias sobre os acontecimentos do interior informam que a população está confiante na acção do governo, que tem sido das mais prontas e eficazes. No encalço do grupo que atacou a cidade de Souza foram despachados três contingentes de polícia deste Estado e do Ceará e do Rio Grande do Norte. Contam ainda as forças em operação com o auxílio do deputado José Pereira, que já se acha em campo com 60 homens em armas. Os bandoleiros, conforme telegrama do sr. Demócrito d’Almeida para o chefe do executivo parahybano, teriam tomado o rumo de S. José de Piranhas, cujo destacamento foi reforçado, de maneira a resistir a qualquer tentativa de assalto á Villa por parte dos malfeitores [...] (A UNIÃO, 01 de agosto de 1924 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 109).

No dia seguinte, outra notícia sobre o “Cangaceirismo – os últimos acontecimentos de Souza” foi divulgada pelo jornal: “Prosseguem no sertão as diligências contra o grupo que atacou há dias a cidade de Souza [...]” (A UNIÃO, 02 de agosto de 1924 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 109). Já no dia 12 de agosto o jornal trouxe “Os acontecimentos de Souza. Providências do governo. A dispersão do grupo. Alguns cangaceiros presos”³⁰. Preocupado em afastar a ideia de um Estado inerte e inseguro, como também sanar as feridas que os cangaceiros deixaram em Sousa, o presidente Sólton Lucena continuou seu projeto para reforçar a ideia de luta e perseguição ao banditismo, registrando em *A União* que “*O bando de malfeitores chefiados por Francisco Pereira e Lampeão, continua perseguido pela nossa polícia*”³¹.

Segundo Oliveira (2009), após o saque, por volta das três horas da tarde do mesmo dia, com as notícias de que uma volante policial partiria da vizinha cidade de Cajazeiras, os cangaceiros requisitaram caminhões para sair de Sousa e voltarem para o ponto de encontro antes do ataque, à fazenda Jacú. Lá permaneceram escondidos pelos

³⁰ A União, 12 de Agosto de 1924. p. 1.

³¹ A União, 20 de Agosto de 1924. p. 2.

serrotes, até se subdividirem em vários grupos, partindo em retirada na direção do estado de Pernambuco. No percurso, vários enfrentamentos foram registrados e Chico Pereira seguiu para servir com seus homens ao grupo de cangaceiros mais conhecidos e temidos do país.

Depois de fazer parceria e seguir por alguns tempos o grupo de Lampião, o nome de Chico Pereira ganhou destaque nos jornais e a construção do corpo criminoso se disseminou por quase todos os estados do Nordeste, passando a ser postulado com um dos principais cangaceiros da Paraíba, entre os anos de 1924 - 1928. No dia 10 de novembro de 1925, o *Jornal do Recife* mapeou os encaixes dessa parceria: “[...] Chico Pereira estava hitem escondido, com 20 homens armados esperando o grupo de Lampião [...]” (JORNAL DO RECIFE, 10 nov. 1925). Os jornais *O Sítia*³² (Ceará) e *A Província* (Pernambuco) também escreveram sobre a atuação de Chico Pereira ao lado de Lampião. Porém, foi a partir de 1927 que os jornais começaram a divulgar com maior intensidade o nome de Chico Pereira.

O periódico *O Jornal* do Rio de Janeiro, registrou pelo menos três matérias no ano de 1927. A primeira destacando um ataque a um povoado paraibano: “telegramas anunciam que “Lampeão” e Chico Pereira atacaram o povoado de Belém, no estado da Paraíba, no extremo da fronteira com este estado (Rio Grande do Norte)³³, ameaçando os municípios de Luiz Gomes e Alexandria” (O JORNAL, do Rio de Janeiro, 18 de maio. 1927). Sete dias depois publicou uma nova matéria envolvendo Chico Pereira, expondo o seguinte conteúdo:

O BANDIDISMO NO NORDESTE EFFICAZES AS PROVIDENCIAS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE PARA COMBATELO a providencia efficaz do governo do Rio Grande do Norte, augmentando o effectivo da força publica a fim de guarnecer as fronteiras produziu os melhores resultados. Assim, foi evitado a incursão dos grupos chefiados por Chico Pereira e “Lampeão”. O primeiro, está sendo processado por crimes neste estado e assoalha vingar-se (O JORNAL, 25 de maio. 1927).

A terceira notícia foi publicada meses depois com o título: *O Banditismo no Nordeste*: “[...] de Pombal informa que no começo da semana passada foi ali cercado por uma força de policia o bandido Chico Pereira. Depois do violento tiroteio, o

³² Publicou uma matéria no dia 20 de dezembro de 1925, intitulada: “Guerra de Morte ao Banditismo”.

³³ Grifos nossos.

criminoso conseguiu romper o cerco e fugir. Morreu na luta um soldado de policia [...]” (O JORNAL DO RIO DE JANEIRO, 25 de out. 1927). O também Jornal carioca A *Gazeta de Notícias*, destacou um assalto à cidade potiguar de Apodi:

UMA CIDADE SAQUEADA: O BANDOLEIRO CHICO PEREIRA EM APODY. Acabam de chegar noticias de que o celebre bandoleiro Chico Pereira, á frente de vinte bandidos ivandiu e saqueou a cidade do Apody, no R. Grande do Norte, cujo governo agiu imediatamente, mandando uma força policial de 200 praças effectuar a perseguição e desbaratamento do bando de malfeitores (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de maio. 1927).

Mostrando-se preocupada com a situação do Nordeste frente ao cangaço, A *Gazeta de Notícias*, pediu ao governo federal que procurasse ajudar da melhor maneira possível os estados dessa região. Nesse apelo, Chico Pereira já foi colocado como um dos principais problemas desse fenômeno rural: “[...] Chico Pereira e Lampeão voltaram ás tropelias de sempre. Porque não se resolve o governo federal a estudar esse caso, prestando aos Estados nordestinos o amparo que elles precisam?” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de maio. 1927). As narrativas sobre Chico Pereira não pararam por aí. Meses depois, o mesmo periódico, demonstrou um fascínio por essa personalidade do cangaço, buscando decodificar sua índole, estilo e gostos. Por isso, lhe foi reservado um espaço considerável no jornal com o título: *Os Bandidos do Nordeste – A audacia de Chico Pereira*:

[...] Tem sempre algo de interessante o estudo da psycologia dos bandidos. Não nos propemos a fazel-o aqui, comtudo queremos destacar hoje a personalidade estranha do cangaceiro Chico Pereira [...] Chico Pereira é um admirador dos heróes do Far-West americano. Usa chapeó de abas largas, pistola cinta, pesadas cartucheiras, lenço vermelho ao pescoço, tudo misturado com o muito nortista punhal e bordadas alpercatas. Monta admiravelmente o gosto pelas situações difficeis, parecendo até haver escolhido a vida do cangaço pelo prazer dos arriscados desportos [...] Este Chico Pereira parece que já trabalhou em fita de série (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 de nov. 1927).

Essa descrição sobre as vestes de Chico Pereira parece ter sido feita através da sua fotografia tirada no ano de 1924, na qual aparece vestido como um típico *Cowboy* do velho oeste norte-americano. Esse fato fez com que alguns pesquisadores que

revisitaram esse personagem o nomeasse como sendo: “um cangaceiro diferente” por não utilizar o chapéu com abas quebradas na testa, nem gibão ou outra indumentária tradicional usada pelos cangaceiros do seu tempo.



FIGURA 02: Chico Pereira em fotografia de 1924. Cortesia do acervo do pesquisador José Romero Araújo Cardoso.

Ainda sobre a produção da memória criminoso, os processos criminais também escreveram arranhões nos corpos dos cangaceiros, deixando marcas, rastros a partir do poder de incriminar e estabelecer um lugar sobre o outro. Chico Pereira respondeu por vários deles, mas destaco aqui o processo de Acari, no Rio Grande do Norte.

No dia 01 de fevereiro de 1927, entre as dez e onze horas da noite, o Coronel Joaquim Paulino de Medeiros (conhecido como Quincó da Ramada) observou um vulto que circulava no alpendre da sua casa, no sítio Rajada, município de Acari. Eram quatro homens, sendo três vestidos de calça e paletó e um vestido a militar, portavam três rifles e um revolver *Smith & Wesson*. Quando surpreendidos pelo filho do Coronel Quincó

(Jaco Medeiros) argumentaram que faziam parte da força policial que estava em diligência à procura de um bandido que havia feito um roubo na vizinha vila de Parelhas. Sendo assim, os homens foram convidados para adentrarem a residência e, nesse momento, anunciaram que se tratava de um assalto. Joaquim Paulino de Medeiros era conhecido por suas posses e os assaltantes levaram uma grande quantidade em dinheiro, joias, ouro e outros objetos de valor, além de destruírem alguns móveis da casa.

O anonimato dos envolvidos durou pouco. Dias depois foi preso na delegacia de Jardim do Seridó um indivíduo por nome de Antônio Jerônimo (Antônio Chofer). O mesmo confirmou que fizera parte do crime, juntamente com Chico Pereira, Aproniano Pereira (irmão de Chico) e um rapaz chamado de Marcionillo³⁴. Essa é a versão da justiça sobre os envolvidos no assalto à fazenda Rajada, que teve como fonte principal os depoimentos de Antônio Jerônimo. É certo que os outros acusados não chegaram a se defender, como por exemplo, Chico Pereira, que teve sua vida tirada quando este era encaminhado ao júri em Acari. A morte de Chico Pereira se constituiu como o último pedestal que consolidou a “memória maldita”, agora produzida para atender aos ideais dos grupos políticos paraibanos que disputavam o poder. Para compreender esses interesses, convido o amigo leitor (a) para continuar acompanhando os mecanismos de construção da “imagem negativada” do personagem estudado.

Os motivos da morte de Chico Pereira estão atrelados à crise política que viveu a Paraíba entre os anos de 1926-1928. Faz-se necessário lembrar que, desde 1915, esse estado vivia sobre o domínio da oligarquia de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, exercendo seu mandonismo a partir da indicação dos nomes dos presidentes de Estado que iriam assumir o governo da Paraíba em mandatos de quatro anos³⁵. Mas a dominação do epitacismo começou a ser colocada em cheque quando João Suassuna (nomeado pelo próprio Epitácio) chegou ao cargo de presidente da Paraíba, em 1924. De acordo com Mello (2002), João Suassuna mostrava pouca disposição para a coisa

³⁴ Para título de informação, o processo de Acari foi recentemente publicado em formato de livro pela coleção de processos-crimes do cangaço, organizada pelo pesquisador Paulo Medeiros Gastão. Ver: GASTÃO, Paulo Medeiros; MARQUES, Elane. **Acary e o Processo de Chico Pereira**. Mossoró: Editora IGRAMOL, 2014.

³⁵ Os presidentes colocados por Epitácio foram: Antônio Pessoa (1915-1916); Camilo de Holanda (1916-1920); Solón Lucena (1920-1924); João Suassuna (1924-1928); João Pessoa (1928-1930). Consultado em: MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 10. ed. João Pessoa: A União, 2002. p. 146.

pública, passando mais tempo fora do palácio do que neste. Seu governo ficou marcado pela liberdade gozada pelos chefes políticos em suas localidades, tendo o governo atuado como parte das disputas locais, fazendo da justiça a principal ferramenta partidária para garantir as eleições dos poderosos. Suassuna assumiu uma postura tradicional de um coronel sertanejo no poder.

Nesse período, favorecido pela lentidão da presidência do estado, o cangaço floresceu com ímpeto e as queixas começaram a chegar com mais frequência até o Ministro do Supremo Tribunal Militar, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, no Rio de Janeiro; e ao chefe da oligarquia paraibana, Epitácio Pessoa. Contudo, Suassuna começou a articular a própria sucessão com a intenção de romper com o epitacismo e criar sua própria força política na Paraíba. Com isso, planejava indicar seu chefe de polícia, Júlio Lyra, para a presidência e os coronéis José Pereira de Princesa e José Queiroga de Pombal para a primeira e segunda vice-presidência do estado (a chamada chapa dos três Jotas). Epitácio Pessoa, nos planos de Suassuna, passaria a ser uma figura simbólica. Mas, vendo que o seu poder estava ameaçado, o patriarca da oligarquia decidiu intervir junto ao governo federal e indicar o seu sobrinho para a sucessão da presidência paraibana (MELLO, 2002, p. 170-174).

Do Rio de Janeiro, os Pessoas usaram os jornais para criticarem o governo de Suassuna, e o principal foco era o suposto apoio que o presidente dava aos cangaceiros, sobretudo a Chico Pereira. Novamente, se inscreviam interesses sobre o corpo desse indivíduo. Dessa vez, essas inscrições culminaram com a morte do corpo que foi dito pelos outros como “maldito”. Destaco a seguir os periódicos (encabeçados principalmente pelos Pessoas) que ajudaram na divulgação das possíveis ligações entre João Suassuna e Chico Pereira.

Já em 1926, o jornal *A Manhã* (Rio de Janeiro) publicou a seguinte matéria:

COMO SE COMBATE O CANGACEIRISMO NA PARAYBA:
CHICO PEREIRA “PERSONA GRATA” DOS PODEROSOS DO
DIA... [...] o cangaceiro Chico Pereira, saqueador de Souza,
deflorador de Cajazeiras, assassino de Nazareth, andou o ano passado,
em companhia dos sobrinhos do presidente do Estado, passeando em
automovel por esta villa do Catolé do Rocha, terra natal do presidente
Suassuna [...] Chico Pereira dahi sahia em companhia de pessoas da
família presidencial, para transitar pelas fazendas dos adversarios
politicos do presidente, com o fim de intimidar-os [...] (A MANHÃ,
02 de jun. 1926).

Em 1927, o jornal *Imparcial* (Ceará) divulgou uma carta de um dos seus redatores do estado da Paraíba, que fazia oposição ao suassuanismo através dessas linhas:

OS HORRORES DO SUASSUNISMO. Peço-vos guarida em o vosso conceituado jornal, para, mais uma vez, trazer á luz da publicidade como se faz justiça na hoje infeliz Parayba, que tem a desdita de ser governada por um homem prepotente e arbitrário, que tratando somente de politicagem baixa os olhos aos desmandos de seus correligionarios, e fica indiferente aos suplicios e damnos causados a seus adversarios. [...] Satisfeito deve estar Chico Pereira, que mata, rouba, incendia, estupra, sahindo, de automóvel, do interior da Parayba, para as suas constantes investidas no Rio Grande do Norte, voltando depois para a fazenda as fazendas “Acaua” ou “Volta”, ambas de propriedade dos irmãos Suassuna! (O IMPARCIAL, 27 de jul. 1927).

Mesmo conseguindo vetar a chapa de João Suassuna, Epitácio Pessoa e João Pessoa não pararam de divulgar na imprensa textos que apontavam para o descaso e para a desmoralização do governo Suassuna. É importante destacar que João Pessoa assumiu o papel de moralista encarregado de moralizar a política paraibana marcada pelas ligações com o cangaceirismo. Para além desse discurso moralista que incriminou o corpo de Chico Pereira, estiveram os interesses da família Pessoa na tentativa de assegurar o domínio da oligarquia Epitacista na Paraíba. Portanto, João Pessoa colocase como o político “moderno” que iria acabar com as “velhas” práticas políticas representadas por João Suassuna e seus aliados. Nesse jogo de disputa pelo poder, o corpo de Chico Pereira foi inscrito como “maldito” para atender aos interesses dos projetos políticos da oligarquia Epitacista.

Após a confirmação que João Pessoa seria o novo presidente da Paraíba, o jornal *Diário Carioca* (Rio de Janeiro) deu destaque à *rebeldia* de João Suassuna e suas ligações com Chico Pereira, mostrando que suas ações eram dignas do ostracismo e de ficar desempregado sem o apoio de Epitácio Pessoa:

PORQUE QUIZ DAR POR TERRA COM O SR. EPITÁCIO E PORQUE FOI PROTECTOR DE CANGACEIROS, VAE FICAR SEM EMPREGO, EM PLENO E DURO OSTRACISMO, O SR. JOÃO PESSOA. [...] como administrador, o sr. Suassuna andou mal. Foi, por

exemplo, como o sr. Moreira da Rocha, no Ceará, um grande protector do cangaceirismo que o diga o celebre fascinora Chico Pereira, chefe de bandidos e companheiro de “Lampeão” [...] (DIÁRIO CARIOCA, 12 set. 1927).

Em resumo, Chico Pereira foi usado pelos projetos políticos do epitacismo que, com receio de perder as rédeas da sua oligarquia, se aproveitou do indivíduo incriminado para manter seu domínio. Com isso, a “memória maldita” chegava a seu estágio máximo de construção, mas não pararia ali. Como o plano de João Suassuna não chegou a ser consolidado, só lhe restava salvar a sua carreira política buscando se desvincular das críticas para “purificar” seu nome. O primeiro passo era silenciar os discursos que o colocavam como protetor de Chico Pereira. O meio usado foi a “queima de arquivo”. Em outras palavras, a morte do “corpo maldito” que havia sido atrelado ao seu.

No dia 22 de outubro de 1928, João Pessoa tomou posse como o novo presidente do estado. O principal motivo da sua indicação pelo seu tio Eptácio era o trabalho de desmonte que o mesmo deveria efetuar contra o grupo liderado por Suassuna e José Pereira, que ainda contava com muitos adeptos graças à consolidação das relações de compromissos que foram estabelecidas durante o seu governo. Segundo Mello (2002), no Rio de Janeiro, João Pessoa confessou a José Américo que iria para a Paraíba “dar uma vassourada”. Tal atitude começou com o discurso de posse, no qual declarou guerra ao cangaceirismo e aos seus protetores, levando a polícia a vasculhar propriedades a procura de armas que abasteciam o cangaço. Esse discurso foi direcionado a João Suassuna e José Pereira de Princesa, reafirmando os interesses de Eptácio Pessoa em enfraquecer o poder desse grupo.

Saindo da cerimônia às pressas, João Suassuna começou a articular a eliminação do “corpo maldito” que tanto lhe causara críticas. Chico Pereira já havia sido detido no dia 06 de agosto de 1928, quando participava das comemorações da festa da padroeira na cidade de Cajazeiras. Em seguida, foi recambiado até Pombal, informado pela Força Pública que, de lá, iria para a cidade de Princesa Isabel responder o processo pela morte de um indivíduo chamado Pierre de Sousa. Após passar nove dias em Pombal, Chico Pereira foi para a cadeia de Patos, e de lá, seguiu para Santa Luzia, onde seria entregue à

justiça do Rio Grande do Norte. Tudo previamente arquitetado por João Suassuna com seu aliado Juvenal Lamartine, Presidente do Rio Grande do Norte³⁶.

De acordo com Guerra Filho (2001), por volta das 21 horas do dia 24 de agosto de 1928, a escolta chegou à cadeia de Acari, onde Chico Pereira passou cinco dias detido e depois foi enviado para a Casa de Detenção, em Natal, lugar que passaria os três últimos meses de vida. Juvenal Lamartine designou que o seu “cão de guarda”, o Tenente Joaquim de Moura, não deixasse Chico Pereira chegar ao júri em Acari. E assim foi feito: a justiça determinou que no dia 29 de outubro de 1928, Chico Pereira responderia ao júri em Acari.

No dia 28 de outubro, por volta das 4 horas da manhã, no caminho de volta para Acari, na Fazenda Maniçoba, a 10 km da cidade de Currais Novos, o Tenente Joaquim de Moura mandou parar o carro, simulando defeito. Além do Tenente, faziam parte da escolta o 3º Sargento Genésio Cabral de Lima (motorista), o 2º Sargento Luís Auspício, o Cabo, Feliciano Tertuliano e o 3º Sargento, Basílio. Chico Pereira estava algemado e foi removido do carro sobre fortes pancadas de rifle na cabeça. Era o começo da tortura que só encerraria com o ato final, o atropelamento bárbaro do corpo de Chico Pereira³⁷ (GUERRA FILHO, 2011, p. 104 – 105).

Era seu fim, seu último suspiro! O “corpo maldito” precisou ser morto para salvar o nome de um político que, intencionalmente e a todo custo, tentou silenciar sua relação com o cangaceirismo, a título de garantir sua carreira política. Alvo de múltiplos interesses, Chico Pereira teve sua vida rompida aos 28 anos de idade, deixava sua esposa Jardelina Nóbrega viúva, aos 17 anos, com três filhos pequenos e uma “memória maldita” para ser enfrentada pela família.

Com isso, é importante enfatizar como as práticas políticas possibilitaram o surgimento dos cangaceiros no sertão nordestino, e como os jogos de poder disputados pelas elites contribuíram para as representações jornalísticas e, conseqüentemente, para

³⁶ A isto, o pesquisador Honório Medeiros chamou de “pacto dos governadores” para eliminar Chico Pereira. De um lado, João Suassuna, com o interesse de limpar o seu nome politicamente; já Juvenal Lamartine, estava interessado em servir ao correligionário, como também “queimar” o homem que era acusado de vários saques no seu estado. Disponível em: <<http://cariricangaco.blogspot.com.br/2014/07/o-pacto-dos-governadores-para-eliminar.html>>. Acessado em: 03 mar. 2016.

³⁷ O cadáver foi levado para a delegacia de Currais Novos. Chico Pereira foi sepultado ao fim da noite do dia 28 de outubro de 1928, em uma procissão a luz de vela (não havia energia elétrica), no cemitério daquela cidade. Atualmente, no lugar onde foi enterrado Chico Pereira, se ergue o túmulo de Dona Rozita de Sousa Coelho. Informações retiradas do livro: GUERRA FILHO, Adatao. **O Seridó na Memória do povo**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 2001.

a fabricação de uma “memória maldita” para o cangaceiro Chico Pereira. Portanto, as inscrições que marcaram o corpo de Chico Pereira como “maldito” foram movidas por diversos interesses, sobretudo políticos. Essas inscrições, permeadas pela vontade de verdade, falam muito mais de quem as inscreveram do que do corpo *capitalizado*!

O triste desfecho da vida de Chico Pereira não representou o fim da sua memória, pois, como negação a produção do indivíduo marginalizado (pelos mecanismos apresentados neste capítulo) foi reelaborada uma nova narrativa memorialista sobre o seu corpo. Uma nova face para Chico Pereira começaria a ser construída pelo seu filho, a partir da escrita do livro *Vingança, não: depoimentos sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste*. É sobre essa resignificação que convido o leitor (a) para continuar comigo no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DE FILHO PARA PAI: A RECONSTRUÇÃO MEMORIALISTA DE CHICO PEREIRA

Neste capítulo, objetivo problematizar a reelaboração memorialista de Chico Pereira, através da escrita do livro *Vingança, não*. Entendo que esse discurso surgiu como negação da memória negativa apresentada no capítulo anterior. Para realizar o que proponho, utilizo no primeiro tópico, o conceito de *lugar social*, de Michel de Certeau, buscando compreender o lugar de fala e de produção do autor. Em seguida, mapeio as condições de possibilidades que proporcionaram a produção desse novo discurso memorialista.

2.1 A memória redentora e a reconstrução de um “novo” Chico Pereira

Quando Chico Pereira foi assassinado deixou três filhos, fruto do casamento por procuração com a jovem professora pombalense Jardelina Nóbrega (conhecida como Jarda). Eram eles: Raimundo, Dagmar e, o mais novo, Francisco Pereira Nóbrega. Este último, nascido no dia 24 de abril de 1928, na já citada fazenda Jacú. Tendo passado a infância longe da mãe e dos dois irmãos, Francisco Pereira Nóbrega, foi criado pelo seu tio Abdias Pereira até começar os estudos na cidade de Cajazeiras, na Paraíba, onde se alfabetizou e conseguiu sua ordenação no Seminário Arquidiocesano deste estado.

Francisco Pereira Nóbrega almejou passar a ideia de uma vida estreitamente ligada à necessidade de superar a “memória maldita” do seu pai. Desejando evidenciar que todos os seus passos desde a infância, o caminho para o sacerdócio, a publicação do livro *Vingança, não* e sua carreira como escritor foram ditados pela necessidade de amenizar, ou apagar, as marcas e os arranhões deixados pela trajetória do seu genitor.

Com uma formação erudita de sacerdote católico, após a publicação do livro *Vingança, não* (1960), Francisco Pereira Nóbrega aprofundou seus estudos teológicos na França, onde frequentou cursos de Literatura e concluiu o Doutorado em Filosofia, na Universidade Católica de Paris. Na Itália, também estudou literatura e conseguiu o

título de mestre em Teologia, pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Ainda na Europa, participou de várias missões apostólicas. Graças aos estudos e convivências com várias culturas, tornou-se poliglota, falando fluentemente, além do português, o espanhol, italiano, o francês, o alemão, o sueco e o grego (FORMIGA, 2012, p. 45-48).

Através da rica formação intelectual recebida no continente europeu, Francisco Pereira Nóbrega se tornou um dos principais hegelianos em atuação no Brasil. Após seu retorno, lecionou a disciplina de Filosofia, entre 1966 e 1968, no Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Retornou no final da década de 1970 para a mesma Universidade, agora como professor titular do Departamento de Filosofia. Posteriormente, implantou o mestrado nessa mesma disciplina, na UFPB, em 1978, no reitorado de Lynaldo Cavalcanti.

Depois de realizar várias missões apostólicas, em que contemplou ações sociais e políticas, devotou-se a essas atividades, deixando formalmente o sacerdócio em 1968. Mesmo assim, argumentava que nunca deixaria de ser padre. A mensagem cristã o acompanhou durante grande parte da vida. As suas pregações filosóficas ficaram conhecidas pelo alto apelo social e político, dedicadas especialmente, à defesa dos excluídos, refletindo, assim, o seu engajamento no movimento da ala progressista da Igreja Católica, conhecida como Teologia da Libertação, que evoca a preferência pelos mais pobres. Logo após deixar a batina, Francisco Pereira Nóbrega se casou, no ano de 1971, com Lígia Aparecida Moura Pereira Nóbrega, com quem teve três filhos: Melissa, Mariana e Francisco.

Francisco Pereira Nóbrega escreveu, por muitos anos, crônicas diárias nos jornais paraibanos: “A Notícia”, “A Imprensa”, “Correio Braziliense” e, sobretudo, no “Correio da Paraíba”. Além disso, publicou os seguintes livros: *A palavra na construção do homem*; *Balões da madrugada* (reflexões existenciais); *Rio seco*; *Vingança, não*; *A palavra na construção do homem* (crônicas escolhidas); e os seus únicos escritos de filosofia, *Para ler Hegel* (1974) e *Estruturas básicas do pensamento hegeliano* (1979, mimeografado). Em 2005 republicou *Para ler Hegel*, com outro título, *Compreender Hegel*.

Vitimado por um acidente vascular cerebral (AVC), Francisco Pereira Nóbrega faleceu às 17:00 horas, do dia 22 de janeiro de 2007, no hospital da Unimed, na cidade

de João Pessoa, Paraíba. Seu corpo foi sepultado no Cemitério Parque Jardim das Acácias, nessa mesma cidade, no dia 24 de janeiro do mesmo ano.

Apesar dessa rica formação intelectual, Francisco Pereira Nóbrega³⁸ teve sua infância, assim como a maioria dos filhos de ex-cangaceiros, marcada pelo estigma de um passado *desumano*, fruto de uma sociedade excludente que produziu, em muitos casos, o banditismo rural no Nordeste. Com o aparelho estatal quase inexistente, representado pelos interesses dos chefes políticos, várias lutas familiares foram travadas pelo espólio do poder, proporcionando o surgimento de grupos armados (cangaceiros) que, sob o pretexto de vingança, agravaram ainda mais a vida dos sertanejos.

Os filhos dos cangaceiros levaram, por muitos anos, o repúdio do passado produzido pelos relatos oficiais, um passado “maldito”, que deveria ser reescrito. Alguns deles se tornaram escritores, fazendo uso da escrita da história para reescreverem seus familiares, dar-lhes novas faces, novas memórias. Destaco, além do filho de Chico Pereira, a neta de Lampião, a jornalista Vera Ferreira. Esses travaram uma batalha entre as memórias³⁹, por meio dos seus escritos, para produzirem outras identidades para seus parentes, que fugissem dos estereótipos de bandidos e malfeitores. Para isso, forjaram discursos memorialistas e deram outras perspectivas aos estereótipos construídos anteriormente, propondo novos referenciais para serem lembrados. Mas, como aponta Harald Weinrich (2001)⁴⁰, a arte do lembrar está atrelada a do esquecer, não se podendo entender uma desvinculada da outra. Em vista disso, procuro compreender o que foi lembrado e o que foi esquecido por Pereira Nóbrega na reconstrução discursiva do seu pai.

Podemos expor que a infância de Pereira Nóbrega foi marcada pelo estigma de um passado trágico do pai e das lutas da família Pereira, que resultando nas várias perdas que desestruturaram esse núcleo familiar⁴¹ outrora apresentado como uma família em ascensão econômica e política na região de Sousa.

³⁸ A partir de agora passarei a chamá-lo de Pereira Nóbrega.

³⁹ A ideia do cangaço como campo de combates entre história e memória foi trabalhada pelo historiador Antônio Fernando de Araújo Sá, em: SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **O cangaço no combate das memórias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

⁴⁰ Para uma melhor compreensão, ler: WEINRICH, Harald. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴¹ Refiro-me às mortes do patriarca João Pereira. Depois, a dos seus filhos: Chico Pereira, Abdon e Aproniano. E em seguida, da sua esposa, Maria Egilda, restando apenas Abdias Pereira.

Jardelina Nóbrega, embora não acompanhasse diretamente a criação dos filhos (que estavam sobre a responsabilidade do tio Abdias Pereira), procurou mantê-los longe do conhecimento do passado do pai. Queimou cartas, se desfez de objetos materiais que remetessem às lembranças do cangaceirismo. A batalha pelo esquecimento das ações de Chico Pereira custou a seus filhos uma infância desconhecida, uma identidade familiar proibida.

Ao descrever sobre a sua infância, Pereira Nóbrega lembrou os dias de desconhecimento da existência dos pais:

Eu começava a ter o uso da razão. Começava a perguntar as coisas, a comparar. Parece que me vejo ainda no meio de meus colegas de infância. Falavam em “papai”, em “mamãe”. Brincavam com os seus irmãos. Era então que me sentia sufocado por um mistério. Eu não tinha pai, mãe, irmãos, nada disso. Se tinha, não apareciam. Se apareciam, não sabia, não lembrava (NÓBREGA, 1960, p. 15).

Com vontade de apagar uma “memória maldita”, evitando que seus filhos trilhassem os mesmos passos do pai, Jardelina Nóbrega achou na vida religiosa o caminho para os seus filhos. Apenas o primogênito (Raimundo) não seguiu o sacerdócio. Dagmar, com o nome de Frei Albano, se fez sacerdote franciscano; e Pereira Nóbrega, se tornou padre (Padre Pereira). Foi desse lugar religioso que outra face para Chico Pereira começou a ser pintada no quadro das memórias

É importante ressaltar que a Igreja Católica, durante quase todo o século XX, mantinha as principais instituições de ensino e de produção de conhecimento no Brasil, como também era um espaço de prestígio social. Foi através desse lugar de formação e produção de conhecimento que Francisco Pereira Nóbrega se tornou filósofo, padre e escritor.

A memória de Chico Pereira foi resignificada a partir do discurso religioso, mobilizada pelos interesses de seu filho, que buscava tirar do corpo de Chico Pereira e da sua família as inscrições negativas empreendidas, sobretudo, pelos meios oficiais no tempo do cangaço. Para problematizar essa produção, penso a partir do conceito de *lugar social* desenvolvido pelo historiador francês Michel de Certeau⁴², no ensaio analítico de reflexão sobre o lugar de fala e de produção do historiador. Segundo

⁴² Ver mais em: CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Certeau (2015), toda pesquisa histórica parte de um lugar social de produção, sendo em função desse lugar que se definem os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões se organizam (CERTEAU, 2015, p. 47). Sendo assim, a produção da história é um resultado de:

[...] um sintoma de um grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o produto de um lugar (CERTEAU, 2015, p. 57).

Dessa forma, o historiador deve estar atento para o lugar de produção do conhecimento histórico, pois é lá que reside o *não dito*, que se revelam as escolhas promovidas pelos interesses de quem produz uma forma discursiva sobre o passado. No caso do livro em análise, o autor partiu de um lugar de fala privilegiado, definindo suas escolhas a partir dos interesses como filho, sacerdote, filósofo e erudito. O menino que procurava saber quem era seu pai, que fora privado por muitos anos do conhecimento daquele passado familiar, agora buscava se apoderar do passado do seu genitor, objetivando se colocar como “guardião da memória”.

Diante de um passado cuja memória foi negativada pelas inscrições “malditas” sobre o corpo de Chico Pereira, Pereira Nóbrega buscou *capitalizar o corpo* do pai para reescrevê-lo por meio dos seus interesses e partindo do seu lugar de produção (família e Igreja Católica). Para isso, ocupou a função de “guardião da memória” de Chico Pereira, passando a narrar sob sua ótica os acontecimentos, que deveriam ser lembrados e esquecidos, relativos à história do seu genitor, tentando, assim, apagar os *possíveis equívocos* das inscrições que habitavam o corpo de Chico Pereira.

Segundo Gomes (1996), o “guardião de memória” é o indivíduo que se coloca na função de guardar cuidadosamente a memória de um indivíduo ou de um grupo. Levando em consideração que a memória é um trabalho, ela faz o passado através dos imperativos do presente de quem rememora, reconstruindo a partir da seleção do que deve ser ou não “dito”. Quem aceita fazer o trabalho da memória, o faz por alguma ordem de razões importantes. No caso de Pereira Nóbrega, o objetivo era tentar dominar e reconstruir o passado “dito” como “maldito” do pai cangaceiro.

O “guardião de memória” tem como função elementar ser um “narrador privilegiado” da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. No caso de Pereira Nóbrega, o seu grupo é a própria família. Como filho e intelectual, ganhou autoridade para falar quem foi o *verdadeiro* Chico Pereira. Com base em Gomes (1996), o “guardião” possui as “marcas” do passado sobre o qual se remete, uma vez que é o “coleccionador” e “compilador” dos objetos matérias que rematam aquela memória. Podem-se elencar como “objetos de memória”, os bens simbólicos que contêm a trajetória do grupo ou do indivíduo. Seja documentos, fotografias, móveis, pertences pessoais, etc. Pereira Nóbrega guardou inúmeras cartas, poemas, armas usadas pelo seu pai, mas até hoje não se sabe onde estão. Parece que as guardou em um lugar bem seguro para que outras pessoas não se apoderassem do “passado” de Chico Pereira, partindo do pressuposto de que o livro *Vingança, não* já teria narrado “tudo”.

Nessa perspectiva, o “guardião” é um profissional da memória, aquele que fica encarregado de controlar o que deve ser lembrado e esquecido sobre o indivíduo ou o grupo a qual pertence. Pereira Nóbrega se colocou como “guardião” da memória da sua família e do seu pai, a partir do momento que reconstruiu o corpo de Chico Pereira através dos interesses materializados na escrita de *Vingança, não*.

Assumir a função de “guardião” da memória de Chico Pereira tornou-se um projeto, com “uma conduta organizada para atingir finalidades específicas”⁴³. Para tanto, Pereira Nóbrega precisou reescrever a história do seu pai, romper com as descrições negativadas que marcaram o seu corpo e de toda a família, propondo, outra memória, um novo discurso que passava a estabelecer um também novo lugar para Chico Pereira. Esse projeto teria iniciado no ano de 1960, com a publicação, pela livraria Freitas Bastos (São Paulo), do livro *Vingança, não: depoimentos sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste*. Um esforço discursivo que objetivava, a partir das preocupações de Pereira Nóbrega, resignificar o corpo do pai. Sendo assim, percebe-se que Chico Pereira é um personagem múltiplo, construído de forma diferente, em tempos e interesses diversos.

Parto da perspectiva foucautiana para entender que todo novo discurso busca romper com os anteriores na tentativa de monopolizar o poder e o saber. Para Michel Foucault (2012), o discurso não seria simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os

⁴³ Ver em: VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto In: **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 97-113.

sistemas de dominação (como pensavam os marxistas ortodoxos), mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2012, p. 10). Para Pereira Nóbrega se tornar “guardião” da memória do pai, era necessário inicialmente dominar e habitar o corpo de Chico Pereira para reescrevê-lo com outros significados que silenciassem ou eliminassem as narrativas “malditas”.

Nesse sentido, Pereira Nóbrega travou uma luta para reconstruir a memória do seu pai através da sua escrita. Como aponta Durval Muniz (2011), lutar contra a história é lutar contra a finitude, a memória é a única garantia contra a morte, contra a finitude. Considerando que, de fato, a escrita da história possui essa capacidade de constituir memórias, a narrativa do livro garantiria ao filho decodificar com novos significados o corpo do pai, lançando uma nova memória como vontade de verdade que, se concretizara nas folhas do livro, dando outra face histórica para esse personagem ser lembrado até a eternidade.

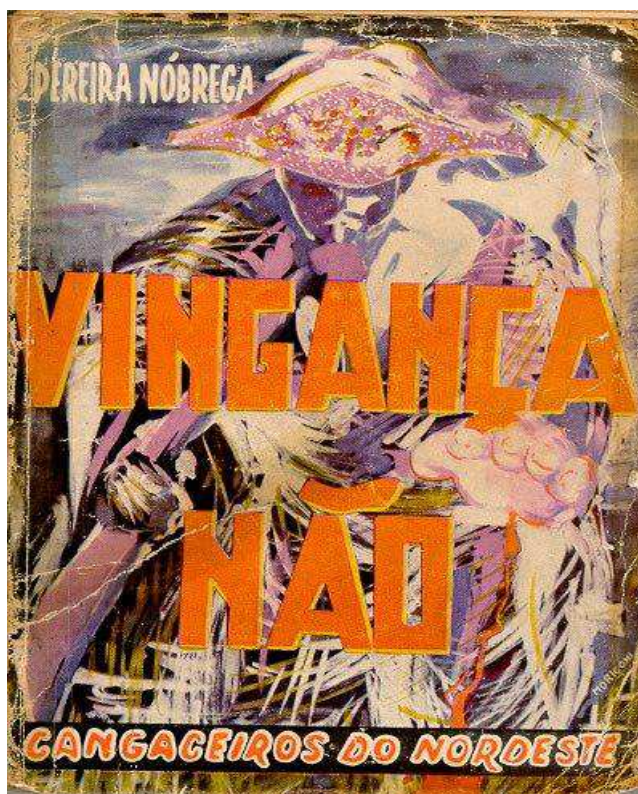


FIGURA 03: Capa da primeira edição do livro. Disponível em: <<http://lentescangaceiras.blogspot.com.br/2008/10/vingana-no.html#!/tcmbeck>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Depois de apresentar o lugar de produção de Pereira Nóbrega, nos resta tentar responder qual memória foi produzida sobre Chico Pereira por meio da escrita do *Vingança, não*. Em outras palavras, busco responder as seguintes questões: Que discurso memorialista é esse? Quem é o Chico Pereira escrito pelo filho? Quais aspectos foram colocados no campo da lembrança e do esquecimento pelo autor?

O livro *Vingança, não* (1960)⁴⁴ foi prefaciado por uma renomada romancista nordestina, Rachel de Queiroz⁴⁵, ganhando ampla repercussão a ponto de ser considerado, por um gama de pesquisadores da temática, um clássico da literatura cangaceira. Uma das justificativas para o sucesso do livro é a forma como o autor conseguiu amarrar sua narrativa, trazendo para os leitores uma riqueza poética, semântica, memorialista, filosófica, teológica e histórica que conduziu o enredo da escrita. Diga-se de passagem que todos os textos tidos como clássicos tem uma coisa em comum: costumam ser bem escritos! Em relação às contribuições para a escrita da história de Chico Pereira, o livro se notabilizou como a sua primeira e única biografia, constituindo-se como uma espécie de leitura obrigatória para os que desejam estudar a história desse cangaceiro paraibano.

O texto foi construído a partir das escolhas do lugar familiar do autor (filho), como também da instituição de saber ao qual estava vinculado (Igreja Católica). Com isso, marcou o *pontapé* inicial no processo de reinterpretação da história trágica dos tempos de cangaceirismo do pai, a partir da ótica e dos interesses do filho e padre no presente, contendo como principal ponto de sustentação uma das mensagens primordiais da tradição moral cristã – o perdão. Foi partindo desse ponto central que se articulou a escrita memorialista sobre Chico Pereira.

Apresentando a justificativa que o levara a escrever o livro, Francisco Pereira Nóbrega afirmou:

Resolvi escrever quando, um dia, entendi que tãda essa tragédia encerra mensagem. Mensagem. Mensagem de justiça às autoridades. Às mães de devotamento. Ao próximo de perdão. Mensagem de amor que se apresenta com base nos fatos, numa sequência de datas (NÓBREGA, 1960, p. 15).

⁴⁴ Trabalho apenas com a primeira edição, mas, na atualidade, o livro se encontra na quinta edição.

⁴⁵ Rachel de Queiroz, como prefaciante, parece ter sido a primeira a desconsiderar as subjetividades do escritor. Segundo ela, os filhos de Chico Pereira tinham sangue de um guerreiro, e a escrita do autor teria como marca principal a imparcialidade (NÓBREGA, 1960, p. 5-7).

Para o autor, o perdão estaria atrelado ao amor, e a felicidade seria o resultado perfeito dessa junção. Felicidade que, segundo ele, não tivera Chico Pereira, por ter vingado a morte do pai⁴⁶. Felicidade que teve Jardelina Nóbrega por ter *perdoado* os inimigos do seu marido, evitando que seus filhos cultuassem o sentimento de vingança⁴⁷. Foi na dicotomia da vingança e do perdão que o autor intitulou o seu livro de *Vingança, não*. Uma mensagem do filho de um cangaceiro, que se fez padre e usou dos preceitos do cristianismo para articular uma escrita memorialista:

[...] perdão foi uma palavra que Cristo escreveu com sangue e os homens nunca souberam soletrar [...] vingar-se é menos do que humano, porque é próprio das feras. Perdoar é mais do que humano, porque é próprio de Deus (NÓBREGA, 1960. p. 18 – 24).

Em suma, Pereira Nóbrega evocou para a historiografia do cangaço o uso do elemento cristão (perdão) para amenizar o corpo e a história do seu pai, que estavam atrelados a um lugar (cangaceirismo) estereotipado pelas marcas do crime, da intriga, da violência, da crueldade e da marginalização. Portanto, o passado foi utilizado pela escrita de Pereira Nóbrega com o interesse de humanizar e reabilitar a identidade do pai, tendo como ponto de ratificação a mensagem do perdão produzida no seio da sua instituição de saber.

Deve-se enfatizar que a memória é o campo das subjetividades e que o ato de recordar implica em uma seleção de representações que tenta recriar aquilo que já não é mais. Dessa maneira, o autor de *Vingança, não* ao evocar o passado através de sua escrita, desejava habitar o corpo de Chico Pereira, pretendendo apagar as inscrições “malditas” e reescrevê-las sob a perspectiva humanista cristã do perdão. Afinal, não seria a mensagem do perdão a melhor forma para um sacerdote rememorar e reconstruir no presente as fatalidades do passado de um pai cangaceiro?

Reconstruir a memória de Chico Pereira representou, para o seu filho, a tentativa de reestabelecer outro caráter para a história desse personagem e de seus familiares. É

⁴⁶ A esse episódio o autor nomeou um dos capítulos do livro, chamado “A vingança proibida”. Segundo ele, o patriarca da família Pereira morreu pedindo que entregassem tudo a justiça e que ninguém procurasse se vingar.

⁴⁷ É neste momento que Pereira Nóbrega reforça a mensagem do perdão produzida pelos interesses do lugar social, para justificar os rumos que a história da sua família ganhara através do ato de perdoar da sua genitora, Jardelina Nóbrega.

possível perceber uma vontade de romper com o discurso anterior e fabricar novas memórias, levando em consideração que a escrita da história também exerce essa função. De acordo com Catroga (2001), a historiografia, com suas escolhas, valorizações e esquecimentos, também fabricam memórias, pois contribui, através da sua trama narrativa e da sua cumplicidade direta ou indireta, para o apagamento ou secundarização de memórias anteriores (*esse é o caso da narrativa discursiva de Francisco Pereira Nóbrega*), bem como para a refutação, socialização e interiorização de novas memórias.

A memória construída pela escrita de Pereira Nóbrega é uma *memória redentora*, que propõe trocarmos a vingança pelo perdão. Evidencia que o futuro de quem decide perdoar é a felicidade, já quem opta pela vingança tende a encontrar a infelicidade, ou a morte, como foi o caso de Chico Pereira. A partir dessa visão cristã, Pereira Nóbrega defendeu que, se Chico Pereira tivesse perdoado Zé Dias, o seu futuro poderia ter sido diferente, feliz, assim como foi o de Jardelina Nóbrega, que perdoou os inimigos do passado trágico do marido e garantiu o futuro dos seus filhos: “Dir-se-ia que Jarda queria queimar seu próprio passado, para salvar o futuro de seus filhos (NÓBREGA, 1960, p. 18)”.

Essa *memória redentora* foi inspirada no principal personagem do cristianismo: Jesus Cristo. Segundo a tradição cristã, a missão de Cristo foi redimir os pecados dos homens, morreu na cruz do calvário perdoando seus carrascos para salvar a humanidade. Perdoar é sinônimo de paz, de vida que seria igual à felicidade. Redimir o passado trágico de Chico Pereira, mobilizando a ideia do perdão, foi a percepção primordial para reconstruir uma história marcada por mortes e vinganças. Era necessário selecionar novos signos para esse passado e a melhor alternativa que Pereira Nóbrega encontrou foi a ideia do perdão para redimir as cicatrizes deixadas pelo tempo do cangaço vivido por seu pai.

Ao desenvolver essa memória, que objetivava redimir o passado de Chico Pereira, Pereira Nóbrega se coloca em cena almejando evidenciar que, apesar de ter sido considerado na infância o herdeiro da vingança após a morte do pai, preferiu perdoar e ter um futuro diferente, longe das tragédias do tempo do cangaceirismo do pai e perto da felicidade da mãe, que escolheu o perdão e recusou a vingança.

Narrando sobre a herança da vingança que foi herdada após a morte de Chico Pereira, o autor de *Vingança, não* destaca:

Parece que me vejo ainda no alpendre da casa grande da fazenda. Todo dia chegava gente e saía gente. Todo dia – sem exagero digo – eu ouvia as mesmas expressões dos que passavam: – É este quem vai vingar a morte do pai. outras vezes punham a mão sobre minha cabeça e fitavam meus olhos: – Deixe ver, cabra, se você tem mesmo coragem de vingar (NÓBREGA, 1960, p. 17).

Seguindo a lógica de que perdoar seria igual à felicidade, Pereira Nóbrega escolheu evidenciar, através da sua escrita, as atitudes de sua mãe Jardelina Nóbrega. Ao receber um *possível* bilhete de um mensageiro anônimo (ao qual denominou *O cavaleiro do perdão*), que trazia o seguinte recado: “Se quiser ser feliz perdoe seus inimigos e vá falar com eles”, ela teve que escolher entre a vingança e o perdão, entre a morte e a vida (NÓBREGA, 1960, p. 23).

Para Pereira Nóbrega, não existia felicidade sem amor. Só quem amava era capaz de perdoar. Foi assim que descreveu a decisão de Jardelina Nóbrega:

Jarda, naquele dia, tinha em mãos a resposta para si: se quiser ser feliz, perdoe seus inimigos. Era uma permuta: trocar perdão por felicidade. Dar tôda a safra de perdão daquilo que a vida mais produz: decepção, sofrimento, humilhação. Em troca, receber êsse artigo “felicidade” que a vida rende tão parco, racionado, falsificado, porque o artigo legítimo só há mesmo no mundo do além. Ela aceitou a troca. E estas páginas restantes vão pesá-la apenas. Vão dizer quanto perdão ela teve que distribuir e quanta felicidade recebeu (NÓBREGA, 1960, p. 25).

Dessa forma, mais uma vez o corpo de Chico Pereira estava sendo *capitalizado* para atender os interesses alheios, de um filho que buscava “limpar” as mazelas do cangaceirismo vivido pelo pai, trabalhando para mobilizar uma memória que tentaria redimir esse passado mal dito/“maldito” e tomando como ponto de sustentação a mensagem do perdão. Inscrição que pertence muito mais ao tempo de Pereira Nóbrega do que ao passado de Chico Pereira. Essa vontade de reescrever o corpo desse cangaceiro por meio dos signos elaborados pelo lugar social do autor de *Vingança, não*, nos mostra as preocupações que estavam na base dessa produção memorialística.

Portanto, vale reafirmar a tese que defendo, segundo a qual Chico Pereira é um personagem plural, escrito a partir de múltiplos interesses.

Em um esforço de agregar legitimidade a seu discurso memorialista, Pereira Nóbrega, passou a ideia de uma escrita imparcial, que não estaria atrelada aos seus anseios particulares. Argumentava que o fato de não ter conhecido o pai em sua consciência lhe daria a condição de escrever sem tomar partido em suas palavras: “escrevendo, não tento humilhar adversários. Se alguma coisa aqui se disser contra eles, coisa que não pude atenuar ou cortar por exigência do enredo, nesta hora não é o filho, é o historiador quem fala” (NÓBREGA, 1960. p. 12-13).

Constata-se um empenho em colocar a escrita diante da neutralidade, desejando denotar a sua ausência. Pereira Nóbrega assumiu aquilo que Michel Foucault chamou de *o lugar do morto*⁴⁸, oferecendo todo o protagonismo para o texto. Seguindo essa perspectiva, o sujeito que escreve tenta despistar todos os signos de sua individualidade particular, pois a marca do escritor é a singularidade da sua ausência, fazendo, assim, o papel de morto no jogo da escrita.

Assumindo o papel de historiador, Pereira Nóbrega se colocou na função de produtor de um conhecimento sobre o passado. Balizado por pesquisas em vários tipos de fontes, reafirmou que a escrita de *Vingança, não* teria sido empreendida sem os interesses de um filho que narra sobre a história de um pai, destacando a importância da imparcialidade e da objetividade para a produção de uma narrativa de precisão histórica. Ao assumir essa função, almejava passar credibilidade, reinterando o compromisso da escrita com a verdade dos acontecimentos, passando a sensação que produziu efetivamente um conhecimento *fiel* sobre o passado, amparado nas fontes que proporcionaram tal conhecimento.

Sendo assim, Pereira Nóbrega desejou mostrar que a sua produção não podia ser entendida como uma mera ficção, uma vez que teria se preocupado em manter o compromisso com a *verdade* dos fatos constante nos documentos. Conforme declarou:

Para este trabalho de precisão histórica, fui encontrar, em seis comarcas de três Estados nordestinos, processos criminais, somando para mais de mil e quinhentas páginas. Confirmaram a tradição oral bem mais do que eu esperava. Deram-me datas e horas de

⁴⁸ Para mais informações, ler: FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos**: estética – literatura e pintura, música e cinema (v.III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 264-298.

acontecimentos que os sobreviventes já não precisavam mais, ou confundiam com os fatos do passado”. Além disto, encontrei ainda como subsídio para estas páginas, uma história de meu pai, escrita, por ele mesmo, em verso, e algum tempo contada por violeiros do sertão da Paraíba. São mais de 300 estrofes (NÓBREGA, 1960, p.15-16).

Hoje sabemos que as escolhas dos historiadores partem do seu lugar social de produção e que são permeadas pelas nossas subjetividades. Sabendo que a noção de história de Pereira Nóbrega era distinta da nossa, não restam dúvidas que suas escolhas passaram principalmente pelo seu projeto interessado de memória escolhendo através da sua seleção documental o que deveria ser lembrado e esquecido sobre o passado de Chico Pereira.

Outra alternativa usada pelo autor para legitimar o seu escrito foi as tentativas de desvinculá-lo dos aspectos imaginativos, típicos da literatura romancista. Em outras palavras, propor que o seu texto tivesse o estatuto de *verdade histórica*, atribuindo a sua escrita a função de trazer o passado de volta tal como ele acontecera:

Poderia escrever em forma de romance, mas não quis. O real constrói mais que o imaginário. Por isto êste livro é, antes de tudo, um depoimento. Todos os fatos são verdadeiros. As pessoas surgem com seus próprios nomes. É real o perdão de Jarda, a angústia de Maria Egilda, como é real a quase incrível cena do canavial. A imaginação também entra em a seu tempo e se nota bem quando ela chega. Não vem inventando fatos, aumentando ou diminuindo. Não. Vem querendo adivinhar acidentes da realidade histórica que de certo existiram, mas não puderam ficar na memória dos homens (NÓBREGA, 1960. p. 14).

Com efeito, podemos afirmar que Francisco Pereira Nóbrega também assumiu a função de testemunho, elaborando um discurso de autoridade que pretendeu trazer o passado de volta em sua totalidade e que esse processo poderia ser marcado pela neutralidade e imparcialidade no momento das escolhas que definiram a sua escrita histórica. Por conseguinte, o Chico Pereira que foi escrito pelo filho deveria ser entendido como o *verdadeiro*, aquele que se aproximaria do *real*, fiel aos acontecimentos das ações passadas. Deve-se levar em consideração que o discurso de Pereira Nóbrega partiu de um lugar de fala que agregou autoridade e legitimidade ao seu testemunho: o depoimento de filho.

O ato de testemunhar é uma forma de trazer de “volta” o passado, de fazê-lo (re)viver, com a possibilidade de realocá-lo a partir do discurso de autoridade balizado pelos interesses do testemunho. Segundo Guggisberg (2013), o discurso testemunhal parte sempre da relação com um passado que é revisitado, que pode ser manipulado. Sendo um relato, nunca se trata de uma situação em sua “origem”. Porém, existe a chance de reconstruir partes do passado e apontarem caminhamentos para o que deve ser lembrado ou esquecido no presente e no futuro. A partir do momento que Pereira Nóbrega se colocou na função de testemunho, assumiu um lugar privilegiado de fala que o autorizou a construir um discurso legitimador para reescrever o passado de Chico Pereira. Afinal, quem poderia narrar com mais autoridade o passado do pai se não o filho?

Ainda de acordo com Guggisberg (2013), ao testemunhar, o sujeito seleciona criteriosamente o que deseja falar ou escrever, escolhendo o arquivo que pretende trazer como lembrança e, por meio da subjetividade, selecionando o que vale a pena ou não ser lembrado. Dessa forma, as escolhas de Pereira Nóbrega foram demandadas pelo seu lugar social de padre e filho, escolhendo, assim, habitar o corpo de Chico Pereira para reconstruí-lo através da função testemunhal que ocupou ao escrever o livro *Vingança, não*.

O Chico Pereira que deveria ser lembrado era o justiceiro, que lutou contra inúmeras injustiças; o vitimado pelo seu meio; o humanista, que amou até os últimos dias a sua família e esposa. Não podendo mais ser notado como um “maldito”, como mero criminoso. O Chico Pereira que deveria ser lembrado era o escrito pelo filho, embasado em uma *memória redentora*, que almejou oferecer pela escrita o perdão e a vida, no lugar da morte e da vingança.

Essa (re)construção memorialística, assim com as anteriores, foi fruto de um determinado tempo e espaço. Como já esclarecia Marc Bloch para os historiadores: “os homens se parecem mais com o seu tempo do que com os seus pais” (BLOCH, 2001, p.60). A escrita de Pereira Nóbrega foi possível dentro de um contexto marcado pelo surgimento de um novo *território* explicativo para o fenômeno do cangaço, fazendo uso de uma retórica testemunhal.

Observasse que, no momento da publicação do livro *Vingança, não*, os cangaceiros eram representados como integrantes de uma resistência armada contra a

opressão dos latifundiários do sertão nordestino. Marcada pelo advento do marxismo nas Universidades e pelos interesses dos movimentos sociais, essa concepção histórica acabou fazendo do cangaço e dos cangaceiros objetos e sujeitos da história, concebidos como um dos principais representantes da história de luta do campesinato brasileiro.

Seguindo a ideia foucautiana de que toda forma discursiva, para ser aceita dentro da ordem do discurso, pressupõe que haja condições e possibilidades para a sua aceitação, busco compreender a seguir quais foram as circunstâncias que permitiram a produção memorialista do livro *Vingança, não*. Ou seja, perceber como o cangaço estava sendo interpretado nos anos de 1950 e 1960 pelas manifestações culturais e pela historiografia. Tendo em vista que, Pereira Nóbrega direta ou indiretamente manteve uma intertextualidade com as produções sobre o cangaceirismo que estavam sendo produzidas no momento da escrita do livro *Vingança, não*.

2.2 Condições de possibilidade para a reconstrução memorialista de Chico Pereira

Para pensar as condições de possibilidade da produção do livro estudado, se faz necessário entender as representações do cangaço e dos cangaceiros nas décadas de 50 e 60 do século XX. Para isso, procuro apresentar a produção historiográfica dessa época a partir dos livros: *Rebeldes e primitivos* (1978)⁴⁹ e *Bandidos* (1976)⁵⁰, de Eric Hobsbawm; e *Cangaceiros e Fanáticos* (1963), de Rui Facó. Bem como das manifestações culturais sobre o tema, como os cangaceiros de Paulo Afonso (1956) e o concurso (1950) que elegeu o cangaceiro Lampião como uma das maiores personalidades do país.

A escolha pelos livros de Hobsbawm e Facó tem um sentido: ambos se constituíram como marcos históricos para a historiografia da temática, tendo em vista que fomentaram modelos explicativos para o cangaço e se notabilizaram como suportes para os trabalhos posteriores, além de marcarem o primeiro processo de edificação do cangaço como temática histórica, apresentando-o para o universo intelectual das academias como um campo fértil para se entender as lutas sociais. Os pesquisadores do cangaço tiveram nesses autores leitura obrigatória, sejam para criticá-los ou para

⁴⁹ A primeira edição inglesa é datada do ano de 1959.

⁵⁰ A primeira edição inglesa é datada de 1969, já a brasileira é de 1975.

corroborarem com os seus pensamentos. Porém, é importante destacar que os objetivos que alimentaram os interesses de Hobsbawm e Facó eram diferentes entre si.

Segundo Pereira (2000), o trabalho de Hobsbawm foi escrito a partir dos interesses da História Social Inglesa e sua preocupação com a ideia de movimentos sociais. Foi nesse momento que o cangaço passou a ser concebido como um *movimento social*, termo estabelecido pelas investidas que o marxismo fez sobre essa temática enquadrando-o dentro de um modelo explicativo baseado no padrão marxista de pensar a sociedade. Os livros *Rebeldes e primitivos* e *Bandidos* foram produzidos no momento de redefinição e alargamento dos objetos de estudo da história social. Balizado pelos conceitos de “movimentos sociais pré-políticos” e “banditismo social”, Hobsbawm buscou acionar um lugar epistemológico que tornasse possível pensar experiências históricas de rebeliões sociais destoantes dos modelos clássicos de movimentos sociais estabelecidos pelas próprias interpretações marxistas (PERREIRA, 2000. p. 211).

Esse padrão clássico estava cristalizado na história dos movimentos do operariado e das suas formas de organização política, que culminariam na luta de classes (motor da história para Marx), proporcionando a revolução do proletariado encarregada de promover o processo de transição do capitalismo para o socialismo e deste para a sociedade ideal: a comunista. Dessa forma, as outras experiências históricas foram marginalizadas pela história social. Com isso, o objetivo de Hobsbawm era alargar o campo de estudos dessa escola histórica, recompondo suas margens, trazendo novos indivíduos e novos lugares de lutas sociais. Espaços dignos de investigações, reflexões e de questionamentos do olhar do historiador. Foi dessa preocupação que emergiu a “New History Social”, ou a “história vista de baixo”, encabeçada principalmente pelos historiadores ingleses Eric Hobsbawm, E P Thompson e Christopher Hill.

Nesse momento de redefinição da história social, os pensadores destacados acima, tomaram cuidado para preservar o papel de *primeira grandeza* para o movimento operário, criando, assim, uma hierarquização dos sujeitos e das suas ações na história. Isso pode ser percebido quando Hobsbawm edificou o conceito de “movimento social pré-político” para se referir as lutas travadas pelos *bandidos*⁵¹ contra a ordem de

⁵¹ O termo *bandido* não é usado por Hobsbawm no sentido pejorativo, mas apenas para sinalizar os homens e mulheres que não se submetiam às regras estabelecidas pelos donos do poder, ficando, assim, às margens das leis estabelecidas pelos mesmos.

exploração dos latifúndios do campo. Para ele, esses movimentos sociais eram arcaicos, sem uma consciência de classe e de política definida (pré-políticos), não podendo ser comparados com o baluarte da transformação da sociedade para os marxistas: o movimento operário. É notório que o conceito desenvolvido por Hobsbawm é marcado por uma concepção teórica que propõem estabelecer lugares de primeira ou segunda importância para as investigações históricas.

Para Hobsbawm, as ambições desses movimentos “primitivos” e “arcaicos” não era de transformar a sociedade ou criar um mundo novo e perfeito, mas conseguir um convívio tradicional no qual os homens fossem tratados com justiça. Logo, necessitados de organização e ideologia. Desprovidos das características revolucionárias dos “rebeldes sociais conscientes”, mas que lutavam contra a opressão do sistema, “rebeldes primitivos” e “bandidos sociais” eram protegidos pela comunidade camponesa a qual pertenciam.

O *banditismo* foi representado por Hobsbawm como resultado da negação dos poderes dos latifundiários, passando a serem concebidos como porta-vozes das camadas populares, líderes de rebeliões individuais ou minoritárias contra a opressão e a injustiças das sociedades pré-capitalistas. Nessa perspectiva, esses “bandidos sociais” não poderiam mais ser rotulados apenas de marginais, uma vez que eram vistos pela sua comunidade como justiceiros, vingadores dos pobres, paladinos da justiça e heróis que combatiam os ricos para darem aos pobres.

De acordo com Dutra (2011), Hobsbawm representou o banditismo social como fruto das sociedades baseadas na agricultura, sendo a maioria dos *bandidos*, camponeses que viviam sobre as ordens, o jugo e a exploração dos poderosos donos dos latifúndios. Nesse espaço, podia-se encontrar três tipos de bandidos: o *Ladrão Nobre* (tipo ideal do “bandido social”), representado pelo personagem Robin Hood que tirava dos ricos para distribuir com os pobres; *os combatentes primitivos pela resistência ou a unidade de guerrilha*, denominado por Hobsbawm de *haiduks*, os quais se uniam para barrar e burlar o desenvolvimento do sistema, mas que não estariam preocupados diretamente com os pobres; e, por último, os *vingadores* que, por algum motivo de ordem pessoal, se tornavam bandidos (DUTRA, 2011. p. 37-38).

Hobsbawm insere Lampião dentro do último tipo de bandido apresentado, defendendo a ideia que entrara para o cangaço para vingar a morte dos pais. Analisando

o cangaço da sua confortável mesa de escritório, o autor teve como fontes a literatura de cordel; o livro *No tempo de Lampião*, do folclorista Leonardo Motta; e os escritos da socióloga brasileira Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Lampião foi abordado como um bandido ambíguo que poderia ao mesmo tempo agir para o bem e para o mal. Mas, segundo o autor de *Bandidos*: “Causar terror e ser impiedoso é um atributo mais importante para esse bandido do que ser amigo dos pobres” (Hobsbawm, 2010, p. 89). Em seguida ele afirma que um dos membros do grupo de Lampião por nome de Ângelo Roque, apelidado de Labareda, aparentava demonstrar os instintos legítimos de um Robin Hood. Dando assim a entender que o cangaceiro nordestino é uma figura ambígua, podendo transitar entre malfeitores que agiam sem se preocupar com os pobres e os que pertenciam ao tipo ideal de *Bandido social: o ladrão nobre*.

Os trabalhos de Hobsbawm, apesar de serem marcados pela hierarquização edificada nos conceitos de “Rebeldes e Primitivos” e “movimentos pré-políticos”, possibilitaram trazer para o estudo da história os personagens ditos como marginais, que eram tradicionalmente lidos como “mau-feitores”, “criminosos” e meros “bandidos”. Proporcionou um alargamento dos objetos e dos documentos que agora passavam a ser lugar de reflexão e campo de investigação para o historiador social. Foi essa abertura que possibilitou e condicionou bases para outros trabalhos posteriores. Os cangaceiros, nessa perspectiva, não poderiam mais serem entendidos como simples criminosos, mas como vítimas de uma sociedade camponesa injusta e excludente que os produziram. Rebelavam-se, na maioria das vezes, não para transformar a sociedade de forma radical, mas para responderem com armas às injustiças causadas pelos poderosos às comunidades camponesas.

Seguindo uma lógica parecida de luta contra os latifundiários, em 1963⁵², foi publicado o livro *Cangaceiros e fanáticos*, do jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro, Rui Queiroz Facó. Nascido em 4 de outubro de 1913, na cidade de Beberibe⁵³, estado do Ceará, filho de pequenos produtores rurais, Rui Facó teve sua vida marcada pelo engajamento no movimento comunista. Toda a sua obra fora ditada

⁵² Segundo Carneiro (2015), a primeira edição do livro foi publicada pela Editora Civilização Brasileira (número 15 da coleção Retrados do Brasil). *Cangaceiros e fanáticos* foi um livro publicado postumamente. Quando o autor faleceu em março de 1963, vítima de um acidente aéreo, o livro estava prestes a ser lançado.

⁵³ Cidade localizada a 79 quilômetros da capital, Fortaleza.

pela luta para a liquidação dos latifúndios, a emancipação dos camponeses e a instauração da revolução socialista no país.

Os interesses presentes no livro de Rui Facó se diferem dos de Hobsbawm, pois Rui Facó queria, a partir dos debates da sua época, responder as seguintes perguntas: o que era o Brasil? E qual a origem das diferenças das regiões do Nordeste e Sul do país? Por que o Nordeste ainda era, na década de 50, “pré-capitalista” e “atrasado” e o Sul industrializado e “adiantado”? No mesmo momento que Rui Facó fazia esses questionamentos, vários debates surgiam sobre a questão da reforma agrária e de reformas de base no Brasil. Já vimos que nenhum trabalho historiográfico é escrito desarticulado do seu lugar de produção, dos interesses e problemas do seu tempo. Com isso, deixo que a historiadora Auricélia Lopes Pereira apresente melhor o contexto que está inserido o livro de Rui Facó:

Cangaceiros e Fanáticos é escrito num momento em que no país há uma sensibilidade que lê a realidade brasileira como espaço onde *problemas crônicos* existem e pedem solução [...] assim, o texto não se pretende um retrato do passado, mas um instrumento de luta do presente e para o presente. Seu objetivo é claro: pôr em evidência a *verdadeira interpretação* dos problemas sociais que no início da década de 60 se instituíram como lugar catalisador de todas as tensões e atitudes políticas (PEREIRA, 2000, p. 222).

Rui Facó pretendia entender os problemas do Brasil partindo do pressuposto que o país é um mundo de contrastes, cujo desenvolvimento capitalista era lento, deformado e desencontrado. De um lado estaria o Sul, onde o capitalismo achara terreno fértil para seu desenvolvimento, do outro lado estava à região Nordeste, caracterizado pelo monopólio da terra, cujo processo de concentração de latifúndios se intensificou cada vez mais a partir do final do século XIX. Assim, para Rui Facó a década de 1960 apresentava um retrato de um Brasil extremamente desigual, desequilibrado. Um Sul capitalista e um Nordeste estagnado no *atraso semi-feudal*, dividido entre o senhor dos grandes lastros de terras e o homem sem terra: *o semi-servo* (PEREIRA, 2000, p. 224).

Para o autor, os males desse retardamento estavam na questão da terra, no controle de grandes propriedades por pequenos grupos familiares, que dominavam uma grande massa de camponeses sem terra e que viviam sobre o jugo desses poderosos. Seria nesse cenário que eclodiram com mais intensidade no Nordeste brasileiro o

fanatismo e o cangaceirismo. Esses se apresentariam como os dois principais caminhos que os pobres do campo encontraram para sair das amarras dos “coronéis”. Seguir os beatos, os conselheiros, os padres e os chefes do cangaço foram às alternativas que, para Rui Facó, aquele povo sofrido encontrou.

Rui Facó utilizou em suas análises para atribuir outro significado histórico as experiências de Canudos, Juazeiro, Contestado, Caldeirão e do Cangaço, que eram lidas como fenômenos extra-históricos pela historiografia brasileira, indivíduos que assumiam o lugar dos marginalizados, estereotipados pelos quadros explicativos que os resumiam como meros fanáticos e bandidos, ficando excluídos dos acontecimentos da história nacional. Rui Facó ressignificou esses fenômenos, afirmando que os “bandidos” e “fanáticos” não eram simples criminosos ou loucos, mas frutos do atraso econômico daquela região. Suas causas poderiam ser encontradas no monopólio da terra, na economia de monocultura, voltada à exploração dos camponeses. Em suma, o cangaceirismo e o fanatismo seriam uma resposta aos males da terra, passando a ser tratados por esse autor como exemplos de emancipação dos pobres, de insubmissão e estímulo de lutas para os camponeses e militantes do seu tempo.

Era com esse sentido que os cangaceiros deveriam ser resgatados historicamente, perpassados pela ideia de luta armada contra a opressão dos males da terra. Com isso, Rui Facó apontava como solução para resolver o problema do atraso do Nordeste à abolição dos grandes latifúndios. Essa tese parte principalmente dos interesses do seu lugar de produção – o Partido Comunista que, na década de 1960, entendia a história a partir de uma ascensão linear, estando o mundo marchando para o comunismo. Como se a sociedade humana já estivesse grávida do seu futuro, o socialismo, restando apenas aos revolucionários promoverem as condições ideais para o parto.

Mas qual a relação desse raciocínio do Partido Comunista com a batalha contra os latifundiários? É necessário compreender que os marxistas entendiam naquele momento a história da sociedade através de fases revolucionárias. Dessa forma, era preciso romper com as relações que definia como *semi-feudais*, presentes nos grandes latifúndios, proporcionando o surgimento de medidas econômicas que criariam condições para o advento do capitalismo, e só depois promoverem a transição para o socialismo.

O livro *Cangaceiros e fanáticos* seria, antes de tudo, um instrumento, um modelo de interpretação dos problemas sociais brasileiros. Seu objetivo era propor o *bandidismo* e o *fanatismo* como lutas contra o sistema, embasando seus interesses do presente em criar caminhos de ação, possibilitar posturas políticas para que, de qualquer forma, se pusesse fim ao regime dos grandes monopólios de terras. Os mesmos que, segundo Rui Facó, provocaram as piores mazelas para os pobres do campo.

Apesar de ser uma historiografia que tendeu a abordar o cangaço a partir dos seus determinantes sociais, reduzindo-os quase sempre a um modelo explicativo baseado nas estruturas econômicas, não resta dúvidas que os trabalhos de Eric Hobsbawm e Rui Facó reescreveram com outros significados o cangaço e os cangaceiros. Se antes eram concebidos como experiências ahistóricas, renegadas pelo fardo dos estereótipos de “simples criminosos”, com as leituras desses dois autores o cangaço passou a ganhar espaço nos meios acadêmicos e nas reflexões dos cientistas sociais, sobretudo dos sociólogos e historiadores. E o que mais interessa aqui é perceber que os cangaceiros passaram a ser escritos como vítimas das injustiças do sistema e, em muitos casos, representantes dos anseios da luta contra a exploração sofrida pelos camponeses do Nordeste.

A título de informação, não foi só no universo historiográfico que os cangaceiros passaram a serem repensados e colocados como símbolos de lutas nacionais. Em outros espaços, nos anos 1950 e 1960, esse fenômeno recebeu ressignificações. Destaco aqui o bloco carnavalesco *Os cangaceiros de Paulo Afonso* (Bahia), fundado no dia 02 de fevereiro de 1956, pelos trabalhadores da construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso. O senhor Guilherme Luiz dos Santos e mais alguns amigos tiveram a ideia de criarem um grupo alegórico para festejarem a folia do carnaval e escolheram se trajarem como os homens do bando de Lampião. Fizeram, assim, uma homenagem aos cangaceiros.

Esse bloco existe até hoje e foi objeto de análise histórica, no ano de 2003, pelo historiador Marcos Edilson de Araújo Clemente, em seu livro *Lampião acessos: o cangaço na memória coletiva*, resultado da sua dissertação de mestrado. O seu objetivo era perceber como o cangaço estava sendo concebido na memória coletiva dos membros daquele bloco carnavalesco. Foi constatado, que para os membros do bloco, os cangaceiros eram heróis e se esperava com ansiedade a chegada do carnaval para que

pudessem sair nas ruas de Paulo Afonso, refazendo a vida e a morte de Lampião. A imagem que o bloco passava, já na década de 1950, era a do cangaceiro como mito nacional, homens que pegavam em armas para lutarem contra as injustiças, representavam os pobres contra a opressão e só matavam para não morrer. Foi representando essa memória heroicizada sobre o cangaço que *Os cangaceiros de Paulo Afonso* se notabilizaram como o bloco carnavalesco mais tradicional e longo daquela cidade baiana⁵⁴.

Outro evento interessante, que demonstra a fabricação do cangaceiro como símbolo nacional, foi uma espécie de concurso promovido pelo jornalista paraibano Assis Chateaubriand, empresário dos Diários Associados. Lançou o concurso já com um nome sugestivo, “A ordem do Cangaço”, em que seriam escolhidos e premiados, através do voto popular, a personalidade nacional ou estrangeira que melhor contribuiu para a história do Brasil e representasse o “ser brasileiro”. O nome de Lampião apareceu como um dos mais escolhidos (DUTRA, 2013. p. 72 - 73). Seja na produção historiográfica, nas manifestações culturais e populares, o cangaço passou a ser compreendido a partir de uma nova ótica, nos anos 1950 e 1960. O trabalho memorialístico de Pereira Nóbrega sobre Chico Pereira se insere dentro desse cenário que lhe proporcionou criar outra face para o seu genitor.

Com os cangaceiros concebidos como representantes da luta contra as injustiças e do poder dos latifundiários, sendo revistos não mais como criminosos comuns, a escrita de Pereira Nóbrega encontrou um terreno fértil para forjar um discurso interessado, visando lembrar Chico Pereira como vítima de uma sociedade desigual e sem justiça, que obrigava os homens a pegarem em armas como alternativa para essas mazelas. Pereira Nóbrega não teve acesso, no momento da publicação de *Vingança, não*, aos livros de Hobsbawm e Rui Facó, mas ambos escrevem sobre o cangaço dentro de um mesmo contexto, recendo influências teóricas que não divergiam muito. Falavam de lugares diferentes, mas com uma visão muito similar da forma de compreender o cangaceirismo. Com relação às manifestações culturais, elas nos mostram que a escrita de Pereira Nóbrega recebeu influência também do mundo que estava para além das universidades.

⁵⁴ Para mais informações sobre os cangaceiros de Paulo Afonso, conferir: CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. **Lampião acessos**: o cangaço na memória coletiva. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009.

O livro *Vingança, não* foi produzido em um contexto que favoreceu Pereira Nóbrega reescrever o seu pai com o rótulo de um homem injustiçado e que fora obrigado a pegar em armas para sobreviver no sertão, marcado pelas barganhas dos políticos que controlavam as frentes do poder. O seu maior problema foi desconsiderar que os Pereiras eram uma família que detinha posses, terras e disputavam o poder local. O que para o seu projeto memorialista não se encaixava, pois buscou construir e estabelecer para Chico Pereira e seus familiares o espaço dos vitimizados. Portanto, a faceta de latifundiários ficou no campo do esquecimento na escrita deste autor.

Diante da conjuntura histórica que mitificou a figura do cangaceiro como um símbolo nacional, o discurso memorialista produzido pelo livro *Vingança, não* sobre Chico Pereira tendeu a ser assimilado posteriormente. Nas linhas do texto do sacerdote e filho que redefiniu a trajetória do seu pai cangaceiro, a partir de um lugar de fala privilegiado, a história de Chico Pereira passou a ser confundida com a memória produzida pelo livro; trouxe a sensação que a escrita do filho representaria a “verdadeira” história do pai. A ponto de quase todos os escritos posteriores se apropriarem da escrita de Pereira Nóbrega para narrarem à trajetória desse cangaceiro. O mais curioso é que as apropriações são feitas sem problematizar o lugar de fala do autor e desconsiderando suas subjetividades e interesses que fomentaram o seu projeto de se tornar o guardião da *verdadeira memória* sobre Chico Pereira: uma memória que estou chamando de *redentora*.

E é sobre a análise dessa narrativa e as apropriações que a escrita da história desse cangaceiro fez sobre as suas múltiplas memórias, que reforço o convite para o amigo (a) leitor (a) continuar comigo no último capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO III

A ESCRITA DA HISTÓRIA E AS MÚLTIPLAS MEMÓRIAS DO CANGACEIRO CHICO PEREIRA

Neste último capítulo, proponho-me a problematizar a narrativa do livro *Vingança, não* sobre o cangaceiro Chico Pereira. Em outras palavras, tento entender as lembranças e os esquecimentos produzidos pela escrita de Pereira Nóbrega. Em seguida, analiso como os escritos da história produzidos posteriormente sobre esse personagem se aproximam ou se distanciam dos discursos memorialísticos que elaboraram várias faces para se conceber o cangaceiro Chico Pereira.

3.1 A trajetória de Chico Pereira no cangaço (1922-1928) reconstruída pelo livro *Vingança, não*

Pereira Nóbrega iniciou o seu projeto apresentando os anos dourados da família Pereira, comandada pelo patriarca João Pereira da Silva, que chegou ao fim com a morte deste último. Segundo o autor, João Pereira da Silva morreu pedindo que os filhos não efetuassem vingança, que entregassem a responsabilidade nas mãos da justiça. É interessante notar que o autor apresentou o patriarca da família como sendo um personagem quase apolítico, vítima de constantes perseguições da família Mariz de Sousa, sobretudo de Otávio Mariz – como se no jogo político apenas os seus opositores fizessem manobras políticas típicas da *República Oligárquica*⁵⁵ e a família Pereira ficasse sempre a mercê dessas investidas. Criou-se outro elemento para recontar a

⁵⁵ A *República Oligárquica* ficou conhecida pelo controle político exercido sobre o governo federal pela oligarquia cafeeira paulista e pela elite rural mineira, na chamada “política do café com leite”, que perdurou por quase todo o período da chamada *República Velha*. Data desse período o fortalecimento das práticas coronelísticas, força motora que garantiu a manutenção da *Política dos Governadores* e da *República Oligárquica*. Os coronéis gozavam de fortes autonomias para exercer e garantir o seu mandonismo local. Eram os coronéis que comandavam os cargos do funcionalismo público, sobretudo o judicial. Portanto, os chefes locais dominavam todos os setores da sociedade, poderes advindos da retribuição aos votos que injetavam nos candidatos das oligarquias estaduais. Com isso, os coronéis eram os “donos do poder” exercendo o seu mandonismo através do lema: *eu quero, eu posso, eu mando*. Com todo esse poder em mãos, muitos grupos lutaram para fazer imperar os seus interesses e, nesses enfrentamentos, muitas famílias criaram um verdadeiro cenário de mortes e perseguições.

história dessa família: *o lugar dos injustiçados, das vítimas*, ao que Pereira Nóbrega chamou de *flagelo sertanejo*.

A família Pereira foi exaltada pelo autor de *Vingança, não*. Recebendo a autoridade para falar em nome desse grupo, Pereira Nóbrega mobilizou o projeto de ressignificação da memória familiar, reescrevendo o passado da sua família escolhendo lembrar uma trajetória vitimada pelas injustiças e pelo sofrimento. Para ele, mesmo dentro desse cenário, ainda teve os que foram capazes de perdoar, como foi o caso de Maria Egilda, Jardelina Nóbrega e Abdias Pereira. Este último ganhou um destaque afetivo na escrita de Pereira Nóbrega. Abdias Pereira ficou encarregado da criação de Pereira Nóbrega, e através da escrita de *Vingança, não* o autor agradeceu os cuidados do tio, construindo uma identidade marcada pela bondade e honestidade. Abdias foi o único filho homem que escapou das marcas do tempo do cangaço, mas não seria por acaso. Para Pereira Nóbrega, Abdias escolheu perdoar e ganhou a felicidade, já Chico Pereira teria escolhido *lutar* pela vingança e o resultado foi à morte.

Mas para Pereira Nóbrega, Chico Pereira sempre procurou fugir das brigas políticas e viver em paz do comércio de cal pelos sertões. Teria sido em uma dessas andanças que conheceu a sua futura companheira, Jardelina Nóbrega, na fazenda Pau Ferrado, no município de Pombal. Chico Pereira foi descrito como um rapaz de boa índole, brincalhão e inclinado para viver uma vida pacífica. Porém, a notícia que seu pai havia sido ferido e lhe esperava para um último conselho, fizera o seu destino ganhar novos rumos. O conselho foi descrito pelo autor como uma mensagem de perdão, de *Vingança, não*. Segundo ele, Chico Pereira tentou buscar a justiça para prender o assassino (Zé Dias) do pai. Mas nada conseguiu, uma vez que o criminoso era protegido pela família Mariz que, por sua vez, comandava o aparelho judiciário local. Chico Pereira decidiu agir por si só, prendendo Zé Dias e o entregando a polícia o que de nada teria adiantado, pois ele foi solto alguns dias depois da sua prisão.

Para Pereira Nóbrega, não foi somente à falta de justiça que levou Chico Pereira para o cangaço. Outro fator também aparece na sua escrita – o chamado *código de honra sertanejo*. Para ele, a sociedade pressionava Chico Pereira, que era o filho mais velho, a vingar a morte do pai. Na tentativa de amenizar ou até mesmo justificar a atitude de vingança de Chico Pereira, ele se remeteu a esse *código* para dizer:

A vingança era um dever sagrado. Um dever que filhos herdavam de qualquer pai assassinado. E seria vergonhoso, seria desonra inominável, numa família enlutada pelo homicídio, não aparecer o vingador. O próprio povo atiçava o ódio: ‘você não é homem’. ‘Não há homem na sua família’. ‘Gente mole assim, é melhor vestir saia’. Era assim que se dizia. Ai de quem não se vingasse. Iria passar a infância ouvindo isso e ver nascer-lhe os bigodes, ainda ouvindo. Iria passar a vida humilhado [...] A obrigação da vingança toca antes de tudo ao mais velho. E o filho mais velho era êle mesmo, Chico. Não havia para onde fugir: se algum dêles devesse se desgraçar no crime, esta desgraça seria para êle, não para os irmãos (NÓBREGA, 1960, p. 32-68).

É nítida a importância que o autor conferiu às influências que o meio social teria exercido sobre Chico Pereira. Chegou a defender ideias similares, ou apropriadas do memorialista Gustavo Barroso, afirmando que, no sertão, quem não se vingasse estaria moralmente morto. Desse modo, segundo Pereira Nóbrega, Chico Pereira teria sido vítima tanto do sistema judiciário, permeado pelos interesses políticos, como pela sociedade, que o conduziu para o ato de vingança.

Já que Pereira Nóbrega não podia apagar a atitude da vingança cometida por Chico Pereira, o autor buscou amenizá-la, justificando que não foi Chico Pereira que escolheu a vingança, mas o código de honra da sua sociedade. Sendo apenas um jovem vítima de seu meio social. Nessa perspectiva, as atitudes desse personagem pareciam estar previamente determinadas pelo seu meio, sendo a vingança definida com um caminho inevitável. Na convicção de Pereira Nóbrega, Chico Pereira matou o assassino do pai e buscou no cangaço um refúgio para se proteger dos inimigos. Foi com essas letras que o autor narrou o resultado desse acontecimento:

Mamãe, fizeram-me criminoso. Foi assim que chegou a casa, já de noite. Vinha cingido de duas cartucheiras: uma, do revólver que trazia na cintura. Outra, do rifle que tinha na mão. Ainda um punhal enorme e dois bornais a tiracolo, cruzando-se sobre o peito. Sómente um era de bala. O outro de alimentos. Na cabeça, um chapéu de couro, quebrado na testa. (assim viveria de agora em diante). E, por baixo de tudo isto, estava a roupa de luto. E, lá dentro, um rapaz de vinte e três anos. Assassino. Mamãe, fizeram-me criminoso! (NÓBREGA, 1960, p. 75).

A narrativa do livro colocou Chico Pereira não mais como o corpo “maldito” escrito pelos jornais e pelos processos crimes, passando a ser lembrado como um jovem

injustiçado pela vida. Um homem comum, que teria tentado de todas as formas evitar a vingança, mas que, influenciado pelas pressões sociais, não encontrou alternativas a não ser matar Zé Dias. Esse último assumiu o lugar do marginalizado, outrora ocupado por Chico Pereira. Na escrita de Pereira Nóbrega, a reabilitação da memória de um é criada a partir da negação e da marginalização do outro. Através da escrita do autor, Chico Pereira deixaria de ser o *vilão da história* para ocupar o lugar do *mocinho injustiçado*.

Segundo Pereira Nóbrega, Chico Pereira começou a receber homens revoltados e com causas próprias de vários lugares do sertão. Foi naquele momento que se formou um pequeno bando de cangaceiros liderados por Chico Pereira. Eram homens que fugiam de questões com inimigos políticos, com patrões e questões de família. Esses homens foram apresentados por Pereira Nóbrega como injustiçados. Não fazia parte dos interesses de Pereira Nóbrega afirmar que Chico Pereira liderou um grupo de simples bandidos, propondo entendê-los como homens injustiçados que se ligaram a Chico Pereira para defenderem causas familiares e pessoais.

De acordo com o autor, esses homens não poderiam ser lembrados apenas pelos estigmas da criminalidade, pois tinham os que matavam “apenas” por obrigação e os que matavam por prazer, passando a encontrar refúgio nos bandos e fazendo do cangaço o seu meio de vida. Pode-se perceber o esforço de Pereira Nóbrega em mostrar que o cangaceirismo era fruto de um sertão nordestino abandonado pelo aparelho do Estado, de um sertão produtor de homens que, de armas cruzadas no peito, viviam buscando justiça com as próprias mãos.

Para Pereira Nóbrega, é esse Chico Pereira que deveria ser lembrado: o jovem que perdeu o pai, que foi obrigado a se vingar, o rapaz de 23 anos que pegou em armas para lutar contra as injustiças. O Chico Pereira escrito pelo seu filho é o justiceiro paraibano, que teria liderado não um grupo de meros bandidos, mas um bando de homens injustiçados, que defendiam causas convenientes, sobretudo de honra.

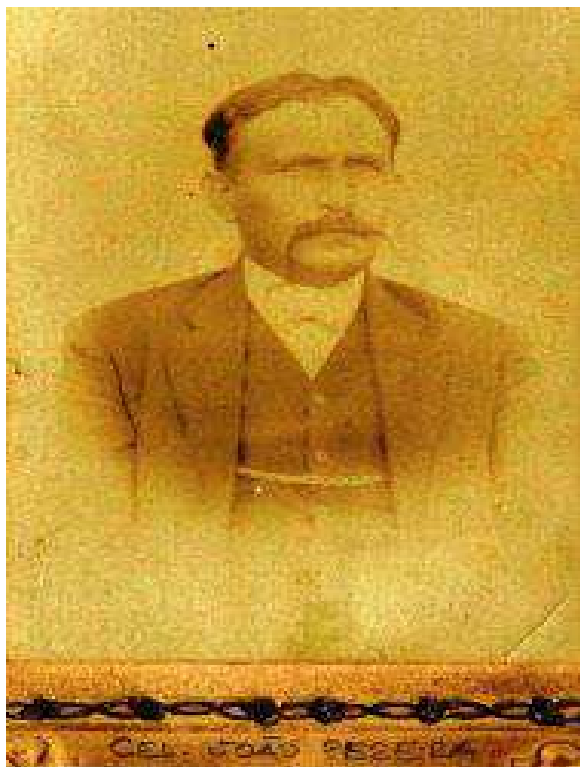


FIGURA 04: O coronel João Pereira da Silva, patriarca da família Pereira de Nazarezinho, Paraíba.
Fotografia cedida pelo pesquisador José Romero Araújo Cardoso

O livro apresenta para o público uma nova versão desse personagem, balizada na ideia da luta contra as injustiças. Chico Pereira passou a ser representado como uma espécie de justiceiro. Isso explica a visão que o autor tem da maioria dos cangaceiros. Segundo Pereira Nóbrega, o cangaço foi uma reação ao flagelo e à corrupção partidária, formando, como respostas às mazelas do sertão nordestino, grupos armados que não tinham como especialidades apenas a perversidade, havendo também homens honrados, incapazes da menor crueldade gratuita, de armas em punho só para tentarem justiça (Nóbrega, 1960. p. 33).

Essa noção do cangaceiro como um representante da luta contra as injustiças, colocado como *ativista* que pegava em armas contra o flagelo nordestino, foi a imagem que passou a vigorar nos estudos dessa temática, a partir da década de 1960, especialmente a partir das interpretações dos autores marxistas que foram trabalhados no capítulo anterior. Isso reforça a ordem discursiva de interpretação do cangaço e dos cangaceiros vivificada na época que a escrita de Pereira Nóbrega estava sendo produzida.

É importante ressaltar que a visão de cangaço para o autor de *Vingança, não* parte primordialmente da sua necessidade como filho de conceber e reescrever o passado do pai, para além dos estereótipos do mundo criminoso. Não foi por acaso que Pereira Nóbrega expressou admiração pelos cangaceiros, principalmente aqueles que defendiam uma causa *honrosa*, como no forjado caso de Chico Pereira.

Voltando para o discurso memorialista em análise, o autor apontou que, mesmo sendo absolvido pelo júri que o acusara da morte de Zé Dias, Chico Pereira não teria encontrado a paz, pois os Mariz continuavam a perseguição política contra os Pereiras. Otávio Mariz se tornou, através da narrativa do livro, um dos principais causadores das desgraças de Chico Pereira. Já que o corpo desse último deveria ser “limpo” pela escrita do seu filho, a sujeira sobrecaiu sobre a família Mariz e, notadamente para o lado de Otávio Mariz. Com isso, não quero dizer que se trata aqui de apontar os culpados e as vítimas, mas apenas de compreender como essa escrita construiu lugares para esses personagens.

Essa perseguição contra Chico Pereira culminou, segundo o autor, na invasão dos cangaceiros a cidade de Sousa. Esse acontecimento foi colocado no primeiro capítulo deste trabalho como um dos pilares de construção da memória maldita desse personagem. Logo, era o principal fato, precisava ser reescrito e Chico Pereira deveria ganhar outro papel nesse evento trágico. Segundo Pereira Nóbrega, os cangaceiros decidiram invadir a cidade depois que Chico Lopes, comerciante da vila de Nazarezinho, levou uma surra de chibata⁵⁶ de Otávio Mariz, no meio da feira, o qual pedia para Chico Lopes chamar Chico Pereira para ser surrado também. Diante da humilhação, Chico Lopes abandonou o seu pacato comércio e teria ido procurar o seu irmão, que fazia parte do bando de Lampião, para vingar a surra e invadir a cidade de Sousa.

O grupo de Lampião se disponibilizou a vir atacar Sousa, e Chico Pereira foi descrito por Pereira Nóbrega como inocente, pois, segundo ele, quem trouxe os cangaceiros para efetuar o saque naquela cidade fora Chico Lopes, defendendo uma causa que também era do interesse de Chico Pereira – dar uma lição em Otávio Mariz. Segundo o autor, Chico Pereira não conhecia e nem se envolvia com Lampião, sendo aquela oportunidade o primeiro contato que tivera com o seu grupo. Dessa forma, os

⁵⁶ De acordo com o dicionário Aurélio: Vara flexível e longa. Cipó. Usada para fustigar animais ou castigar pessoas.

cangaceiros se alojaram alguns dias na fazenda Jacú e partiram nas primeiras horas do dia 27 de julho de 1924 rumo a Sousa.

Para o autor, Chico Pereira assumiu uma postura diferente nesse episódio. Em vez de ir com pensamentos maldosos, teria ficado encarregado de proteger os correligionários da sua família que moravam em Sousa, bem como de controlar a fúria dos cangaceiros que estavam alimentados das mais perversas intenções. Um empreendimento, por meio da escrita, para desvincular as ações de Chico Pereira do resto do bando, pois Pereira Nóbrega reforçava a ideia que o seu pai estava no cangaço não para matar ou roubar, mas para lutar contra as injustiças promovidas pelos seus adversários. Um esforço para apagar as “narrativas malditas” e reescrever com novos significados o corpo de Chico Pereira

Sobre o mesmo fato foi construída uma nova possibilidade de concebê-lo, se diferenciando das narrativas execráveis, divulgadas principalmente pelos jornais⁵⁷. Na escrita do filho, o pai passou a representar uma função diferente no evento, sendo apresentado como o pacificador e apaziguador das “feras”, ao que o próprio autor denominou de *o batalhão dos malditos*.

É necessário lembrar a noção que o autor tinha sobre os cangaceiros. Para ele, existiram indivíduos que ingressaram naquela vida que eram incapazes da menor crueldade gratuita, de armas em punho apenas para buscar a justiça. Essa concepção foi mobilizada também para embasar a ideia que Chico Pereira fazia parte desse segmento que apenas lutava contra as ilegalidades políticas e jurídicas daquela sociedade. Colocava esse discurso no presente, lembrando o Chico Pereira justiceiro, incapaz de ir a Sousa com a intenção de saquear e cometer homicídio; proporcionando, assim, que as memórias anteriores sobre as ações desse personagem no episódio do ataque a Sousa fossem secundarizadas ou esquecidas – demarcando a distância dos cangaceiros “ditos” como efetivamente “malditos”.

Segundo Pereira Nóbrega, ao chegar à cidade de Sousa, o primeiro ato de Chico Pereira foi procurar a delegacia e informar à polícia que veio em busca de Otávio Mariz⁵⁸ e, por isso, havia cercado a cidade de cangaceiros. Portanto, para Pereira

⁵⁷ Quando me refiro aos jornais, não estou querendo naturalizá-los ou generalizá-los, mas apenas destacando as notícias negativas analisadas no primeiro capítulo.

⁵⁸ Um detalhe interessante foi que Chico Pereira viveu no cangaço entre os anos de 1924 a 1928, e nunca conseguiu efetuar a vingança prometida contra nenhum membro da família Mariz.

Nóbrega, o objetivo de Chico Pereira era somente efetuar a vingança e não roubar ou matar os sousenses, até porque o mesmo deveria ser lembrado como um cangaceiro que lutava contra as injustiças. O Tenente Salgado e a polícia se retiraram do local. Não houve confrontos entre eles. E os cangaceiros, gozaram de liberdade para saquear e promover ações que os sousenses, durante muito tempo preferiram deixá-las no silêncio.

De acordo com Pereira Nóbrega, Chico Pereira não conseguiu controlar o bando. Diante das circunstâncias, a culpa recaiu sobre Chico Pereira e os aliados do partido político do seu pai. Com isso, o autor destacou que, novamente, o seu pai era vítima das injustiças, pagando por atitudes que não lhe pertenciam. A única solução era seguir pelo sertão com o bando de Lampião, fugindo da morte. O Chico Pereira escrito por Pereira Nóbrega deveria ser lembrado com um *coleccionador de injustiças!*

A mesma lógica foi argumentada por Pereira Nóbrega para mostrar que, após o ataque em Sousa, Chico Pereira teve que fugir com o grupo liderado pelos irmãos de Lampião para não ser preso ou morto. Mas que não teria participado de nenhum roubo, apenas viveu nesse período refugiado e fugindo das perseguições das volantes policiais. E, quando matou, foi apenas por “necessidade”, para se defender. Diante disso, levanto a seguinte questão: o Chico Pereira escrito pelo filho poderia ser considerado um cangaceiro? Uma das marcas dos cangaceiros era a vida nômade e o Chico Pereira dito por Pereira Nóbrega não tem essa marca, exceto nesse momento que passou ao lado do grupo de Lampião. A vontade de tirar as inscrições “malditas” sobre o corpo de Chico Pereira é tão forte na escrita de *Vingança, não* que se pode questionar se o mesmo poderia ser visto como um cangaceiro.

As ligações que os jornais (apresentados no primeiro capítulo) faziam entre Lampião e Chico Pereira foram silenciadas pela escrita do seu filho, defendendo o argumento que ambos nunca lutaram juntos. Isso se justifica porque o autor buscou, através da sua narrativa, desvincular o corpo do seu pai do de Lampião, principal cangaceiro do Nordeste.

Para comover os leitores, o autor escolheu encerrar as andanças de seu pai com os irmãos de Lampião, apresentando uma cena penosa no canavial. Nela, Chico Pereira teria ficado sem locomoção na caatinga, com seus pés perfurados pelas correrias na vegetação. Os ferimentos lhe impossibilitaram de seguir fugindo do cerco

das forças volantes. Os irmãos de Lampião teriam lhe aconselhado a se entregar, mas ele não aceitou. Com a polícia no encalço, e diante da dificuldade de lutar carregando um ferido, Chico Pereira teria pedido a seus companheiros que o deixassem no canavial sozinho. Para Pereira Nóbrega, essa teria sido a última participação de Chico Pereira ao lado do bando de cangaceiro mais afamado do país.

Solitário e largado a própria sorte no canavial, ficou a escutar o fim dos tiroteios. Passando as manhãs e as tardes comendo cana-de-açúcar e as noites na chuva e na lama. No terceiro dia, os pés já estavam cheios de bichos, pus, inflamados e com mosquitos rondando, foi mais um dia chupando cana. Passou mais uma noite na chuva com dor, febre e muito frio. No quarto dia, foi picado por uma cobra ao tentar pegar uma cana que estava mais adiante. Afobado com as implicações do veneno da cobra em seu corpo e com medo de morrer, comeu tudo que encontrou a sua volta, mais um punhado de cana, ervas do chão e um vidro de molho de pimenta que trazia na sua maleta.

Pereira Nóbrega diz que essa cena estava sendo transcrita de forma real, apontando o seu estatuto de testemunho, trazendo o seu argumento de autoridade, com desejo de *verdade*. Como se a totalidade dos fatos estivessem sendo resgatada pelo enredo da sua escrita. Nessa cena do canavial, com o objetivo de sensibilizar os leitores, ele escolheu finalizá-la com uma possível carta que Chico Pereira escreveu. Pensando que não sobreviveria, resolveu relatar para a família quais teriam sido as causas da sua morte:

Quando minha família ler essas linhas, já sou morto. Morri aleijado, abandonado no canavial, pelos irmãos de Lampião, para não me entregar à polícia. Uma cobra cascavel me mordeu no polegar da mão esquerda. Adeus a Mamãe. Me bote sua bênção. A tristeza que levo é morrer sem ver a Senhora. Me perdoe se tiver queixa porque fiz a vingança que Papai não queria. Abrace por mim Jarda, meus irmãos e os dela. Me assino de próprio punho (DANTAS apud, NÓBREGA, p. 108).

Ao *recuperar* está possível carta, Pereira Nóbrega esboçou a mensagem principal do seu livro. Como Chico Pereira preferiu a vingança, o seu fim não poderia ser diferente. A morte foi o preço da escolha. Em vez de optar pela vingança, Pereira Nóbrega escolheu o perdão e, em troca, ganhou a vida. Mesmo mobilizando um projeto para superar as marcas de um passado estigmatizado, Pereira Nóbrega preferiu partir da

mensagem do perdão como uma melhor alternativa para “vingar” essas inscrições negativadas sobre o passado da sua família e do seu genitor.

Essa escolha não foi aleatória, seria esse Chico Pereira a ser lembrado: o humanista que, na ânsia da morte, pediu desculpas e perdão a sua mãe por ter vingado a morte do pai. O Chico Pereira que não pode ser entendido como um simples bandido sanguinário, mas o homem que amou a sua esposa e seus familiares e que, por isso, decidiu-se vingar para lavar a honra da família. Essa carta, se realmente foi escrita por Chico Pereira, deve ser compreendida como uma escrita de si, ou seja, a imagem que estaria produzindo de si mesmo para ser lembrado pelos que lessem a sua carta. E o que deveria ser lembrado? As lutas, os sofrimentos, as injustiças e o lado humano, encarregado de amar a sua esposa e os seus familiares!

Pereira Nóbrega contrastou as narrativas sobre o corpo de Chico Pereira, destacando uma face amorosa do seu pai, ao retratar o romance com a jovem Jardelina Nóbrega. Uma história de amor que, para o autor, teria superado as mágoas, e os sofrimentos de um passado estigmatizado por vários assassinatos. Foi assim que Pereira Nóbrega descreveu a identidade de Jardelina após a morte de Chico Pereira:

- Anos? Dezessete.
- Estado Civil? Viúva.
- Filhos? Três.
- Pai? Assassinado.
- Esposo? Assassinado.
- Sogro? Assassinado.
- Cunhado? Assassinado também (NÓBREGA, 1960, p. 19).

Para além do bandido, estaria um humanista que conciliava com a vida do cangaço o seu romance, com uma menina que aos 12 anos idade recebeu uma promessa de casamento. Mesmo não estando presente na cerimônia, e tendo sido representado por outra pessoa, Chico Pereira alimentava o sentimento de amor e fidelidade pela sua amada, conforme afirmou Pereira Nóbrega. Corria no sertão representações que apontavam para um Chico Pereira conquistador e deflorador de mulheres. A essa narrativa Pereira Nóbrega fez questão de reescrevê-la propondo lembrar o Chico Pereira que amou sua esposa Jardelina, conseqüentemente, silenciando a face *infidel* de Chico Pereira. Com isso, Pereira Nóbrega propõe enterrar a memória do Chico Pereira infiel, *mulherengo*, para que o romance dos seus pais fosse posto no palco das lembranças.



FIGURA 05: Jardelina Nóbrega, esposa do cangaceiro Chico Pereira. Disponível em: <<http://blogdomendesemendes.blogspot.com.br/2015/02/mais-uma-foto-da-jardelina-nobrega.html>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

Portanto, o Chico Pereira que foi lembrado pela escrita do livro *Vingança*, não é um homem que não poderia ser concebido pelos estigmas da vida bandoleira e pelas inscrições infames. Era representado como um cangaceiro diferenciado dos demais. Pereira Nóbrega lembrou um Chico Pereira poeta, escrevendo versos nas noites de solidão nos altos das serras; um *cangaceiro romântico*, comprometido com uma promessa de amor e união que fizera a sua jovem esposa.

Os crimes, os assaltos, tudo que inserisse Chico Pereira no lugar do marginalizado deveria ser silenciado, colocado no campo do esquecimento. Deixava claro, assim, o objetivo de descrever o cangaço do pai por outros ângulos, por meio de novos sentimentos, que não se restringissem à mera violência e à crueldade. Em uma história marcada pelo sangue da vida cangaceira, Chico Pereira passaria a ser lembrado

pela coragem e resistência contra as injustiças em enfrentar as *forças volantes* e os demais desafios daquela vida.

Pereira Nóbrega continuou seu projeto memorialista tentando reconstruir a memória do seu pai a partir da negação das “narrativas malditas”. A sua próxima investida foi contra os discursos jornalísticos que apontavam Chico Pereira cometendo vários crimes no estado do Rio Grande do Norte. Para o autor, seu pai nunca estivera naquele estado, era apenas o nome que estaria sendo usado por outros criminosos ocultos almejando se livrarem dos processos. É sabido pelos pesquisadores da temática que essa prática era corriqueira, sobretudo usando o nome dos principais cangaceiros em atuação, como por exemplo, Lampião. Com isso, o autor se apropriou desse discurso para atender aos seus interesses em salvaguardar a memória de Chico Pereira. Sendo assim, não seria o seu pai o culpado dos crimes, era novamente a vítima da história, que levaria a culpa de atos praticados por outros que se apoderavam do seu nome.

Com relação ao processo que culpou Chico Pereira como o principal chefe do assalto a fazenda Rajada, no município de Acari, Rio Grande do Norte, Pereira Nóbrega ressignificou o corpo do pai argumentando que este nunca estivera naquele local. Para isso, usou como justificativa para a sua argumentação, as palavras da esposa do Coronel Joaquim Paulino de Medeiros, dona Maricota, que, ao ver Chico Pereira na cadeia de Acari teria dito: “por mim, pode soltar êsse homem. Êle nunca andou aqui” (NÓBREGA, 1960. p. 247). Durante as minhas pesquisas, não consegui encontrar nenhum documento que apresente o depoimento da esposa do coronel, inclusive no processo criminal não consta essa fala descrita pelo autor.

O único discurso *maldito* que o autor não rebateu no seu livro foi os que associavam o nome de Chico Pereira à família do então presidente João Suassuna. Escolhendo deixá-lo silenciado, explorando outro aspecto – a amizade de seu pai com Antônio Suassuna, irmão do então presidente da Paraíba. Esse personagem aparece prometendo livrar todos os processos de Chico Pereira, se esse, juntamente com seus familiares, apoiasse o candidato de João Suassuna para governo do Estado. Enquanto os jornais divulgaram que Chico Pereira prestava serviços criminosos para a família Suassuna, o filho expôs que seu pai apenas era convidado pelo amigo Antônio para pescar e caçar nas suas propriedades.

Pereira Nóbrega descreve que Chico Pereira tinha o coração bom e confiava em todos. Acreditando que as promessas do presidente seriam cumpridas, buscara retomar a sua vida longe, deixando o cangaço. Mas, com ordens do próprio presidente Suassuna, Chico Pereira foi preso no dia 06 de agosto de 1928, na cidade de Cajazeiras. Marcava-se, assim, o início da trama que desencadeou na sua morte. Para o autor, novamente, seu pai era vítima das influências sociais e das injustiças políticas. Dessa vez, tendo um preço maior: um fim trágico.

Segundo Pereira Nóbrega, tudo isso teria sido diferente se Chico Pereira tivesse perdoado o assassino do pai. A mensagem do perdão produzida pelo filho sacerdote aparece como um modelo explicativo para redimir o corpo “maldito” do pai e atribuir significados que pertencem mais ao tempo de Pereira Nóbrega, do que do próprio Chico Pereira. Seria a partir dessas escolhas estabelecidas pelo lugar de produção do filho, que o pai poderia *descansar em paz*.

A memória de Chico Pereira estaria com um novo guardião, aquele que escreveria e ficaria encarregado de evitar que o corpo de Chico Pereira não fosse mais lembrado como o maldito, o incriminado, mas como o guerreiro, dito por Rachel de Queiroz, no prefácio do livro; e como o justiceiro que entrou no cangaço para lutar contras as injustiças do seu meio.

Como já havia mencionado no capítulo anterior, a memória mobilizada pelo livro *Vingança, não* sobre Chico Pereira passou a nortear os caminhos dos futuros escritos que abordaram direta ou indiretamente esse cangaceiro. Por ser a primeira produção historiográfica desse personagem, e escrita por um intelectual cristão que deu um testemunho de autoridade a partir do lugar de filho e padre, os escritores posteriores que se debruçaram sobre a vida de Chico Pereira tiveram como ponto de partida a escrita de Pereira Nóbrega.

O livro *Vingança, não* exerceu uma profunda influência sobre os textos produzidos depois de sua publicação, em 1960. São justamente as apropriações que a escrita da história fez das múltiplas memórias de Chico Pereira, o objetivo do último ponto deste trabalho monográfico.

3.2 A historiografia do cangaço e as apropriações das memórias de Chico Pereira

Inicialmente, gostaria de compartilhar a dificuldade que tive para encontrar trabalhos sobre Chico Pereira, chegando à conclusão que o mesmo ainda é um personagem pouco conhecido na história do cangaço. Ao consultar a bibliografia do cangaço, deparei-me com um vasto número de escritos, mas centrados nas figuras dos chamados “principais cangaceiros”: Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino e, sobretudo Lampião. Este último atraiu o interesse de uma grande leva de pesquisadores do Brasil e do mundo, estando em destaque hoje como um dos sujeitos mais biografados das Américas, superando recentemente o ícone mundial dos movimentos socialistas “Che” Guevara.

Não é por acaso que, quando falamos nessa temática, logo os nomes desses “principais” cangaceiros aparecem no nosso imaginário, sendo a historiografia uma das principais produtoras desse mecanismo de lembranças. Mas, ao lembrar-se dos feitos desses ditos “principais cangaceiros”, outros sujeitos foram secundarizados ou até mesmo esquecidos pela escrita da história. Um deles foi Chico Pereira, que teve as suas ações colocadas por muito tempo no campo do esquecimento. Foi somente depois da publicação do livro *Vingança, não* que Chico Pereira apareceu como objeto de estudo da historiografia do cangaço. Esse é um dos motivos que pode justificar a forte influência que este livro exerceu sobre a memória de Chico Pereira.

É importante esclarecer que os autores escolhidos não dedicaram muitas linhas para narrar às ações de Chico Pereira. Mesmo assim, pretendi do começo ao fim, problematizar as apropriações que os mesmos fizeram das memórias do personagem estudado. Cabe ao amigo (a) leitor (a) analisar se consegui cumprir essa tarefa.

Os escritos escolhidos foram retirados dos seguintes textos: o livro *Lampião: o rei dos cangaceiros*, de Billy Jaynes Chandler (1981); as narrativas de Adauto Guerra Filho, no seu trabalho intitulado *O Seridó na memória de seu povo* (2001); O artigo intitulado: *Chico Pereira, um cangaceiro diferente*, do pesquisador José Romero Araújo Cardoso (2010); o livro *Cangaceiros de Lampião: de A a Z* (2012), de Bismarck Martins de Oliveira; e os dois únicos trabalhos desenvolvidos na academia sobre Chico Pereira, o primeiro de Ana Lúcia Rodrigues da Silva (2012) e o segundo de Samara da

Silva Andreilino (2015). A partir desses escritores (as), objetivo entender como as memórias de Chico Pereira foram apropriadas pelas suas narrativas.

Em 1981, a editora Paz e Terra publicou o livro *Lampião: o rei dos cangaceiros*, do historiador norte-americano Billy Jaynes Chandler. Seguindo a perspectiva da História Social, Chandler apresentava para o público uma rica biografia de Lampião, fruto de uma ampla pesquisa em jornais, processos criminais e entrevistas. Marcado pelo desejo de propor uma análise sobre o homem e não o mito, Chandler tentou mapear os passos de Lampião e seu grupo, buscando trazer uma perspectiva que, para ele, mais se aproximava da “verdade” histórica desse personagem. É dentro dessa “marcha” de Lampião que o autor insere sua narrativa sobre Chico Pereira, especificamente destacando o ataque do grupo de cangaceiros a cidade de Sousa, em 27 de julho de 1924.

Chandler teve acesso a uma ampla bibliografia do cangaço. *Vingança, não* foi um dos livros que consta em suas referências. Ao apresentar os motivos para o ataque, ele se apropriou dos argumentos de Pereira Nóbrega para apresentar a situação de brigas familiares na região de Sousa. O Chico Pereira de Chandler é o injustiçado que pegara em armas para lutar contra as injustiças:

[...] o homicídio era um daqueles casos típicos de rivalidades entre famílias, no sertão. Quando os acusados pelo crime foram soltos pelo tribunal, Chico Pereira procurou fazer justiça por suas próprias mãos [...] então, achando que não tinha sido feita justiça total, arranjou um grupo de sequazes armados, para ajudá-lo a completar a sua vingança (CHANDLER, 1981, p. 64-65).

Partindo de um lugar de produção preocupado em analisar os aspectos econômicos e sociais, Chandler não se deteve a problematização da narrativa de Pereira Nóbrega e se apropria dela para falar de mais um cangaceiro que ganhava um mínimo de destaque por ter cruzado a tradicional *Rota do Cangaço Lampiônico*. Preocupado em se aproximar da *verdade histórica*, mapeando os caminhos de Lampião através de uma documentação rica em informações e forjada dentro de múltiplos interesses, ele não se “armou” diante das subjetividades da produção memorialística produzida por Pereira Nóbrega. O Chico Pereira reescrito pelo filho foi facilmente apropriado e reproduzido pela escrita de Chandler. Embora reconheça que o objetivo era outro, bem como a forma de pensar e entender o fazer histórico, Chandler parece ter acreditado que a narrativa de

Pereira Nóbrega trouxe a luz para se entender a *verdade* sobre a entrada de Chico Pereira no cangaço e os conflitos familiares que desaguarão no ataque à cidade de Sousa.

Essa apropriação feita por Chandler nos ajuda a entender as preocupações demandas pelo seu lugar social de produção. Sua escrita foi ditada pelo modelo historiográfico da História Social, interessada em investigar os aspectos sociais e econômicos. Sendo assim, as subjetividades das memórias lançadas pela escrita da história do cangaço não foram problematizadas pelo historiador norte-americano. Por conseguinte, não teve condições de compreender que a escrita de Pereira Nóbrega estava permeada pelas lembranças e esquecimentos de um filho que escreveu sobre o passado do pai no cangaço. O livro *Vingança, não*, foi tomado como fonte por Chandler, mas sem nenhuma problematização que permitisse entender os interesses presentes na escrita de Pereira Nóbrega.

Seguindo a mesma aproximação com a memória produzida por Pereira Nóbrega, em 2001, o escritor e pesquisador potiguar Adauto Guerra Filho, lançou o livro *O Seridó na memória de seu povo*, com o objetivo de promover um *resgate* das histórias da região do Seridó do Rio Grande do Norte. O livro é composto de onze capítulos. O sétimo capítulo foi nomeado de *O caso de Chico Pereira*, fazendo menção às histórias dos saques e andanças desse cangaceiro naquela região. Para Guerra Filho, Chico Pereira teria sido um grande injustiçado, pagando por crimes que nunca havia cometido.

Se distanciando das narrativas dos jornais e do processo crime de Acari, que marcou o corpo de Chico Pereira com inscrições negativas naquele estado, Guerra Filho se aproximou dos relatos de Pereira Nóbrega para embasar a sua defesa no *caso de Chico Pereira*. Com isso, ele se propôs a trazer à tona a *verdadeira história*⁵⁹ do assalto à fazenda Rajada e *desmascarando* as narrativas que incriminaram esse cangaceiro dito injustiçado.

Tendo como ponto de apoio a entrevista de Abdias Pereira e dialogando com a memória construída por Pereira Nóbrega, Guerra Filho bateu o martelo e deu o veredito através da sua escrita: Chico Pereira nunca estivera no estado do Rio Grande do Norte e os crimes cometidos em seu nome tinham outras autorias. Inclusive o da Fazenda Rajada, que, segundo ele, teria sido liderado por Antônio Chofer (Antônio Jerônimo) e

⁵⁹ É assim que ele intitula um dos subtítulos do capítulo já mencionado. Ver em: FILHO, Adauto Guerra. **O Seridó na memória do povo**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 2001. p. 101-127.

patrocinado por Antônio Suassuna, irmão do presidente da Paraíba, João Suassuna. Defende a tese que Chico Pereira teria sido incriminado para salvar a pele dos “verdadeiros” culpados.

Pedagogo de formação, Guerra Filho parte de um lugar de fala no qual está preocupado em fazer uma história factual, capaz de trazer o passado de volta tal como ele aconteceu, a partir dos documentos e relatos orais. Baseado na oralidade de Abdias Pereira (irmão de Chico Pereira) e na escrita de Pereira Nóbrega, o lugar de produção de Guerra Filho não proporcionou que percebesse as subjetividades dessas fontes. Com isso, o autor potiguar se apropriou dessas memórias para iluminar o seu desejo de trazer a *verdadeira história* do caso *Chico Pereira* no Seridó do Rio Grande do Norte.

No final do capítulo, Guerra Filho transcreveu a carta que Pereira Nóbrega teria lhe enviado para reafirmar e valorizar a tese do seu trabalho, ou melhor, a reprodução da memória construída pelo livro *Vingança, não*:

[...] Ao povo do Seridó faço o apelo que fazia um cantador de versos de cordel de então que peço à geração presente repetir as futuras até que as mentiras oficiais saiam da cabeça do povo seridoense: ‘Ele era cangaceiro/porém não era ladrão/nunca andou no Seridó/ que roubou Major Quincó/ não há provas no Sertão’⁶⁰ (NÓBREGA *apud* FILHO, 2001, p. 120-121).

Nesse fragmento da carta, chamo a atenção para a vontade de Pereira Nóbrega em apagar de vez as “narrativas malditas” que ainda persistiam em marcar o corpo do seu pai. Trabalho que se propôs a fazer a partir da fomentação do seu discurso memorialístico divulgado pelo seu livro. Essa vontade que Chico Pereira seja lembrado aos seus moldes, aparece como forma de apelo à juventude para que se lembre e reproduza às gerações posteriores o *verdadeiro* Chico Pereira, que não poderia ser comparado a um ladrão, mas sim a um sertanejo injustiçado que lutava por uma causa. Guerra Filho recepcionou muito bem a mensagem de Pereira Nóbrega e reproduziu o seu desejo nas linhas do seu texto com a pretensão de proporcionar à juventude seridoense o conhecimento da *verdadeira história* desse cangaceiro paraibano.

⁶⁰ Carta de Pereira Nóbrega, enviada da Capital da Paraíba (João Pessoa), no dia 18/10/1986, para Guerra Filho.

No dia 16 de abril de 2010, o blog *Cariri Cangaço*⁶¹ publicou uma curta matéria intitulada: *Chico Pereira, um cangaceiro diferente*, escrita pelo geógrafo e pesquisador José Romero Araújo Cardoso. O texto pretendeu trabalhar a ideia de que Chico Pereira congregou um tipo diferente de bandoleiro no sertão nordestino. Essa tese foi lançada inicialmente por Frederico Pernambucano de Mello, no seu livro *Guerreiros do Sol: banditismo e violência no Nordeste Brasileiro* (1985). Teve como base uma “fiel” reprodução de uma matéria publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, no dia 10 de novembro de 1927, e republicada dez dias depois, com o mesmo conteúdo, pelo o *Jornal do Recife*.

Embora reconheça a importância dos escritos de Frederico Pernambucano de Mello para a historiografia do cangaço, não concordo com a forma que conduz o trabalho com as fontes. Não restam dúvidas que é um exímio narrador, mas o seu lugar de produção não lhe proporciona problematizar os documentos, sendo que os trata como narrativas despidas de interesses e subjetividades de quem os criaram. Como um talentoso compilador de documentos, em muitos casos, Frederico Pernambucano de Mello reproduz as notícias jornalísticas sem nenhuma indagação, passando-as para o público como estatuto de *verdade*.

Os jornais citados acima noticiaram que Chico Pereira não usava chapéu de couro nem gibão ou outra indumentária tradicional que a maioria dos cangaceiros trajava, preferindo se vestir a imagem dos *heróis* do *Far West*, envergando chapéu de massa, de abas largas, lenço vermelho ao pescoço, pesadas cartucheiras e calças culote. Como já foi dito no primeiro capítulo deste trabalho monográfico, essa descrição parece ter sido baseada na célebre foto desse bandoleiro tirada no ano de 1924⁶².

Mas afinal, uma simples exposição feita pelos jornais das vestes de Chico Pereira faz o mesmo ser um cangaceiro diferente? Ou as suas feições arianas (como diz Cardoso) o colocaria como representante de um tipo de cangaceiro distinto? Essa última me parece uma armadilha que acaba reforçando ideias preconceituosas que estabelece um posto de *naturalidade* do cangaço para os indivíduos de pele negra, sendo visto como uma espécie de *anomalia* e *indiferença* os sertanejos de cor branca que adentrassem nessa vida das armas. O lugar do negro nessa perspectiva seria às margens

⁶¹ Consultar em: <<http://cariricangaco.blogspot.com.br/2010/04/chico-pereira-um-cangaceiro-diferente.html>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

⁶² Ver página 39.

da sociedade, praticantes da indisciplina e, nesse caso, do cangaço. Já o branco seria o oposto, quando apareciam como praticantes do cangaço, deveriam ser vistos como compondo um tipo de banditismo diferenciado.

A ideia que Chico Pereira teria sido um cangaceiro diferente não seria uma construção de si produzida pelo próprio Chico Pereira e reforçada pela escrita de Pereira Nóbrega? Será que esse cangaceiro, ao se vestir como um típico *herói* do *Far West*, não estaria produzindo uma imagem para se diferenciar dos outros? Ou melhor, será que Chico Pereira queria ser visto como um cangaceiro? Essas perguntas nos levam a pensar que Chico Pereira poderia ter construído a sua própria memória, marcada pelo esforço de mostrar que praticava outro tipo de masculinidade que se aproximava dos *heróis* do *Far West* norte-americano, e se distanciava dos cangaceiros nordestinos, estigmatizados em sua época pelas marcas do crime.

Ao tentar defender a tese de que Chico Pereira congregou elementos que o colocariam como representante de uma forma diferente de cangaço, Cardoso levantou uma nova e interessante face para se pensar a história desse cangaceiro paraibano. Embora não tenha conseguido aprofundar a proposta (até porque se trata de uma curta matéria), Cardoso apresentou uma possibilidade de reflexão que precisa ser estudada mais cuidadosamente em trabalhos futuros.

Cardoso (2010) também se aproximou das narrativas de Pereira Nóbrega para justificar a entrada de Chico Pereira para o cangaço. Ao mesmo tempo se distanciou, apontando que esse cangaceiro era um notável conquistador de mulheres. Inclusive, em seu primeiro livro: *Nas veredas da terra do sol* (1996), defendeu a tese de que uma das causas para a morte de Chico Pereira estaria atrelada a um defloramento de uma familiar do então presidente do estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine.

Outra face para esse personagem foi lembrada por Cardoso. Sobre o corpo de Chico Pereira outra inscrição foi lavrada – o cangaceiro *mulherengo*. Uma memória que Pereira Nóbrega colocou no campo do esquecimento, preferindo lembrar-se de uma comovente história de amor e de esperança, em que Chico Pereira foi representado como um ser romântico e apaixonado por Jardelina Nóbrega. E que, mesmo com os desafios e incertezas do mundo do cangaço, se preocupou em manter o compromisso com a sua jovem esposa.

O Chico Pereira escrito pelo filho não poderia aparecer em sua narrativa como um conquistador e *deflorador* de mulheres, mas como um apaixonado e incapaz de romper o pacto de amor com a namorada que conhecera quando a mesma tinha apenas 12 anos, noivando aos 13 e casando por procuração aos 14. Pereira Nóbrega narrou de forma comovente à relação amorosa dos seus pais e, portanto, a face do Chico Pereira “traidor” e “conquistar” de várias mulheres deveria ser silenciada ou esquecida.

Apesar dos esforços de Pereira Nóbrega em tentar criar uma memória cristalizada e que se tornasse vencedora para Chico Pereira, é possível notar que outras faces memorialísticas desse sujeito aparecem na escrita de Cardoso. Com isso, percebe-se que a memória de Chico Pereira se moveu, é múltipla e plural, que se ressignifica para além dos interesses da escrita do autor de *Vingança, não*. A memória é um *território* construído, criado a partir da habitação de diversos interesses que são desenvolvidos em tempos e formas diferentes. A memória de Chico Pereira não foge à regra, as tentativas de cristalização promovidas pela escrita de Pereira Nóbrega não conseguem petrificar esse *território* que é em sua móvel, trabalhado e projetado de forma dinâmica através das investidas de outros sujeitos e temporalidades.

Mas não foi só Cardoso que propôs conceber Chico Pereira apontando aspectos que se distanciaram da construção memorialística feita por meio da escrita de Pereira Nóbrega. No ano de 2012, o advogado paraibano Bismarck Martins de Oliveira lançou o seu livro, intitulado *Cangaceiros de Lampião: de A a Z*. Nesse trabalho, o pesquisador teve como objetivo mapear os cangaceiros e cangaceiras, que, pelo menos um dia, viveram no cangaço, ao lado ou sob as ordens do afamado Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Mais de mil cangaceiros (divididos entre homens e mulheres) foram apontados e apresentados em pequenas descrições, com os *principais eventos* das suas atividades no cangaço. Um desse foi o cangaceiro Chico Pereira.

O autor escolheu descrever Chico Pereira com base nas notícias dos jornais e dos relatos dos processos criminais. Peço licença ao amigo (a) leitor (a), para fazer uma longa citação do texto de Bismarck Martins de Oliveira, em que o mesmo lembra que Chico Pereira:

Em meados de agosto de 1924, trava combate com uma tropa de 63 soldados, composta pelas volantes do tenente Benício, do tenente Chico Oliveira e de Quelé, na serra do Pau Ferrado, onde perde um cabra e tem de fugir, apartando-se do bando. Em 10 de maio de 1927

atacou a cidade de Apodi (RN), juntamente com Luís Brilhante, Zé Pequeno, Sabino Goré, Cajazeiras, Massilon, Calango, Lua Branca, Rouxinol, Juriti, Limão, Júlio Porto, Miúdo, Gregório, João Pinheiro, os primos Lúcio e Vicente Brilhante e outros cangaceiros. Dias depois comandava um pequeno grupo, atacou o lugarejo de Portalegre, município de Caicó (RN). No dia 13 de outubro de 1927, enfrenta um cerco das volantes do tenente Benício e do sargento João Ferreira, no município de Antenor Navarro (PB), onde estava refugiado, matando um soldado e fugindo para o mato, com o seu cabra Manoel Mendes (OLIVEIRA, 2012, p. 82-83).

Se aproximando dos escritos ditos anteriormente como “malditos”, Bismarck Martins de Oliveira, com o seu olhar de jurista, está mais preocupado em julgar do que compreender os lugares de produção das memórias do cangaceiro Chico Pereira. Filiado a um grupo de pesquisadores que se preocupam em escrever a história através das narrativas dos *principais fatos*, o autor desconsidera que os jornais e os processos criminais foram produzidos a partir dos interesses dos seus fabricantes e não podem ser considerados como estatutos de verdade.

Bismarck Martins de Oliveira se distancia da memória do livro *Vingança, não*, e se aproxima do Chico Pereira “maldito” visto como um simples criminoso que praticou diversos delitos e foi descrito pelos documentos oficiais. Optando por julgar e reafirmar as narrativas que incriminam esse corpo, o autor deu vida a partir da sua escrita ao personagem, para reafirmar o lugar do infame dito pelo poder da justiça e dos meios oficiais. Mais uma vez, temos uma escrita que apenas reforça uma memória já existente sobre Chico Pereira, desconsiderando assim, os discursos interessados que permeiam sua construção.

Não é apenas fora dos muros das Universidades brasileiras que Chico Pereira é pouco trabalhado e conhecido, o mesmo acontece dentro das academias. Dois trabalhos de conclusão de curso é o que temos de produção sobre esse cangaceiro nas Universidades. O primeiro intitulado: *Histórias do cangaço e da vida de Chico Pereira a partir da obra “Vingança, Não”* defendido no ano de 2012, por Ana Lúcia Rodrigues da Silva, para obtenção do título de Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus de Guarabira.

No artigo de conclusão de curso, a autora pretendeu pensar a trajetória de Chico Pereira no cangaço, a partir do livro *Vingança, não*. Para isso, fez um resumo do livro sem problematizar o lugar de produção de Pereira Nóbrega e tomando emprestadas suas

narrativas, sem promover nenhum esforço analítico que pudesse questionar a trajetória que o filho lançou sobre o seu pai no cangaço entre os anos de 1922 a 1928. Conseqüentemente, a escrita memorialística de Pereira Nóbrega é utilizada e “comprada” pela autora de forma parcial, desconsiderando o discurso tendencioso elaborado pelo autor de *Vingança, não*.

O segundo trabalho monográfico tem como título: *História e memórias da trajetória de Chico Pereira no cangaço na cidade de Nazarezinho-PB (1918-1928)*, Defendido no ano de 2015, por Samara da Silva Andreino, para aquisição do título de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras.

O trabalho de Samara da Silva Andreino foi dividido em três capítulos. No primeiro, a autora vai tentar mostrar como as estruturas socioeconômicas da Paraíba, em fins do século XIX e início do século XX, contribuíram para o surgimento de grupos de cangaceiros. No segundo capítulo, a autora trabalha a historiografia do cangaço baseada principalmente nos escritos marxistas de Eric Hobsbawm, Rui Facó, Carlos Alberto Dória, e os trabalhos da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz. Autores que defendem a ideia que o cangaço surgiu como uma reação à opressão dos grandes latifundiários (os coronéis). O terceiro capítulo versa sobre a trajetória de Chico Pereira a partir do livro *Vingança, não*.

O seu objetivo é mostrar que Chico Pereira não era apenas um bandido comum e perverso (ideia que a historiografia marxista veio trazer para pensar os cangaceiros como sujeitos históricos, bem como levantado pelo projeto memorialístico de Pereira Nóbrega), partindo do pressuposto que Chico Pereira foi um homem do seu tempo, obediente às regras e padrões impostos pela sociedade, como é o caso da vingança. Um esforço para encaixar o Chico Pereira histórico nas rédeas das escritas de Pereira Nóbrega que disseminou a história de um homem injustiçado e vítima do seu meio social. Não seria essa uma tentativa de justificar o ato da vingança?

A escrita da autora está filiada a uma tradição marxista que pensa o cangaceiro como homens injustiçados, vítimas das práticas coronelísticas e, representantes das lutas contra o latifúndio. Com isso, a autora viu no texto de Pereira Nóbrega o modelo explicativo para compartilhar a ideia de que Chico Pereira foi um jovem injustiçado, visto como uma *espécie* de justiceiro paraibano.

Samara da Silva Andrelino se valeu das narrativas do livro *Vingança, não e*, sob o conforto da escrita de Pereira Nóbrega, mapeou a trajetória de Chico Pereira no cangaço. O que a autora não levou em consideração foram às subjetividades do discurso interessado produzido pelo filho do cangaceiro paraibano. Reforçou, assim, como a grande maioria dos trabalhos anteriores, a memória construída pela escrita de *Vingança, não*.

Como pode se perceber, tanto fora das Universidades como dentro delas, a historiografia que se deteve a estudar o personagem aqui analisado teve como ponto de sustentação as aproximações ou distanciamentos das memórias trabalhadas nos dois primeiros capítulos deste trabalho monográfico. Com isso, não quero desconsiderar o trabalho desses escritores, mas apenas apontar que os seus escritos se preocuparam em se apropriar e reproduzir as memórias já existentes. Caindo assim, na mais ameaçadora armadilha que os historiadores que se debruçam pelo campo das memórias temem: *a reprodução e (re)construção de narrativas memorialísticas*.

Os trabalhos que mencionaram Chico Pereira configuram-se como pequenas abordagens que, assim como a oralidade que ouvia na rede das “estórias” da minha querida “Pris”, passam pelas narrativas de Pereira Nóbrega. É importante dizer que a memória do livro *Vingança, não* permanece ainda hoje na oralidade, na historiografia e na literatura de cordel. Este trabalho monográfico propôs fazer um movimento inicial de análise dos interesses da produção memorialista construída pela escrita de Pereira Nóbrega, propondo abrir possibilidade para compreender Chico Pereira para além dos interesses do filho, levando em consideração que ainda se faz necessário estudar a atuação desse personagem no fenômeno do cangaço. Portanto, este trabalho visou vislumbrar formas de compreender a história desse cangaceiro rompendo com os discursos memorialísticos que *atravessaram* o corpo de Chico Pereira e que parecem esconder e dificultar aos historiadores enxergarem outras possibilidades de pesquisas, explorando documentos ainda não analisados.

Ao tentar, neste trabalho monográfico, desconstruir os discursos memorialísticos que se inscreveram sobre o corpo de Chico Pereira, não pretendi desconsiderar tais inscrições defendendo a desconstrução pela desconstrução. Mas apontar que as memórias de Chico Pereira foram produzidas através de interesses plurais que devem ser questionados e problematizados. Sendo assim, esse sujeito não pode ser concebido

apenas pelas narrativas de Pereira Nóbrega ou pelas inscrições “malditas”. O Chico Pereira que proponho é um personagem que ganhou múltiplas faces memorialísticas, criadas a partir de memórias que falam muito mais de quem as produziu do que do próprio sujeito estudado.

Por fim, não posso cair na ingenuidade de achar que a minha escrita também não serviu de construção de lugares para o personagem estudado. Foi por meio dela que “desenterrei” Chico Pereira para servir aos interesses das minhas inquietações, desenvolvidas no meu tempo, e é através dela que agora faço o papel de “coveiro” (*re*) *enterrando* novamente, por meio da minha narrativa, ao corpo desse homem agora com os meus significados. O Chico Pereira aqui apresentado se configurou como um indivíduo móvel, plural, construído e dito pelos interesses dos outros, em épocas diferentes. Abrindo, assim, possibilidades para que as futuras pesquisas problematizem a história desse cangaceiro por meio de outras fontes, que nos apresentem outras memórias, espaços de vivências e interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de qualquer coisa, gostaria de agradecer ao amigo (a) viajante, por ter permanecido comigo até aqui.

É sempre difícil tentar concluir um trabalho que foi apenas o pontapé inicial para pesquisas futuras. Mas, como manda o ritual, concluo este estudo apontando que o cangaceiro Chico Pereira foi alvo de múltiplos projetos interessados que inscreveram sobre o seu corpo. Essas inscrições (aqui entendidas como discursos memorialísticos) construídas sobre o corpo do personagem estudado, falavam muito mais de quem as inscreveram do que do próprio Chico Pereira.

Chamo a atenção para os pesquisadores que pretendem enveredar nos estudos do cangaço, dizendo que, embora essa temática já tenha uma vasta bibliografia, é preciso problematizar os lugares de produção desses estudos. Leve-se em consideração que em sua ampla maioria, foram produzidos por ex-membros das forças volantes e seus familiares, por ex-cangaceiros e seus familiares e por diletantes memorialistas que se preocuparam em disseminar a dicotomia *heróis* ou *bandidos*.

Portanto, o cangaço ainda permanece na escrita dos pesquisadores diletantes no campo das memórias e ainda não passou a ser história, uma vez que os seus escritos propõe criar mais discursos memorialísticos sobre os sujeitos históricos. Sendo assim, os historiadores tem na bibliografia deste tema, um campo fértil para analisar as memórias forjadas pelas inúmeras narrativas existentes. Quando alguém fala que pretende pesquisar sobre o cangaço, logo ouve que não existe mais nada para ser dito, pois tudo já teria sido abordado, apontando para os diversos textos que já foram produzidos. É exatamente esses textos que precisam ser estudados, questionados e problematizados!

Ainda falta trabalhos que proponha reflexões sobre os múltiplos interesses de fomentação de memórias que criam lugares e inscrevem significados nos corpos dos agentes históricos que participaram do cangaço. Os que existem, só conseguem perceber esse tema a partir de Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino, Corisco e, sobretudo, Lampião e Maria Bonita. É necessário, também, caminhar por outros espaços do cangaço, por outras memórias, inserindo outros sujeitos como objeto de estudo da história, como no caso do cangaceiro paraibano Chico Pereira.

Quando comecei as pesquisas sobre o cangaceiro Chico Pereira, a primeira coisa que ouvi foi: *procure o livro Vingança, não. Lá você vai encontrar tudo sobre a vida do personagem que deseja estudar*. Ainda bem que segui esse conselho e cheguei até o livro. Realmente, encontrei uma fonte riquíssima, que não me disse quem foi o verdadeiro Chico Pereira, mas me *falou* como ele foi construído para atender os interesses do seu filho. Através das narrativas do livro, mergulhei nas lembranças e nos esquecimentos do autor, percebi as preocupações que permearam a produção desse discurso memorialístico. Com isso, conclui que Chico Pereira foi alvo de múltiplos interesses e que, para atenderem aos objetivos dos outros, foram construídas várias faces para se conceber esse cangaceiro.

O que propus com este trabalho não foi uma mera desconstrução pela desconstrução, mas apontar para um Chico Pereira multifacetado, forjado a partir de diversos discursos memorialísticos. Sendo assim, não podemos entender esse personagem apenas pelas inscrições “malditas” ou pela memória redentora fabricada por Pereira Nóbrega, mas como um sujeito plural, construído para servir aos interesses demandados pelo lugar de produção dos outros.

O livro *Vingança, não* tem uma função elementar para se conceber as memórias de Chico Pereira, porém, ainda é preciso analisar outras fontes que nos apresentem perspectivas diferentes de entender as ações desse sujeito dentro do cangaço, partindo do pressuposto de que a escrita do livro buscou silenciar as atividades do cangaceiro Chico Pereira. É necessário *atravessar* a barreira que a memória *sedutora* do livro *Vingança, não* impôs a história de Chico Pereira, levando em consideração que foram produzidos documentos (jornais, processos e relatos policiais) que nos permitem compreender e problematizar a participação de Chico Pereira no fenômeno do cangaceirismo. Então, por que não investigá-los? E buscar entender como essas fontes possibilitam respostas para as seguintes questões: quais eram os espaços percorridos por Chico Pereira? Quais eram as vivências interessadas que esse personagem estabeleceu no cangaço? Deixo essas perguntas para os pesquisadores tentarem responder em futuros trabalhos.

Obrigado pela leitura!

FONTES

I – Hemeroteca Digital (Jornais)

Jornal do Recife, Pernambuco, 10/11/1925.

O Sitiá, Ceará, 20/12/1925.

A Província, Pernambuco, 27/07/1924 a 29/12/1925.

O Jornal, Rio de Janeiro, 18/05/1927 a 25/10/1927.

A Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 13/05/1927 a 10/11/1927.

A Manhã, Rio de Janeiro, 02/06/1926.

Imparcial, Ceará, 27/07/1927.

O Diário Carioca, Rio de Janeiro, 22/09/1927

II – Blogs e sites consultados

<https://tokdehistoria.com.br/>

<http://cariricangaco.blogspot.com.br/>

<http://lampiaoaceso.blogspot.com.br/>

<http://blogdomendesemendes.blogspot.com.br/>

<http://umolharsobresaojoao.blogspot.com.br/>

http://www.geocities.ws/filosofiapb/artigos_francisco.htm

<http://fpnobrega.blogs.sapo.pt/>

<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1171287>

BIBLIOGRAFIA

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Um leque que respira: a questão do objeto em História. In: **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. São Paulo: Edusp, 2007. p. 149-165.

ALMEIDA, Érico de. **Lampeão**. João Pessoa: Editora Universitária, 2013.

ANDRELINO, Samara da Silva. **Histórias e memórias da trajetória de Chico Pereira no cangaço na cidade de Nazarezinho-PB (1918-1928)**. Cajazeiras: UFCG, 2015. Monografia – Universidade Federal de Campina Grande. 2015. 57p.

ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa; FERREIRA, Vera. **De Virgolino a Lampião**. São Paulo: Ideia Visual, 1999.

_____; ARAÚJO, Carlos Elydio Corrêa. **Lampião: herói ou bandido?** São Paulo: Claridade, 2009.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **MOUSEION**, vol. 3, n. 5, Jan-Jul/2009.

_____. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e de aço: Lampião e outros cangaceiros**. 2. ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2012.

_____. **Heróis e bandidos: os cangaceiros do Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-193

CAMINHA, Inês. **A revolta de Princesa: poder privado X poder instituído**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, José Romero Araújo. **Nas veredas da terra do sol**. Mossoró: FUNDAÇÃO VINGT-UM ROSADO, 1996.

CARTROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2011.

CARVALHO, Cícero Rodrigues. **Serrote Preto**. Rio de Janeiro: Sociedade Editora e Gráfica Ltda, 1961.

CARVALHO, Emmanoel Rocha. **Nos caminhos do vigário José Antônio**. João Pessoa: UFPB, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CEBALLOS, V. G.; LOBO, I. G.; CEBALLOS, R.; SALES NETO, F. F. (Orgs.). **Nordestes e nordestinidades: histórias, representações e religiosidades**. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CHANDLER, B. J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. **Lampião acessos: o cangaço na memória coletiva**. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009.

DECCA, Edgar Salvadori De. A falência das interpretações. In: **1930, O silêncio dos vencidos: Memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 31-107.

DÓRIA, Carlos Alberto. **O cangaço**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DUTRA, Wesley Rodrigues. **Nas Trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas Representações (1922-1927)**. 2011. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. 2011. 176p.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1993.

FERRERAS, Norberto O. Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o cangaceirismo. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 30, Jul./Dez. 2003/Jan./Jun. 2004.

GUERRA FILHO, Adauto. **O Seridó na memória do povo.** Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 2001.

FORMIGA, Humberto Mendes de Sá. **Um olhar da estrada: memórias de Nazarezinho.** Brasília: Gráfica Vip, 2012.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local.** Campina Grande: EDUFPG, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. A vida dos homens infames. In: **Ditos e Escritos: estratégia, poder-saber** (vol. IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 203-222.

_____. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema** (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 264-298.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GADELHA, José de Abrantes. **Sangue, terra e pó.** Sousa: A União, 1983.

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte.** João Pessoa: A união, 1986.

GASTÃO, Paulo Medeiros; MARQUES, Elane. **Acary e o Processo de Chico Pereira.** Mossoró: Editora IGRAMOL, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/2, p. 17-30, Jan./Dez. 1996.

GUGGISBERG, Sonia. Testemunho e memória: a fragilidade da potência documental. **Do corpo: ciências e artes.** v. 1, n. 1, Jul./Dez. 2013.

HOBBSBAWN, E. J. **Rebeldes primitivos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. **Bandidos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo uma política de compromissos.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Sociedade e política na Primeira República.** São Paulo: Atual, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 2. ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1992.

MACÊDO, Nertan. **Capitão Virgolino Ferreira: Lampião**. 4. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

_____. **Sinhô Pereira, o comandante de Lampião**. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

MACHADO, Chistina Mata. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. 1999. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 1999. 142p.

MEDEIROS, Honório de. **Massilon: nas veredas do cangaço e outros temas afins**. Natal: Sarau das Letras, 2010.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2011.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 10. ed. João Pessoa: A União, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 7-21, p. 212-219.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015

MOTA, Leonardo. **No tempo de Lampião**. 3. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

NÓBREGA, Francisco Pereira da. **Vingança, não: depoimentos sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste**. São Paulo: Livraria Freitas Basto, 1960.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Aglae Lima de. **Lampião, cangaço e Nordeste**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970.

OLIVEIRA, Bismarck Martins de. **Cangaceiros de Lampião: de A a Z**. Campina Grande: Impressos Adilson, 2012.

_____. **Histórias do cangaço: o saque de Sousa Paraíba (27 de julho de 1924)**. Campina Grande: Impressos Adilson, 2009.

PEREIRA, Auricélia Lopes. **O Rei do Cangaço e os vários Lampiões**. 2000. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. 2000. 313p.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PITANGA, Praxedes. **Minha vida, minhas lutas**: memórias. João Pessoa: Imprensa José Alberto, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-15, 1985.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 103-131.

PRATA, Ranulfo. **Lampeão**. São Paulo: Traço Editora, [s. d].

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do Cangaço**. 5. ed. São Paulo: Global, 1997.

_____. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 56. ed. São Paulo: Siciliano, 1997.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ROCHA, Vera Figueiredo. **Cangaço**: ecos na literatura e cinema nordestino. Fortaleza: Premius, 2015.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **O cangaço no combate das memórias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz. (Orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

SILVA, Ana Lúcia Rodrigues da. **Histórias do cangaço e da vida de Chico Pereira a partir da obra “Vingança, não”**. Guarabira: UEPB, 2012. Artigo – Universidade Estadual da Paraíba. 2012. 17p.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

WEINRICH, Harald. **Lete:** arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.